Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica

A FAMÍLIA NOS ESTUDOS PSICOSSOCIAIS DE ADOÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL

NIVA MARIA VASQUES CAMPOS

Brasília
2001

NIVA MARIA VASQUES CAMPOS

A FAMÍLIA NOS ESTUDOS PSICOSSOCIAIS DE ADOÇÃO: UMA EXPERIÊNCIA NA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Orientador: Professora Doutora Liana Fortunato Costa.

BRASÍLIA

2001

NIVA MARIA VASQUES CAMPOS

A FAMÍLIA NOS ESTUDOS PSICOSSOCIAIS DE ADOÇÃO:
UMA EXPERIÊNCIA NA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília, pela comissão formada pelos professores:

Orientadora: Profª Drª Liana Fortunato Costa.....
Universidade de Brasília (UnB)

Profª Drª Maria Fátima Olivier Sudbrack.....
Universidade de Brasília (UnB)

Profª Drª Denise Bomtempo Birche de Carvalho.....
Universidade de Brasília (UnB)

"É preciso ter um sonho sempre
Quem traz na pele essa marca,
possui a estranha mania de ter fé na vida..."

"Maria Maria"

Milton Nascimento
Fernando Brant

Dedico este trabalho a

Minhas amigas e colegas:

Beatriz Gomes, Cláudia Melo, Cristina Bersani, Cristiane Mendes, Helena Costa, Ivânia Ghesti, Lucineide Bastos, Liliane Martins, Maria Cecília Silveira, Márcia Adorno, Márcia Lima, Marisa Muniz, Marilza Barbosa, Rosângela Ramos, Vera Muniz, Viviane Faleiros, Viviane Costa e Taís Botelho;

e

As Famílias Adotantes,

com quem aprendi muito e, ainda aprendo, no
Setor de Adoção da VIJ/DF.

Agradeço sinceramente a...

Deus por existir... pelo Sol, pela Lua, pelas Estrelas, pelo Mar... pela Vida que está sempre recomeçando em algum lugar e por nos ter legado sua incrível capacidade de amar.

Meu marido e companheiro, Guilherme, por nunca ter desistido de mim depois de todos esses anos e por continuar acreditando nos meus sonhos, mesmo quando eu duvidava.

Meus filhos, Felipe e Fernanda, pela energia, alegria e todo o amor que sempre me deram.

Meus pais, Ivan e Therezinha, por todo amor, apoio, educação, paciência e liberdade e pelo suporte doméstico.

Meu irmão, Ivan Júnior, pelo amor e pelas tiradas cômicas sempre que a situação ficava mais difícil.

Meus sogros, cunhados e cunhadas, pelo carinho e pela compreensão às minhas ausências nos últimos tempos.

Minha amiga e cunhada, Gisele, por compartilhar sonhos e conquistas e desejar alçar novos vôos.

Minha fiel servidora, Delzuíta Ferreira de Barros (Delza), pelo suporte doméstico.

Minha orientadora Professora Doutora Liana Fortunato Costa pela liberdade e por acreditar que eu era capaz, mesmo quando eu duvidava.

Professora Doutora Maria Fátima Olivier Sudbrack pelos elogios, incentivo e confiança depositados e pela honra de fazer parte da banca.

Professoras Doutoras Sylvia Nabinger e Denise Bomtempo Birche de Carvalho por aceitarem fazer parte da banca, o que me deixa muito honrada.

Professores Doutores Fernando Gonzalèz Rey, Albertina Mitjans Martinéz e Gláucia Ribeiro Starling Diniz pelos ensinamentos partilhados.

Excelentíssimo Senhor Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude do DF, Dr. Josué Ribeiro de Sousa (*in memoriam*) por ter autorizado a realização desta pesquisa.

Excelentíssimo Senhor Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude do DF, Dr. José Carlos Souza e Ávila, por valorizar as equipes psicossociais.

Amiga Simone Costa Resende da Silva pela amizade, carinho e simplicidade com que sempre me recebeu, e por ter lutado para a ampliação do quadro psicossocial do Tribunal.

Minha chefe, Marilza de Macedo Barbosa pela generosidade, compreensão, carinho e confiança depositados.

Minhas amigas e colegas de trabalho por compartilhar conhecimentos e experiências, e concordar em participar da pesquisa.

Famílias adotantes que aceitaram participar da pesquisa e àquelas que não participaram, mas indiretamente também contribuíram para aumentar minha compreensão sobre a família e adoção.

Observadores das entrevistas, estudantes de graduação em Psicologia: Maria Alice Gomes de Oliveira, Marizaura Reis de Souza e Edhen Laura T. de Araújo Lima.

Amigos e estudantes que participaram do "role-playing": Leandro, Marcelo, Shirlene, Aldo.

André Moniz, pela transcrição das fitas.

Sr. Djalma Cavalcanti pela presteza na confecção dos convites e gentileza em dá-los de presente.

Amiga Rosângela de Oliveira Prazeres pelo carinho com que ela e familiares sempre me receberam e por ceder gentilmente seu "notebook".

Amiga Marina Maria Leite Martins de Oliveira pela simpatia, carinho e apoio lingüístico.

Amigos, colegas, professores, e funcionários do Instituto de Psicologia.

Amigos, gerentes e ex-colegas de trabalho da Caixa Econômica Federal e aos atuais colegas e amigos do TJDFT que me incentivaram e apoiaram.

Amigos da GECAR/Banco do Brasil: Norton, Adriana, Eloá, Marina, Fátima, Rosângela pelas palavras de apoio e incentivo.

Amigo José Antônio Vale da Silva, pelo carinho, companheirismo e suporte em informática.

Sra. Clésia pela fé e suporte espiritual.

Meus terapeutas de ontem: Carla Abreu e Alexandre Marques, e de hoje, Corintha Maciel.

Enfim...

... a todos que passaram pela minha vida e que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu desenvolvimento.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 13

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA 15

2.1. Breve Histórico da Adoção no Ocidente 15

2.2. Abandono, Entrega, Desconhecimentos e Segredos 18

2.3. Dados Estatísticos sobre Famílias Adotantes no DF 24

2.4. A Evolução Jurídica da Adoção no Brasil 24

2.5. Aspectos Psicológicos da Adoção – Existe uma família idealizada na adoção? 27

2.6. O Setor de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal 34

2.7. A experiência atual da VIJ-DF – A preparação para adoção 35

2.8. A Pesquisa Proposta: Existe uma concepção de família idealizada durante o processo de adoção do ponto de vista da equipe técnica? 36

3. O MÉTODO 40

3.1. A Crise do Paradigma Moderno 40

3.2. A Proposta de Investigação Qualitativa 45

3.3. Breve Histórico da Investigação Qualitativa 45

3.4. A Proposta de Investigação Qualitativa de Fernando Rey (1999) 47

3.5. A Definição do Problema na Investigação Qualitativa 49

3.6. Outros Momentos do Processo de Investigação Qualitativa 50

3.7. A Pesquisa Realizada na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF) 51

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 53

4.1. Análise da Entrevista de Grupo Focal com os Técnicos 53

4.1.1. Refuta-se uma Concepção de Família Ideal para Adoção 53

4.1.2. Critérios de Seleção *versus* Relativização de Critérios 54

4.1.3. A Motivação para Adoção enquanto Critério de Seleção Fundamental 59

4.1.4. Critérios de Indicação Mútua (Família-Criança, Criança-Família) 65

4.1.5. O Momento Vivido pela Família –Importante Critério de Indicação 67

4.1.6. Aceitação da Diferença na Filiação Adotiva - Possível Critério de Seleção? 70

4.1.7. O Vínculo entre a Família Adotante e o Adotando – Dimensão Importante no Estudo e Parecer Psicossociais 72

4.1.8. A Subjetividade (Ou A Intersubjetividade) no Processo de Estudo Psicossocial 77

4.1.9. Importância da Vivência em Família dos Técnicos em sua Análise dos Casos 83

4.1.10. As Mudanças Experimentadas pelo Técnico (Novas Perspectivas e Visões de Mundo) a partir do Trabalho com as Famílias Reais 85

4.1.11. O Reconhecimento de Novas Organizações Familiares e sua Competência 86

4.1.12. (O Processo de) Auto-Conhecimento a partir da Relação com o Objeto de Estudo 88

4.1.13. Senso Comum *versus* Ponto de Vista Técnico (Científico) 89

4.1.14. O Sujeito na Veste do Objeto ou O sujeito traveste-se de objeto ? 92

4.1.15. A Pressão Social para Adoção (para viver a situação do objeto de estudo) 98

4.2. Análise da Entrevista de Grupo Focal com as Famílias Adotivas 100

I – Como os Adotantes acham que os Técnicos devem/deveriam avaliar as Famílias Adotantes 101

II – Importância da Verdade 103

III - A Importância da Vivência na Família de Origem 104

IV - A Vivência das Famílias durante o Processo de Adoção 104

V – O Senso Comum dito "Desinformado" e "Preconceituoso" *versus* Necessidade de Informação, Campanhas e Divulgação da Adoção 106

VI - O Papel do Acaso, do Imprevisto e Inesperado 106

VII - O Divino 106

VIII - Confiança no Trabalho Técnico 107

5. CONCLUSÕES 108

6. REFERÊNCIAS 112

ANEXO 1 117

ANEXO 2 118

RESUMO

Campos, Niva Maria Vasques. (2001). *A família nos estudos psicossociais de adoção: uma experiência na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal.* Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia Clínica. Universidade de Brasília

Este estudo se propõe a entender em qual medida a concepção de família idealizada é compartilhada pelos técnicos, psicólogos e assistentes sociais, que realizam os estudos psicossociais sobre as famílias adotantes, bem como que outras dimensões estão presentes no discurso quando estes técnicos dialogam sobre o tema. A pesquisa foi concebida e delineada a partir de uma concepção pós-moderna que mostra a necessidade de uma epistemologia qualitativa desde a concepção de ciência ao objeto de estudo. O enfoque teórico é o sistêmico e a metodologia é qualitativa. Os sujeitos da pesquisa foram: nove técnicos do Setor de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, que trabalham nos estudos psicossociais de Adoção e de Inscrição, na avaliação psicossocial dos casos, seleção e preparação de candidatos, e duas famílias adotantes. Utilizou-se como instrumento a entrevista de grupo focal com o grupo dos técnicos e com as famílias adotantes. As informações obtidas com o grupo dos técnicos foram analisadas segundo a proposta de Investigação Qualitativa, que se apóia em três princípios: (1) o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa; (2) o processo de produção do conhecimento tem um caráter interativo e (3) a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento. Os resultados mostraram que os técnicos embora refutem a existência de uma família "ideal" para adoção, têm critérios para avaliação e seleção de famílias candidatas à adoção. Estes critérios, que são relativizados para cada caso e família estudados, parecem estar relacionados, principalmente, à motivação do(s) adotante(s), à dinâmica de funcionamento familiar e ao vínculo, ou à possibilidade de construção deste com a criança. Famílias e técnicos apontam para a importância da compatibilização dos perfis da criança e adotante(s) para o sucesso da adoção. Há um reconhecimento da competência das famílias e das "novas" organizações familiares no discurso técnico. O momento vivido pela família e sua preparação para adoção também se configuram como aspectos importantes na avaliação e seleção das famílias adotantes. A pesquisa mostra ainda que o contexto judiciário pode realmente se configurar como um contexto de possibilidades de mudança e acesso da família e comunidade à direitos e serviços, quando se assume uma postura sistêmica novo paradigmática, pós-moderna e construtivista. Aponta ainda para a importância de uma nova concepção para a Psicologia Clínica, com suas possibilidades de aplicação em outros contextos. A metodologia empregada mostrou-se pertinente ao objeto de estudo e ao fundamento epistemológico da pesquisa.

ABSTRACT

Campos, Niva Maria Vasques (2001). *The family in Psychosocials studies of adoption: an experience in Justice of Infancy and Youth of Federal District.* Dissertation of Master Level. Department of Clinic Psychology, University of Brasília.

The objective of this study is to understand to what extent the concept of an idealized family is shared by technicians, psychologists and social assistants, that evaluate the psychosocials aspects of foster families, as well as other aspects that are present in their approach when the issue is under discussion. The research was conceived and outlined from a postmodern conception that shows the need of a qualitative epistemology since the conception of science to the object under study. Systemic is the theoretical focus and the methodology is qualitative. The subjects of the research were nine technicians of the Adoption Service of the Justice of Infancy and Youth of Federal District, who worked in the psychosocials studies of adoption and enrollment, in the psychological and social evaluation, selection and preparation of candidates to adoption, and two adopter families. It uses as instrument the focus group interviewing with the group of technicians and adopter families. The information obtained from the technician group was analyzed under the Qualitative Investigation Procedure which is based in three principles: (1) knowledge is an interpretative constructive production; (2) knowledge production has an interactive character; (3) significance of singularity as a legitimate level of knowledge production. The results have shown that even tough the technicians deny the existence of an ideal foster family, they have criteria to evaluate and select prospected foster families. These criteria, which are relativized on each case and each family, and seem to be specially related to the motivation of the foster families, the familiar functional dynamic and to the bonds, or possibilities of establishing bonds with the child. Families and technicians indicate the importance of the compatibility between the child and the foster family profile's to the success of adoption. There is recognition of the competence of the families and of the "new" family organizations in the technical approach. The moment lived by the family and the preparation for adoption is also considered important aspects of the evaluation and selection of the foster families. The research has also shown that the legal context can be configured as a context of changing possibilities and access to rights and services by the foster family and community, when a new approach is assumed in a new postmodern and constructivistic paradigm. It also has pointed to the importance of a new conception of clinical psychology, with possibilities of new application in other context. The utilized methodology has shown to be pertinent to the object under study and epistemological fundamental of the research.

1. APRESENTAÇÃO

Desde minha seleção para o Mestrado em Psicologia Clínica na Universidade de Brasília (UnB), havia definido que o objeto de estudo da pesquisa envolveria famílias sob o marco teórico sistêmico. Coincidentemente, em março de 1999 (ano que ingressei como aluna regular do Mestrado) fui convocada, a partir de Concurso Público, para atuar como psicóloga no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e lotada no Setor de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF). Assim, logo após o início do semestre letivo na UnB, já havia decidido que a pesquisa também envolveria o tema da adoção.

A partir de minha vivência e experiência na referida instituição, leitura de artigos e, em especial, um artigo da Profª. Dr.ª Lídia Weber[1] (que será melhor apresentado posteriormente), percebi que havia encontrado o "problema" que desejava estudar, contudo, ainda de uma forma muito difusa e pouco estruturada, do mesmo modo como Rey (1999) sugere que se apresenta o problema inicialmente na *investigação qualitativa.* Na vivência como membro da equipe técnica (composta de psicólogos e assistentes sociais) e no contato com as famílias atendidas pela instituição, percebi que realmente o trabalho técnico não era *isento* (de preconceitos, valores, crenças) nem *objetivo* como alertava Weber no referido artigo. Pelo menos se estivermos falando em objetividade no sentido da objetividade-sem-parênteses de Maturana (1998). Além disso, a responsabilidade assumida pelo técnico, a fim de evitar o fracasso da adoção, um segundo abandono, negligência, abuso físico e sexual, torna a tarefa de selecionar pais para crianças sem família e/ou de avaliar os casos em que o acolhimento já ocorreu, particularmente difícil e, muitas vezes, sofrida. Silva (1998), assistente social forense, expõe as inquietações, os sentimentos de fracasso e impotência que invadem os técnicos quando alguma coisa dá errado.

Neste trabalho desenvolvido com as famílias no contexto judiciário, deparamo-nos com nossas próprias concepções de família, nossas idealizações, nossos valores de classe social, nossos conceitos de certo e errado, bom e mau. O próprio embasamento teórico do técnico estabelece perspectivas, estratégias, conceitos e também "viéses" que norteiam seu trabalho com as famílias atendidas na instituição. O contexto jurídico impõe relações de poder que permeiam as relações estabelecidas entre o psicólogo/assistente social e a família estudada. Contexto este que, à primeira vista, parece oferecer aos profissionais da área mais limites do que possibilidades (Sudbrack, 1998).

Dentro desta perspectiva, senti que algo se delineava como problema: Haveria uma família idealizada para adoção? Que família seria essa? Esta família "idealizada" teria influência no processo de adoção? Os relatórios e pareceres técnicos indicariam uma família idealizada?

Sob a supervisão da orientadora e imersa em uma bibliografia pós-moderna que mostra a necessidade de uma *epistemologia qualitativa* desde a concepção de ciência ao objeto de estudo (inseparável do sujeito que a concebe e estuda), aos poucos, a pesquisa foi sendo delineada. Em mente, as colocações de Soar Filho (1998) de que a psicologia pós-moderna não deve ser considerada como uma "nova" teoria psicológica, mas como a

[1] Critérios de seleção de pais adotivos: em discussão. In Weber, Lídia N. D. (1999). *Aspectos Psicológicos da Adoção.* Curitiba: Juruá. O artigo foi obtido através da internet no endereço: http://lexxa.com.br/PBA/index.htm e, segundo a autora, também foi publicado na revista: Interação, do Departamento de Psicologia da UFPR, Nº 0186 (1), 1998.

aplicação de um discurso de 2ª ordem, que é o pensamento complexo que se articula com as mudanças nos paradigmas culturais da 2ª metade do século XX e que provoca uma profunda revisão nos paradigmas científicos e culturais modernistas.

Os sujeitos da pesquisa foram: nove técnicos do Setor de Adoção (incluindo a mim mesma) e duas famílias adotantes. Foram realizadas duas entrevistas de grupo focal: uma com os técnicos e outra com as famílias. Este trabalho privilegiou o material obtido com o grupo dos técnicos, cujas informações foram analisadas segundo a proposta de *investigação qualitativa* de Fernando Rey (1999), que se apóia em três princípios: (1) o conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa; (2) o processo de produção do conhecimento tem um caráter interativo e (3) a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento. Contudo, as informações obtidas na entrevista com as famílias adotantes se mostrou de grande riqueza para ampliar a compreensão a respeito do assunto. Por este motivo, foi acrescentada uma breve análise deste material que, entretanto, merece ser estudado com maior sistematização e critério no futuro, em outra pesquisa ou trabalho complementar.

No projeto da pesquisa, manifestei o desejo de encarnar a metáfora, proposta por Kvale (1996), do “pesquisador como um viajante". Aquele que empreende uma jornada através de uma terra desconhecida, com ou sem mapas. Aquele que conversa com as pessoas, que ouve as histórias do mundo vivido por elas, que deliberadamente procura lugares ou tópicos específicos. Aquele que descreve qualitativamente tudo que vê e ouve, e, reconstrói em histórias que poderão ser contadas e recontadas. *Aquele cuja jornada não proporciona somente um novo conhecimento, mas, um processo de reflexão e, principalmente, uma mudança no viajante*. E agora, quase no final da jornada e olhando para trás posso dizer que muitas mudanças ocorreram...

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA:

2.1. Breve Histórico da Adoção no Ocidente:

Segundo Vargas (1998A), a adoção é uma prática de origem remota da sociedade, que continua encoberta de silêncio, a "*alimentar mitos e fantasmas"* (p. 17). Para a autora, falar de adoção também requer que se fale antes de abandono, definido por Marin (1990, conforme citado por Vargas, *Id. Ibid.*, p. 17) como "a perda do direito da criança de viver no seio de uma família que a ame, reconheça, eduque e proteja".

Segundo Giberti, De Gore & Taborda (1997) os temas de abandono, exposição de crianças e infanticídio são pouco lembrados ou citados nos estudos referentes a paternidade, maternidade e adoção, embora fossem práticas freqüentes na Antiguidade: "antes da história da civilização propiciar a adoção de criaturas abandonadas, estas corriam o risco de ser vítimas de infanticídio" (p. 14). As autoras destacam que nas origens do Direito Romano, não se distinguia entre a maternidade legítima ou natural, posto que ao dar a luz era incontestável a maternidade da mulher, ainda que a criança fosse gerada fora do casamento. Assim, o conceito de ilegitimidade só era válido para o homem. "A partir de Justiniano (ano 519), a lei decretou que os filhos nascidos de mulher *ilustre*, se haviam sido procriados dentro do matrimônio, *deviam ser preferidos* aos concebidos fora dele" (p.16, grifos meus). Na mesma página, as autoras continuam: a castidade deveria ser um dever a ser respeitado "especialmente para as mulheres *livres de nascimento e de origem ilustre*". E ainda, os ilegítimos *perdiam o direito à herança materna*. Contudo, não apenas a dúvida quanto à legitimidade do filho(a) era motivo para os enjeitamentos. Era costume na Roma Imperial a criança recém-nascida ser colocada aos pés do pai, se este a levantava, era o sinal de que a tomava como filho e garantia sua vida – O pai tinha sobre os filhos de casamento legítimo, o direito de vida e morte e o poder de vendê-los. "Em Roma um cidadão não tem um filho: ele o "toma", "levanta" (*tollere*)" (Veyne, 1989, p. 23). A criança que o pai não levantava poderia ser exposta na porta da casa ou em qualquer outro lugar público, para que fosse recolhida por quem a quisesse e para o fim que desejasse. O enjeitamento, constituía uma prática usual e não só entre os pobres; a classe média ("os simples notáveis") freqüentemente enjeitava os filhos porque preferia "concentrar esforços e recursos em um pequeno número de rebentos" (Veyne, 1989, p. 24). Em geral, as meninas eram mais enjeitadas do que os meninos. Pode-se deduzir que, a partir desta prática, muitas crianças morriam - "Os romanos ricos e poderosos faziam o necessário para que a criança não sobrevivesse, em troca os necessitados as engenhavam para que alguém os resgatasse" (Giberti e cols., 1997, p. 17). Entretanto, "por vezes o enjeitamento não passava de um simulacro: às escondidas do marido, a mulher confiava o filho a vizinhos ou subordinados que o criavam secretamente; depois ele se tornava escravo e eventualmente liberto de seus educadores" (Veyne, 1989, p. 24). Como a escravidão fazia parte do modo de produção, muitas crianças expostas eram retiradas das ruas a fim de se tornarem escravas ou serem vendidas – "mercadores de escravos iam recolher os enjeitados nos santuários ou nos monturos públicos... a pobreza impelia os sem recursos a venderem seus recém-nascidos a traficantes... muitos adultos se vendiam para não morrer de fome" (Veyne, 1989, p. 62). É possível ainda que outras crianças pudessem ser acolhidas e *anonimamente* reconhecidas como filhos de libertos ou homens livres, já que o instituto da adoção estava mais vinculado a questões de patrimônio, linhagem e descendência.

Segundo Siqueira (1998, p. 36): "Em Roma, a família representava uma unidade complexa político-religiosa, imperando a necessidade de perpetuarem-se os cultos domésticos frente ao gravame da morte do *pater familias* sem deixar descendentes... Havia necessidade de estabelecer-se uma figura jurídica que assim permitisse, surgindo daí a adoção", que era a admissão de um estranho à família, concedendo-lhe a condição de filho legítimo. Segundo o autor, com a adoção, atingiu-se em Roma uma abertura política, permitindo que plebeus se transformassem em patrícios e vice-versa. Vargas (1998A, p. 19, grifo meu) afirma: "A prática da adoção sempre existiu em países de direito romano através de um certificado que anulava a filiação biológica e garantia, através do adotado, a transmissão do nome de família. Entende-se aqui a adoção como: o direito concedido a *famílias nobres* de garantirem uma descendência onde as noções de linhagem e patrimônio são predominantes na manutenção das dinastias pela transmissão de títulos nobiliárquicos". Segundo a autora, tais adoções eram legais, mas as leis eram bastante restritivas e só podiam ser adotadas pessoas maiores. Segundo Veyne (1989, p. 30) gerar ou adotar filhos era "um modo de impedir a extinção de uma estirpe e também de adquirir a condição de pai de família exigida por lei dos candidatos a honras públicas e aos governos das províncias". Segundo o autor, muitas vezes, a transação também era vantajosa para o adotado: herança e a oportunidade de seguir uma importante carreira pública.

Na Alta Idade Média, o infanticídio era tão comum e se tornou tão grave que a igreja passou a impor sanções a fim de regulá-lo. Mesmo as condenações das genitoras à morte, em função da prática do crime, não davam muito resultado pois, muitas vezes, a gravidez, o parto e o seu "produto" eram escondidos (Giberti e cols., 1997). Duby (1990, conforme citado em Giberti e cols., 1997) ressalta que as meninas eram mais vítimas de infanticídio e abandono. Na Baixa Idade Média, em função das severas sanções e castigos impostos pelas autoridades (Igreja e Estado), tornou-se muito perigoso matar o recém-nascido, assim "o abandono de crianças parece ter sido o último recurso dos pobres e um método muito utilizado nas cidades" (Opitz, 1992 citado em Giberti e cols., 1997, p. 19). Era comum no século XVIII, encontrarem-se cadáveres de recém-nascidos nas ruas e nas estrumeiras (esterqueiras) de Londres e outras cidades.

Por volta do século XIV, fundaram-se em várias cidades européias, asilos para crianças, contudo, só eram admitidas crianças abandonadas órfãs, ou seja, legítimas. Os ilegítimos não podiam ser admitidos, pois a "bastardia" era objeto de forte reprovação social, "o que explica o recurso do infanticídio ou aborto, ou bem o parto clandestino e posterior abandono" (Giberti e cols., 1997, p. 20). Posteriormente, os ilegítimos passaram a ser admitidos nestes estabelecimentos, porém, o tratamento destinado aos mesmos era ainda pior; em Rouen e Reims na França, os ilegítimos morriam "mais e mais depressa" (Badinter, 1985, p. 140). Em 1811, na França, foi instituída a roda dos expostos[2], a fim de preservar a honra das famílias e evitar a proliferação dos pobres. As crianças abandonadas ficavam a cargo da assistência pública, todavia, a mortandade nestes "orfanatos" muitas vezes passava de 50% - "No último terço do século XVIII morreram, antes de um ano, mais de 90% das crianças abandonadas no asilo de Rouen, 84% em Paris e 50% em Marselha" (Badinter, 1985, p. 141) - os expostos eram estigmatizados, enclausurados e alvo de maus tratos nos asilos. Esta autora mostra que, na população em geral, a mortalidade infantil também era alta, especialmente no primeiro ano de vida, em função da prática amplamente

[2] Também chamada de "tornos", tinham a forma de um tonel giratório que unia a rua ao interior do hospital (em geral, Santa Casa) de forma a preservar anônima a identidade dos que ali depositavam as crianças.

difundida no século XVII de confiar bebês a amas de leite. A autora mostra, ainda, que o lugar e o papel social da criança, de um modo geral, e não apenas as ilegítimas, abandonadas ou pobres, não tinha a dimensão dos dias de hoje - a criança era representada de forma terrível: "símbolo do mal", "do erro" ou "pecado" e "imperfeita", para os teólogos, pedagogos e filósofos; e um "estorvo" para o povo em geral. A criança, de um modo geral, era desprezada e vítima da indiferença social.

Entre os séculos XVIII e XIX, a mortalidade infantil, decorrente do descaso e abandono dos pais, passou a ser extremamente onerosa para o Estado. Além disso, o ser humano passou a ser reconhecido e valorizado como força de trabalho e de defesa - um estado moderno poderoso precisava de muitos cidadãos responsáveis e ordeiros que ocupassem seu território, trabalhassem para aumentar sua riqueza e o defendessem na guerra. Uma nova concepção da criança, que se delineava desde o século XV, ganha força a partir do século XIX - a criança começa a ser considerada, não como um adulto em miniatura, mas como um ser em evolução que merece ser protegido e educado, a fim de não adquirir comportamentos indesejáveis e/ou ameaçadores à sociedade. A maternidade, amamentação e a maternagem passam a ser valorizadas e a adquirir uma aura nobre; as antigas práticas de "aprendizagem" são gradativamente substituídas pelas escolas, inicialmente, internatos e, posteriormente, mais próximas à família de forma a estreitar os laços familiares (Ariès, 1978). No Brasil, a medicina higienista enfronhou-se nas famílias, ditando normas de conduta e controle social (Costa, 1979). A criança passa a ser considerada pela sociedade, a partir de meados do século XIX e início do séc. XX, "uma pessoa de verdade com direitos e deveres a serem observados e respeitados" (Weber & Kossobudzki, 1996, p. 19).

Instituição de grande importância na sociedade romana por razões econômicas e políticas[3], "a adoção definhou durante toda a Idade Média, tendo pouca importância na Europa antes do século XX" - "a adoção, quando existia, dizia respeito principalmente à transmissão de bens, de um nome familial e, eventualmente de um poder político" (Fonseca, 1995, p. 117 e 118, respectivamente). Pode-se dizer que historicamente a "adoção clássica"[4] predominou a fim de garantir a descendência para casais sem filhos. Contudo, "os poderes centrais agiam em geral contra a adoção", e com isso "mantinham o número de pessoas sem herdeiros relativamente alto, a fim de que o patrimônio de muitas escoasse para o senhor feudal ou para a Igreja" (Goody, 1982, conforme citado por Fonseca, 1995, p. 118). Segundo a autora, os juristas que estudam o assunto gostam de atribuir os avanços obtidos nas leis relativas à adoção ao grande número de órfãos resultante das guerras mundiais do século XX, contudo, para ela, guerras e epidemias não eram novidades históricas - "A novidade consistia em novas concepções da criança e do papel do Estado na vida privada" (Fonseca, 1995, p. 118) e justifica essa colocação ao citar que era grande o número de enjeitados deixados na roda dos expostos e de bandos de jovens vivendo nas vias públicas antes do século XX. E embora fosse comum as pessoas acolherem em seu lar uma criança ou jovem desamparada, raramente se pensava em

[3] Através da adoção, os césares costumavam legitimar o direito político de seus sucessores – "Foi desta forma que a linha imperial que parte de Otávio, o "Augusto", adotado por Júlio César, reinou por mais de um século através de seus descendentes adotivos: Tibério, Calígula, Nero, Trajano, os Antônios e Marco Aurélio (Robert, 1989 apud Vargas, 1998, p.19)

[4] A chamada "adoção clássica" ainda vigora nos dias atuais e é entendida como sendo uma adoção que existe para atender às necessidades e exigências do(s) adotante(s) – em outras palavras, pode ser concebida como a busca de uma criança para uma família.

legalizar sua situação pela adoção. "A desigualdade – entre filhos 'legítimos' e criados (e até entre filhos natos[5]) – era um fato pacífico da vida" e havia ainda "o perigo da adoção ser usada para legitimar filhos adulterinos – um ato que ferindo a moral familiar, era expressamente proibido na legislação de diversos países" (Fonseca, 1995, p. 119). A autora afirma que, em função do interesse na *ordem pública e na socialização adequada* dos jovens sem família, a partir do Estado moderno, as discussões jurídicas passaram a se centrar na transferência do pátrio poder, ficando as questões relativas à herança para um segundo plano. Desta forma, a adoção vinha ao encontro das necessidades de um poder público que estendia sua influência cada vez mais para dentro da intimidade familiar (Fonseca, 1995).

A partir dos registros sobre estas práticas, pode-se verificar que o abandono e a adoção, historicamente, estão também fortemente ligados a questões de desigualdade social e de gênero, ao processo de acumulação de riqueza a partir do patriarcado, a interesses políticos e econômicos e, principalmente, a uma representação da infância como algo menor e desvalorizado. Ariès (1978) apresenta como uma nova concepção da infância começou a se delinear a partir de meados do século XV, com o despertar de um novo sentimento – o sentimento de família (circunscrita cada vez mais à unidade conjugal e aos filhos resultantes desta). Em função de uma nova concepção de infância, observa-se que, no último século no mundo ocidental, abrandaram-se as legislações pertinentes ao tema da adoção, tornaram-se menos restritivas e mais preocupadas com o bem-estar do adotando, que gradativamente foi adquirindo os mesmos direitos e deveres de filhos biológicos. Também estes últimos adquiriram um *status* diferente na família, passaram a ser valorizados, amados e tratados com maior igualdade.

Além das modificações jurídicas, passou a vigorar um consenso, entre os estudiosos da área, que a "adoção moderna"[6] deve ser incentivada como *uma das alternativas* de solução do problema da criança sem família, tanto do ponto de vista ético, como do ponto de vista legal e de proteção aos envolvidos, em especial, à criança. As "adoções modernas" devem ser incentivadas pois ao envolver a assessoria multidisciplinar (institucional, profissional, psicológica e jurídica) dos adotantes, adotando e genitores, promove-se um processo legal e legítimo, mais transparente, reflexivo e consciente no sentido do entendimento das dimensões do feito. Contudo, numa perspectiva preventiva, o problema da criança sem família poderia ser evitado em suas raízes, com o estabelecimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda, maior acesso à saúde e educação, a fim de prevenir o abandono e a exclusão de grandes contingentes da população.

2.2. Abandono, Entrega, Desconhecimentos e Segredos

[5] O costume de beneficiar apenas um dos filhos em detrimento dos outros (em geral o primogênito) se difundiu no séc. XIII, sendo comum desde a idade média até o séc. XVII. Tal costume tinha como finalidade evitar o esfacelamento do patrimônio ameaçado por uma maior mobilidade da riqueza e não mais protegido pelas práticas de propriedade conjunta e solidariedade de linhagem (Ariès, 1978).

[6] Cunhou-se o termo adoção "moderna", ao tipo de adoção que enfatiza a solução para a crise da criança abandonada, em contraposição às adoções "clássicas", que prevalecem historicamente e priorizam os interesses dos adotantes. A primeira caracteriza-se pela "busca de uma família para uma criança" e a segunda pela "busca de uma criança para uma família".

O “abandono legal” - que, segundo Vargas (1998A, p.17), “não está definido claramente no ECA[7] - permite respeitar o desejo dos pais de não assumir o filho (agilizando o processo), oferecendo, ao mesmo tempo, possibilidade à criança de ter a segunda melhor chance de construir relações estáveis que são vitais para o seu desenvolvimento”. Contudo, para a autora, este desejo dos pais de não assumir o filho precisa ser questionado em um país onde a maior parte da população se encontra abandonada pelo Estado, sem condições de saúde, moradia, educação. Neste sentido, até que ponto existiria liberdade nesta escolha de entregar ou abandonar um filho? Até que ponto isto seria realmente uma escolha dos pais?

Concordo com Vargas (1998A) no tocante à relação entre adoção e abandono. Entretanto, existem diversos níveis de abandono nesta relação. O que a citada autora definiu como “abandono legal” (p. 17) é o consentimento necessário que os genitores ou representantes legais do adotando precisam dar para que ocorra a adoção[8]. Em muitos casos, a entrega de um filho(a) em adoção não pode ser vista necessariamente como “abandono”[9], mas como um ato – e pode-se pensar, em um certo sentido, *responsável*- de pais que não estão disponíveis para assumir sua prole, abrindo mão de seu direito sobre a criança/adolescente - o pátrio poder[10] - e que, a partir deste ato, propiciam uma outra chance para a criança de estabelecer relações afetivas estáveis e saudáveis para seu desenvolvimento. Utilizei o termo “disponíveis” por avaliar como mais abrangente, tendo em vista as mais diversas motivações para a entrega de uma criança em adoção e que na prática diária parecem estar atuando juntas, como mostrarei a seguir. O termo disponibilidade é também utilizado por Berthoud (1998) para se referir a paternidade possível como a *disponibilidade* emocional e afetiva de um homem ou mulher em determinado momento da vida para assumir a função parental. Usarei o termo “disponibilidade” de uma forma mais abrangente, buscando abarcar o contexto mais amplo, em que pode ocorrer a paternidade/maternidade e que pode influenciar na forma como se dá ou não seu exercício.

Entregar e abandonar são coisas diferentes, embora possamos verificar no cotidiano da VIJ-DF, que ambas as práticas coexistem, muitas vezes, em dimensões diversas. Abandonar traz um grave aspecto de risco para a criança, como p.ex.: largar a criança em via pública, no ponto de ônibus, na porta da casa de alguém. Este abandono pode ser comparado à prática histórica de exposição de crianças e, muitas vezes, tem conseqüências graves, que podem levar a criança à morte. Sem falar nas conseqüências psicológicas danosas para a criança e para a genitora. As vivências traumáticas do abandono e da exposição são registradas e podem deixar marcas profundas na vida do abandonado. Muitas

---

[7] Estatuto da Criança e do Adolescente.

[8] Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), art. 45: “A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. § 1º: O consentimento será dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do pátrio poder. § 2º: Em se tratando de adotando maior de 12 anos de idade, será também necessário o seu consentimento.

[9] Segundo o dicionário de Aurélio Buarque, é sinônimo de *largar*, *desamparar*, *sem cuidado*, *auxílio ou proteção*. Segundo Silveira Bueno, é também sinônimo de *desprezar*; *deixar* – O termo traz em si, aspectos maus e pejorativos.

[10] No ECA, o pátrio poder está disposto nos artigos 21, 22, 23, 24 e os procedimentos para sua perda nos artigos 155 a 163. Desde 1990, com a promulgação desta lei, ele é exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe, e em caso de divergência, qualquer um deles poderá recorrer à autoridade judiciária competente para sua solução. Os deveres dos pais são: sustento, guarda e educação dos filhos menores. Obriga ainda os pais, no interesse dos filhos, a cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

vezes, percebe-se uma clara tentativa de homicídio (crianças encontradas no lixo, na fossa, no meio de descampados, enterradas, em sacos plásticos, etc). A não vivência do luto do(s) bebê(s) entregue(s) ou abandonado(s) pela genitora pode estar por trás de uma atitude "descuidada" frente a um novo relacionamento amoroso, resultando em nova gravidez em busca do "bebê perdido".

Outra forma de abandono freqüentemente observada é o chamado "abandono moral", que é a permanência da criança com cuidadores (às vezes, ambos os genitores) que não lhe prestam os cuidados necessários de alimentação, carinho, atenção, educação, ou ainda praticam abusos físicos e sexuais. Por outro lado, muitas vezes, a "doação" ou "entrega" de um filho(a) tem um aspecto diferente. Ainda que os genitores, em geral, a genitora entregue a criança por sua própria conta (sem a mediação da autoridade judiciária), muitas vezes, existiu o reconhecimento de sua não disponibilidade para a maternidade/paternidade e uma preocupação e investimento sobre esta criança no sentido de protegê-la e confiá-la a outrem. Entretanto, como mostram as estatísticas nacionais, a condição de "abandono" vivida pelos genitores (em especial pela genitora) parece ter uma dimensão importante e ser um fator preponderante para a entrega de um filho(a) e, possivelmente, também para seu abandono. Embora não se possa generalizar, já que outros fatores parecem estar atuando conjuntamente, e ainda, nos casos de crianças encontradas em via pública - na maioria das vezes, desconhece-se por completo sua origem e os motivos pelos quais foram abandonadas - as condições de exclusão e abandono de grande contingente de nossa população parecem fatores importantes na entrega e abandono de crianças. Como Venâncio (1999, p. 13) ressalta, as normas, leis e práticas assistenciais no Brasil, que estigmatizam o pobre, imputando-lhes "irresponsabilidade e desamor em relação à prole, deram origem a uma perversidade institucional que sobrevive até nossos dias: paradoxalmente, desde os séculos XVIII e XIX, a única forma de as famílias pobres conseguirem apoio público para a criação de seus filhos era abandonando-os".

A condição de abandono e exclusão da genitora pode ser facilmente identificada a partir dos dados estatísticos levantados pela Vara da Infância e da Juventude do DF, relativos aos processos de adoção dos anos de 1998 e 1999. A maioria das genitoras é jovem (até 30 anos), solteira, pobre, com baixa escolaridade e pouca qualificação profissional (a maioria é doméstica), provenientes de regiões pobres do país (na maioria, o Nordeste). Os dados estatísticos dos anos de 1998 e 1999 foram apresentados no I CONGRESSO PSICOSSOCIAL JURÍDICO DO TJDFT em março/2000, cujos Anais ainda não foram publicados (Ghesti, Campos, & Silveira, 2000). A partir deste levantamento estatístico e dos indicadores obtidos na prática, através das entrevistas com as genitoras, verificamos que o perfil destas coincide com o perfil da mãe doadora encontrado por Weber (1999A) deduzido a partir de levantamento estatístico de processos de adoção do Juizado da Infância e da Juventude de Curitiba-PR, que mostrou que a maioria das mães doadoras é jovem (idade entre 15 e 20 anos) e solteira; entre os principais motivos para a colocação da criança para adoção está: a falta de recursos materiais (1º lugar) e a rejeição da criança pela mãe (2º lugar). Tais dados são comparáveis também com os resultados de pesquisa realizada por Giberti e cols. (1997) na Argentina, onde as mães doadoras são na sua maioria jovens, solteiras, pobres, com baixa escolaridade e sem qualificação profissional – as autoras definem: mães excluídas.

Embora os dados estatísticos dos casos de adoção, estudados pelo Setor de Adoção da VIJ-DF nos anos de 1998 e 1999, apontem a falta de condições socioeconômicas[11] como o principal motivo para a entrega de uma criança para adoção, durante os atendimentos às genitoras ou gestantes na Vara da Infância e da Juventude, também percebemos que vários outros motivos se interligam e se misturam à pobreza material, entre eles: a rejeição do parceiro (genitor da criança), gravidez não planejada (muitas vezes, fruto de um relacionamento eventual), falta de condições psico-afetivas (categoria abrangente que inclui a rejeição à criança) e de suporte familiar, e ausência de uma rede social de apoio.

Muitas vezes, alegar dificuldades financeiras e materiais parece ser mais "fácil" e com um menor custo de sanção social - O curioso é que a própria sociedade que julga severamente a mãe que entrega ou abandona um filho(a), não se envergonha do fato desta mãe alegar agir assim em função da desigualdade social, da pobreza e/ou de seu próprio abandono. Tampouco julga com a mesma severidade o pai que, na maioria das vezes, segundo relato da maioria das genitoras atendidas no Setor, soube da gravidez e optou por não assumir sua prole. Estas observações coincidem também com a citada pesquisa de Weber (1999A, p.143, grifos meus) que encontrou: entre as solteiras que entregaram seus filhos, a maioria "*contou ao pai biológico sobre a gravidez e este decidiu por não assumir a paternidade....* este foi um dos *fatores que colaboraram* para que a mãe biológica decidisse por entregar a criança em adoção".

Quero dizer que alegar motivos socioeconômicos para a entrega da criança pode encobrir, muitas vezes, outras razões – baseio esta afirmação no fato de, diversas vezes, ser recusada pela genitora a possibilidade de uma ação de reconhecimento de paternidade, e/ou sua inclusão em programas oficiais de auxílio e/ou o apoio de redes sociais informais (instituições não governamentais, religiosas), a fim de que ela possa, do ponto de vista econômico, permanecer com a criança. O tema é complexo e com múltiplas vertentes e interpretações. A genitora pode alegar o problema socioeconômico para não revelar sua rejeição pela criança, em função das representações sociais atuais acerca da maternidade, que ainda mistificam e naturalizam o amor materno como mostra Badinter (1985). Por sua vez, esta rejeição pode estar menos relacionada à falta de recursos financeiros, e mais associada à falta de apoio do pai da criança e/ou familiares, ou ainda da sociedade em geral. Freston & Freston (conforme citado por Weber, 1999A, p. 146) constatou que "dentre 4 mães que doam seus filhos, 3 alegam dificuldades econômicas e que, em muitos destes casos, esta situação é vinculada à falta de um contexto doméstico favorável". Em outras palavras, a rejeição à criança pode estar relacionada à ausência de um contexto social consistente que apóie a genitora, como alertam os autores estudados, situação que verificamos na prática na VIJ-DF. Se por um lado, a pobreza material e econômica em função de sua intensidade numérica, se impõe na análise do problema, por outro, também encobre outros fatores e motivos que levam ao abandono ou à entrega de um filho que, de forma circular, também podem estar ligados, mas não necessariamente, à pobreza ou miséria. A conduta sexual em nossa sociedade (ainda coberta de preconceitos, desinformação e tabus religiosos e sociais) aliada a falta de acesso à saúde e educação e de

[11] Enquanto representantes do poder Judiciário, precisamos refletir mais profundamente sobre este dado estatístico, tendo em vista a lei dispor que: "A falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder. Parágrafo Único: Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou adolescente será mantido em sua família de origem, *a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio*." (Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 23, itálico meu).

uma política séria de planejamento familiar dificultam e, em alguns casos, até mesmo impedem uma atitude preventiva, que possibilite evitar a gravidez não programada ou indesejada. Por outro lado, do ponto de vista psicológico, precisamos ter em mente que, como Badinter (1985, p. 367) ressalta, "o instinto materno é um mito", não se encontra "nenhuma conduta universal e necessária da mãe". O amor materno não é natural e inerente à mulher – esse sentimento pode ou não existir. "Tudo *depende da mãe, de sua história e da História*" (p. 367, grifo meu). Desta forma, a entrega de uma criança em adoção não poderia ser uma solução eticamente desejável para uma gravidez inoportuna? Se o sentimento de afeto pela criança está ameaçado pelas contingências, não seria melhor abrir mão do filho(a) e entregá-lo para alguém capaz de amá-lo(a)? E essa entrega não poderia ser considerada um ato responsável e consciente em defesa da vida, ao invés de prova de miséria, maldade e loucura?

Um outro dado que chama atenção no levantamento estatístico da adoção no DF no tocante às genitoras, assim como no trabalho apresentado por Weber (1999A), é o forte peso da categoria *desconhecido(a)* em todas as variáveis estudadas. A própria ênfase na coleta de informação apenas com as genitoras pode revelar, além de diferenças culturais de gênero relativas a vivência parental para cada sexo, um viés dos trabalhadores da área que priorizam obter mais informações sobre as genitoras do que sobre os genitores - o que, por sua vez, também seria mais difícil e trabalhoso, já que muitas genitoras declaram desconhecer o paradeiro dos parceiros - ainda que ambos revelem seu "desinteresse" pela criança. É certo que, possivelmente, a maior parte das informações sobre os genitores seria tomada a partir das genitoras, já que a grande maioria alega que o parceiro "sumiu" depois que soube da gravidez. Neste sentido, a estatística parece revelar uma diferença na vivência parental relativa aos estereótipos culturais de gênero e um viés do próprio levantamento e coleta dos dados em função destes mesmos estereótipos, além de um desconhecimento ainda maior da realidade do genitor.

O grande desconhecimento da realidade dos genitores e genitoras não pode ser atribuído única e exclusivamente ao desconhecimento de seu paradeiro[12]. No levantamento estatístico dos casos de adoção estudados pela VIJ-DF nos anos de 1998 e 1999, não dispomos desse dado (paradeiro dos genitores e genitoras) isoladamente. Entretanto, em todos os outros itens estudados: estado civil, escolaridade, profissão, naturalidade, motivos para entrega/destituição de pátrio poder, a categoria *"desconhecido"* variou entre 20 a 44%. Esse desconhecimento pode também estar associado a uma falta de cuidado com a coleta e preservação das informações e, até mesmo, a sua sonegação por parte dos envolvidos (adotantes, genitora, intermediários). Em trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT, em março/2000, (Ghesti, Campos, & Silveira, 2000), já citado anteriormente, interpretamos que "esse desconhecimento significa, por vezes, junto aos adotantes um desejo de apagar a existência das genitoras", ou ainda, excluí-las mais uma vez. Na verdade, essa atitude pode revelar um desejo de apagar a história da criança, sua origem "inferior" ou "vergonhosa". Imber-Black (1994) alerta para que estejamos atentos ao significado daquilo que é mantido secreto – para ela, os segredos são fenômenos sistêmicos e a adoção, muitas vezes, carrega consigo estigma, vergonha e dor. Tais

[12] Nos dados relacionados ao paradeiro dos genitores, a pesquisa de Weber (1999A, p.144) encontrou resultados que mostraram que as mães biológicas, em sua maioria, tinham seu paradeiro conhecido, enquanto que, em uma grande parte das adoções, o paradeiro do pai era desconhecido. Tais estudos corroboraram pesquisa anterior da mesma autora sobre crianças institucionalizadas, onde o paradeiro desconhecido do pai era três vezes maior que o paradeiro da mãe.

sentimentos poderiam estar relacionados à infertilidade dos adotantes, ilegitimidade do adotando, conduta sexual da genitora socialmente considerada reprovável (como foi visto, em geral, solteira).

Um outro fator que pode também estar relacionado ao "desconhecimento" da realidade dos genitores e ao "desejo" de apagar a história pregressa da criança é a negação da adoção enquanto uma forma diferente de exercício da paternidade/maternidade. Hartman (1994) afirma que a adoção desenvolveu-se apoiada na negação da diferença entre a parentalidade adotiva e a biológica – "Para concebermos a adoção desta maneira, e para apoiarmos esta negação, *qualquer coisa que a torne diferente deve ser negada ou minimizada. A maior ameaça à negação da diferença é a existência da família biológica e, portanto, esta conexão deve ser total e permanentemente rompida* " (p. 95, grifo meu)[13]. No Brasil, pela lei, mesmo nos casos em que a adoção foi realizada a partir de um acordo anterior entre genitores e adotantes, juridicamente os primeiros perdem todos os direitos sobre o filho, inclusive o de visitas. Uma outra forma de se romper "de forma total e permanente" (parafraseando Hartman) tal conexão, é a pequena quantidade de informação obtida sobre a família de origem ou até mesmo sua sonegação. Arriscaria ainda dizer que nós, profissionais que atuamos no Judiciário, possivelmente, muitas vezes, compartilhamos em certa medida deste "desejo", diante da necessidade da *busca de solução rápida* para a criança, sem considerar adequadamente a situação de sua família biológica ou ainda antecipando a pequena quantidade de recursos que dispomos para dar o devido suporte à mesma. Na prática, encontramos muitas genitoras que se tornam verdadeiros "úteros", gerando filhos, ano após ano, que não podem criar. Ainda assim, pouco se sabe sobre as repercussões que a entrega de um filho acarreta na vida destas mulheres. As mães - e por que não, também os pais? - que abandonam e aquelas que entregam seus filhos para adoção, configuram-se fontes importantes de pesquisa, especialmente em países como o nosso – "fornecedor" de crianças para a adoção. Não abordarei a adoção internacional no presente trabalho, por considerar que o tema extrapolaria os objetivos da pesquisa. Contudo, o tema é envolvente e polêmico e merece atenção dos pesquisadores. No ECA, o assunto está disposto nos artigos 46, 51 e 52. A autora argentina Eva Giberti (1997) tem tratado de forma contundente o tema em seus trabalhos. A partir do levantamento bibliográfico, verifica-se que a adoção internacional tem sido um tema muito pouco estudado.

É preciso ressaltar que o desconhecimento e, especialmente, os "segredos" com relação à história de origem da criança adotável/adotada poderão trazer dificuldades para as mesmas e para as famílias adotantes. Sentimentos de vazio experienciados por muitos adotados, dificuldades na comunicação e nas relações interpessoais, muitas vezes, são conseqüências danosas decorrentes dos "segredos" e "não-ditos" sobre sua origem e

[13] Segundo Hartman (1994), em 47 estados norte-americanos (exceto no Alabama, Alaska e Kansas), os registros são lacrados e foram criadas leis proibindo o acesso das partes (adotantes, adotados e genitores) às informações. Os motivos alegados são que isto protege o adotado, adotantes e genitores de futuras intrusões, além de proteger os adotados do estigma de sua situação de adotado e da ilegitimidade. A autora aponta que esta tendência de registros lacrados ocorre em outros países de língua inglesa como a Austrália e o Canadá, embora a Inglaterra e a Escócia tenham aberto os registros aos adotados adultos. Entre nós, a adoção também corre em "Segredo de Justiça" e no novo registro civil não há alusão à adoção, porém as partes (adotantes, adotando e genitores) têm acesso aos Autos e às informações ali contidas, enquanto o processo de adoção não for finalizado. Após a sentença, este acesso também pode ser requerido somente pelas partes ao Juiz, que irá analisar o pedido. Desta forma, o adotando/adotado poderá reconstituir, a partir das informações ali contidas, uma parte de sua história de origem.

adoção. A própria história da adoção pode estar envolta em mistérios, especialmente, quando esta adoção não segue os trâmites legais. Por outro lado, torna-se de fundamental importância que os trabalhadores do Poder Judiciário procurem obter e manter todas as informações pertinentes à origem e história de vida do adotando/adotado a fim de que este possa reconstruir sua história, facilitando a construção de uma auto-imagem clara e definida. Acredito que cabe aos Serviços de Adoção dos Juizados ter uma preocupação em preservar e atualizar[14] as informações sobre o adotando, com vistas a possíveis consultas pelos envolvidos no processo. Sylvia Nabinger (2000) em palestra proferida durante o II º Encontro da Associação do Centro-Oeste de Terapia Familiar realizado em junho/2000 em Brasília-DF ressaltou a importância do tema e apresentou a experiência da VIJ-RS na confecção de uma pasta para cada criança contendo informações, fotos, desenhos, cartas, e outros. Na Vara da Infância e da Juventude do DF é aberta uma Pasta Especial para cada criança cadastrada para adoção. Tal pasta poderia ser aproveitada para inserir mais informações sobre a criança, relatórios de acompanhamento, fotos do seu desenvolvimento, configurando-se uma importante fonte de pesquisa que pudesse facilitar e enriquecer o levantamento de dados sobre sua vida.

2.3. Dados Estatísticos sobre Famílias Adotantes no DF

Predominaram no DF nos anos de 1998 e 1999, adoção de crianças por casais (81%), não inscritos previamente para adoção (em torno de 80%). Os dados sócio-demográficos dos adotantes (naturalidade, local de moradia) não mostraram diferença significativa em relação ao perfil da população do DF, quando comparados aos fornecidos pela CODEPLAN (1998 e 1999): a maioria é natural do Nordeste e Centro-Oeste, residentes em Taguatinga e Ceilândia (cidades mais populosas). O tempo de convivência marital teve uma distribuição relativamente equilibrada nas faixas acima dos quatro anos de convivência, com maiores concentrações nas faixas de 11 a 15 anos e acima de 20 anos.

Entre os casais, surpreendeu-nos que pouco mais da metade dos casais possuía filhos em comum - dado que se contrapõe tanto ao senso comum, quanto à literatura em geral, que aponta a impossibilidade de gerar filhos biológicos como uma das principais motivações para adoção. Este dado correlacionado aos dados de tempo de convivência marital mais freqüentes (de 11 a 15 anos e acima de 20 anos) pode indicar que o ciclo de vida familiar[15] pode influenciar na decisão pela adoção, possibilitando uma disponibilidade maior para adoção em famílias em que os filhos estejam na fase da adolescência ou início da vida adulta, normalmente em um movimento de "saída" de casa – fase do "ninho vazio".

Entre os principais motivos para adoção que foram registrados em 1998, o "desejo de exercer a maternidade/paternidade" ficou em primeiro lugar, seguido de: "ajuda ao próximo". Em 1999, o primeiro motivo se manteve em primeiro lugar, seguido de "projeto

[14] Esta preocupação em atualizar as informações desta pasta se faz especialmente importante nos casos em que a criança cadastrada permanece por qualquer período de tempo abrigada à espera de um lar adotivo.

[15] Segundo Miermont e cols (1994), "ciclo de vida familiar" é um conceito proposto por Hill & Duval (1948) para descrever a sucessão de fases que, desde sua constituição até seu desaparecimento, atravessa uma unidade familiar. Segundo os autores, tal noção foi retomada em terapia familiar nos anos 70 a partir da contribuição de diversos autores: V. Satir (1972), M. Erickson e J. Haley (1973), S. Minuchin (1974), M. Bowen (1978), E. Carter e M. MacGoldrick (1980) e encontra unanimidade entre os autores e terapeutas familiares de diversas tendências.

de adotar". O motivo "ajuda ao próximo" ficou em terceiro lugar. Os dados de 2000 ainda não foram completamente tabulados e analisados.

2.4. A Evolução Jurídica da Adoção no Brasil

No Brasil, a partir do levantamento sobre a legislação pertinente ao tema, podemos perceber que a "adoção clássica" predominou historicamente. A adoção foi instituída inicialmente pelo Código Civil Brasileiro de 1916 e definida como "ato civil pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho" (Siqueira, 1998, p. 43). As leis eram restritivas[16] e visavam limitar a adoção em virtude da forte influência da Igreja que normalmente herdava os bens de pessoas ricas sem filhos ou herdeiros. Segundo o autor, preponderava o interesse do adotante que desejava ter um filho. Em 1957, foram introduzidas várias alterações[17] no Código Civil que trouxeram avanços no instituto da adoção e, segundo Siqueira, visavam " a assistência ao adotado no sentido de melhorar sua condição sócio-familiar" (p. 43).

Em 1965, foi promulgada a Lei nº 4655 da "Legitimação Adotiva" com mais vantagens e avanços no tocante à adoção. A lei tornava a adoção irrevogável e dava ao menor legitimado os mesmos direitos e deveres do filho legítimo, porém, em relação aos direitos sucessórios e hereditários, fazia-se necessária a adesão dos ascendentes dos legitimantes[18]. Na legitimação adotiva, cessava o parentesco do adotado com a família natural, a filiação, antes aditiva[19], passou a ser substitutiva[20]. A lei era menos restritiva que as anteriores: o legitimando deveria ter menos de sete anos de idade, exceto para os casos em que o menor acima desta idade já estivesse há tempos no lar adotivo; casais com menos de cinco anos de casados poderiam adotar, desde que provassem através de perícia médica, sua esterilidade. Um aspecto muito importante da "legitimação adotiva" é que sua autorização tornou-se atribuição do Juiz de Menores com intervenção do Ministério Público. Anteriormente, a adoção e "a posse da criança era regulamentada no cartório da mesma forma que se regulamentava a posse de bens e imóveis" (Fonseca, 1995, p. 120). A medida previa também o estudo social do lar legitimante a fim de avaliar a motivação, aptidão dos legitimantes, sua atitude e de sua família.

---

[16] Só podiam adotar, os maiores de 50 anos em pleno gozo de sua capacidade civil, pelo menos 18 anos mais velhos que o adotando, e que não tivessem filhos biológicos ou que estes fossem falecidos.

[17] A idade mínima dos adotantes caiu para 30 anos, com uma diferença de, no mínimo, 16 anos entre adotado e adotante. Casais podiam adotar somente após cinco anos de casamento. O vínculo da adoção poderia ser dissolvido quando as partes conviessem e nos casos em que era admitida a deserdação. O parentesco limitava-se entre o adotante e o adotado e nem sempre envolvia direitos sucessórios. Se filho único, o adotado herdava tudo; se ao tempo da adoção, os adotantes já tivessem filhos, o adotado nada herdava. Se após a adoção, os adotantes gerassem filhos naturais, então o adotado herdava apenas metade do que coubesse ao(s) filho(s) legítimo(s). Os direitos e deveres resultantes do parentesco natural não se extinguiam pela adoção (filiação aditiva), com exceção do pátrio poder. Passou a ser exigido também o consentimento do adotando maior ou de seu representante legal (nos casos em que o adotando era menor ou incapaz).

[18] O vínculo adotivo não se estendia automaticamente à família dos pais adotivos, isto só ocorria se houvesse adesão dos ascendentes ao ato.

[19] A lei criava parentesco civil entre o(s) adotante(s) e adotado(s) sem romper o vínculo deste último com sua família biológica, inclusive no que diz respeito à herança.

[20] Na filiação substitutiva cessa-se a ligação do adotado com a família consangüínea.

Em 1979, foi promulgado o Código de Menores, que entrou em vigor em 1980. Com a nova lei, que reforçou as orientações da lei anterior, duas formas de adoção foram definidas: plena (para menores de 7 anos) e restrita[21] (para crianças e adolescentes até 18 anos de idade). Na adoção plena, o adotado passava "a integrar a família adotante em todos os sentidos. O adotado herdava como se fosse filho legítimo e o parentesco adotivo era estendido por *força de lei* aos ascendentes: no registro novo, ao lado dos adotantes, inscrevia-se, também, os nomes dos pais dos adotantes" (Fonseca, 1995, p. 123, grifo da autora). Esta autora apresenta um quadro comparativo (p.121) entre as diversas leis brasileiras no tocante à adoção, mostrando sua evolução.

Dez anos depois, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que trouxe novos avanços e institui apenas a adoção em caráter pleno, irrevogável e irretratável para menores de dezoito anos ou maiores em que a convivência tenha se iniciado antes do adotando completar dezoito anos. Com relação, à adoção-contrato restrita e revogável pelo distrato, não há consenso no meio jurídico. Alguns doutrinadores e julgadores entendem que o ECA não revogou a adoção restrita regida pelo Código Civil e advogam a tese de que a mesma pode ser requerida para maiores de dezoito anos (Siqueira, 1998).

Mas, o que diz a lei atual? Apresentarei, brevemente, o que a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) legisla sobre o assunto. O estatuto é considerado uma lei de vanguarda no panorama internacional e tem, como concepção que o sustenta, a Doutrina de Proteção Integral, defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com base na Declaração Universal dos Direitos da Criança, que afirma o valor intrínseco da criança como ser humano. Dispõe o ECA que: "Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes" (Art. 19). Sendo assim, a colocação em família substituta é medida excepcional que pode se realizar através da guarda, tutela ou adoção e visa garantir o direito da criança ou adolescente (impossibilitada de permanecer com sua família biológica) à convivência familiar e comunitária. A guarda[22] destina-se a regularizar a posse de fato; obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente e confere ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos genitores. A guarda é revogável a qualquer tempo mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público. A tutela[23] é deferida a pessoa de até vinte e um anos incompletos, pressupõe previamente a perda ou suspensão do pátrio poder e implica necessariamente o dever de guarda. A tutela é requerida nos casos em que a criança/adolescente possua bens. A colocação em família substituta é uma das medidas específicas de proteção à criança ou adolescente aplicáveis sempre que seus direitos forem ameaçados ou violados.

Finalmente, a adoção, disposta no ECA nos artigos 39 a 52, que é a modalidade de colocação em família substituta que atribui à criança ou adolescente a condição de filho – "A adoção atribui ao adotado a condição de filho, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os

[21] A adoção restrita era também denominada adoção simples, contratual e revogável pelo distrato. A filiação é substitutiva e no que diz respeito aos direitos sucessórios e hereditários é idêntica a adoção do Código Civil com as alterações da lei nº 3.133 de 1957.

[22] A guarda está disposta no ECA nos artigos 33 a 35.

[23] A tutela está disposta no ECA nos artigos 36 a 38.

impedimentos matrimoniais" (art. 41). O adotando deve ter no máximo dezoito anos à data do pedido, exceto nos casos em que já estivesse sob a guarda ou tutela do(s) adotante(s). O(s) adotante(s) devem ser maiores de 21 (vinte e um anos) e, pelo menos, dezesseis anos mais velhos do que o adotando, independentemente do estado civil. Em caso de casal[24], pelo menos um dos adotantes deve ser maior de 21 anos, comprovada a estabilidade da família. Casais divorciados ou judicialmente separados podem adotar em conjunto, desde que a convivência com a criança/adolescente tenha se iniciado na constância da sociedade conjugal e que ambos acordem sobre a guarda e o regime de visitas. Avós ou irmãos de uma criança/adolescente são impedidos de adotá-la. O cônjuge ou concubino poderá adotar o filho do outro, mantendo-se os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge/concubino do adotante e os respectivos parentes – essa modalidade de adoção é denominada juridicamente como "extensão de pátrio poder". A adoção é irrevogável (nem a morte dos adotantes restabelece o pátrio poder aos pais biológicos) e dá ao adotado os mesmos direitos sucessórios de um filho(a) natural. No registro civil do adotado, constarão os nomes do pais adotivos e seus ascendentes e nenhuma observação sobre a origem do ato poderá constar nas certidões. As leis anteriores eram bem mais restritivas que a atual, o que acabava estimulando as adoções ilegais.

Com relação ao aspecto legal da medida, o ECA também dispõe que compete à Justiça da Infância e da Juventude conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes (art. 148, Inciso III). No art. 150, determina ainda que cabe ao Poder Judiciário prever recursos para manter equipe interprofissional destinada a assessorar os juízes e que compete à equipe "dentre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico". No capítulo (Cap. III Seção IV Arts. 165-170) destinado aos procedimentos para colocação de criança/adolescente em família substituta, o ECA dispõe que a autoridade judiciária "determinará a *realização de estudo social* ou, se possível, *perícia por equipe interprofissional*, decidindo sobre a concessão de guarda provisória, bem como, *no caso de adoção, sobre o estágio de convivência"* (art. 167, grifos meus).

A partir do exposto em lei, percebe-se que a intermediação judiciária nos casos de adoção é fundamental, para que os direitos da criança e a própria lei sejam respeitados. A partir da leitura do Estatuto, pode se depreender ainda que o ambiente familiar, no qual a criança ou adolescente está ou será inserido, deve ser favorável ao seu desenvolvimento, deve resguardá-lo e protegê-lo. Nas disposições preliminares desta lei, está disposto que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (Art. 5). O ECA assegura a toda criança ou adolescente, o direito à convivência familiar e comunitária, mas efetua a seguinte ressalva: "em *ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes*" (Art. 19). A lei também estabelece que "*não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado*" (Art. 29) e que a adoção deve trazer "*reais vantagens* para o adotando e fundar-se em *motivos legítimos*" (Art. 46, itálicos meus). A lei prevê

[24] Casais homossexuais não tem seu regime conjugal reconhecido em lei, assim, não podem adotar em conjunto; juridicamente, o adotando poderá ser filho de apenas um dos membros do casal.

ainda "estágio de convivência pelo prazo fixado pela autoridade judiciária, observadas as peculiaridades do caso... durante tempo suficiente para se *poder avaliar a conveniência da constituição do vínculo*" (Art. 46). Itálicos meus para enfatizar a importância fundamental do estudo psicossocial nos casos de adoção.

A adoção é um vínculo irrevogável e o estudo psicossocial reveste-se de fundamental importância a fim de garantir o cumprimento da lei, o bom desenvolvimento da criança/adolescente e prevenir negligência, abuso, rejeição ou devolução. Em outro trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT, realizado em Brasília, em março/2000 (Campos & Ghesti, 2000), ressaltamos que o estudo psicossocial, além de ser um instrumento importante de avaliação do contexto familiar no qual o adotando está ou será inserido, permite inúmeras possibilidades para a transformação deste mesmo contexto, com vistas a torná-lo mais favorável ao desenvolvimento do adotando, por meio de escuta especializada, orientações, aconselhamento terapêutico e encaminhamentos necessários.

2.5. Aspectos Psicológicos da Adoção – Existe uma família idealizada na adoção?

Casellato (1998) afirma que no Brasil a demanda para adoção ainda se caracteriza pela adoção "clássica", ou seja, buscar a solução de conflitos ou a satisfação das necessidades do adotante e não exatamente do adotado. Também aqui no DF, do ponto de vista psicossocial, no processo de inscrição, percebe-se que a busca por adoções clássicas ainda predomina, tendo em vista a maior procura por crianças claras, semelhantes fisicamente aos adotantes, recém-nascidas/bebês e saudáveis. Observa-se também, como no resto do país, uma maior procura por crianças do sexo feminino. As explicações para isto podem estar relacionadas aos estereótipos culturais de gênero que relacionam o sexo feminino à: docilidade, beleza, domesticidade. Pode-se dizer também que, semelhante ao perfil nacional, à medida que a criança "envelhece" ou, ainda, quando a criança tem problemas de saúde ou é portadora de deficiência, suas chances para adoção diminuem bastante.

Existiam até 29/03/01 no DF, 41 (quarenta e uma) crianças cadastradas para adoção. Destas, 10 (dez) tem até 3 anos de idade, 23 (vinte e três) entre 4 e 11 anos e, 8 (oito) acima de 12 anos. 27 (vinte e sete) são do sexo masculino e 22 (vinte e duas) tem boa saúde. Os dados com relação às características raciais não estavam completos, mas em uma amostra de 43,9% do total de crianças, apenas 11% são brancas. São consideradas de difícil colocação, as crianças mais velhas, não brancas e com problemas de saúde - pois não se encaixam no perfil predominantemente escolhido/desejado pelos adotantes. A partir destes dados, verifica-se que muito ainda é preciso fazer para que ocorram estas adoções necessárias ou "modernas" – que são concebidas como a procura de famílias para crianças que não as têm. A postura do Setor de Adoção da VIJ-DF tem sido a de buscar compatibilizar e flexibilizar os perfis de ambos, adotantes e crianças, no sentido de promover a adoção destas crianças. Como será mostrado a seguir, por trás desta idealização da criança a ser adotada – do desejo por um filho *perfeito*: sem problemas de saúde, semelhante fisicamente, recém-nascido, cujo comportamento acredita-se que poderá ser mais facilmente "moldado" pelos adotantes - pode estar o desejo de imitar ao máximo a situação biológica *idealizada narcisicamente* e/ou ainda encobrir os temores e receios com

relação a história, origem e genética da criança. Também são idealizados, em nossa sociedade, os laços sangüíneos, a família e em especial, a maternidade.

Schettini (1998A) aponta para a supervalorização dos laços de sangue em nossa cultura. Ele alerta que, na nossa sociedade, "a ligação hereditária é um pressuposto indiscutível que dita as normas de valorização e continuidade familiar. Nesse contexto, a adoção é vista como algo espúrio, paralelo, inautêntico e artificial" (p. 29). São comuns questionamentos sobre a conveniência ou não de incluir uma pessoa "estranha" na condição de filho. Contudo, o autor aponta para o fato de que, no nível afetivo, as relações familiares não são garantidas pelos laços biológicos. Para ele, "o amor não tem a ver diretamente com a geração biológica e sim com a relação de convivência... O amor pelo filho adotivo é espontâneo e decorrente de uma decisão pessoal. Se sentimos a obrigação de amar o filho de sangue, por outro lado, o filho adotivo é amado sem a condição de obrigatoriedade" (p. 30-31). Para ele, a família constituída dentro desses critérios de "amor obrigatório" e "amor espontâneo" apresentaria formas dinâmicas diferenciadas e, em ambas, o fator preponderante para o estabelecimento da relação de afeto seria a convivência. O autor alerta para o medo do desconhecido, da hereditariedade patológica da criança adotada que, muitas vezes, invadem os pais adotivos e afirma que "o medo das deficiências decorrentes do passado biológico do filho adotado não é em nada diferente da mesma possibilidade em relação aos filhos gerados biologicamente" (p. 33). Segundo o autor, esquece-se que pouco ou quase nada sabemos sobre nossos próprios antepassados. A partir de sua experiência clínica psicológica com pais adotivos, o autor aponta a origem desses medos na dificuldade dos pais em aceitar **plenamente** o filho adotivo em sua individualidade (grifo do autor), tarefa que poderia ser mais fácil no caso de filhos gerados biologicamente. Uma outra dificuldade com relação a hereditariedade está ligada às semelhanças físicas entre pais e filhos – "Faz parte das expectativas das pessoas a identificação nos filhos de alguma característica sua, como a comprovação de que estão cumprindo um rito de continuidade, o que lhes dá uma sensação de terem cumprido sua missão (e seu desejo) de perpetuação. Nesse caso, a semelhança dos filhos com os pais produz nestes uma sensação de normalidade, por estarem desempenhando sua inquestionável função reprodutiva" (p. 34). O desejo e a capacidade de passar adiante "características", "marcas" ou "poderes" que receberam, pode ser parcialmente frustrada pela ausência do vínculo biológico. Contudo, o autor aponta que entre pais e filhos adotivos, muitas vezes, encontram-se "semelhanças efetivas que surgem como decorrência da relação afetiva. A convivência possibilita uma similaridade, dando condição aos filhos de se aproximarem da maneira de ser dos pais, como o jeito de falar, o vocabulário, hábitos e expressões corporais. Enfim, eles assumem alguns estilos dos pais. Nas relações adotivas, a semelhança aparece, também, como uma *aspiração tanto dos pais quanto dos filhos, numa tentativa de os pais reduzirem o vazio da inexistência dos laços de sangue... A busca de semelhança é um empreendimento tanto de pais como de filhos adotivos para selar, definitivamente, a ligação parental*" (p. 35, grifo meu). A partir da leitura deste autor, pode-se observar a complementaridade entre pais e filhos no que diz respeito ao desejo por assemelhar-se e identificar-se um no outro, uma idealização mútua e da relação parental.

Berthoud (1998) afirma que, ao considerarmos as expectativas sociais, os desejos inconscientes e as possibilidades de vivência da *função parental*, há sempre uma *conotação idealizada* no modo como esta função é buscada e sentida, independentemente do tipo de paternidade (biológica ou afetiva). Contudo, também para ela, os elementos afetivos e cognitivos constituintes da maneira como o indivíduo assume a função parental vão se

integrando e alterando ao longo das diferentes fases do ciclo vital. Desmistificar a paternidade/maternidade ao assumir que esta pode se dar ou não, independentemente dos laços consangüíneos, capacita a conceber a adoção como uma possibilidade de se exercer/assumir a função parental. Para esta autora, o afeto disponível é o mais importante para o estabelecimento do vínculo. Considera ainda que a paternidade/maternidade é viabilizada pela disponibilidade emocional e afetiva para acolher uma terceira pessoa, é a consciência do nível de idealização subjacente ao desejo consciente de se tornar pai e mãe. Em outras palavras, a autora afirma que a *paternidade idealizada* faz parte de cada um e é construída ao longo da vida, a *paternidade possível* se refere à disponibilidade interna naquele momento de vida para assumir a função parental e é a consciência dessas duas realidades que permite ao homem e à mulher estarem emocionalmente disponíveis e se realizarem afetivamente quando se tornam pais.

Vargas (1998A, p. 31, grifos meus) alerta para "a tendência dos pais adotivos de sentirem que devem *ser pais perfeitos"*. Hartman & Laird (1990), citados pela autora, alertam para a possibilidade de casais inférteis experimentarem um sentimento de fracasso pela sua incapacidade de procriar e, em decorrência disso, terem necessidade de provar que podem ser "pais *super bem-sucedidos*". Para a autora, esses sentimentos acabam sendo exacerbados pelo processo de estudo durante a etapa do cadastramento, independentemente do cuidado e respeito com que seja realizado. Tal situação tende a colocar expectativas de que os pais adotivos de alguma forma devam ser melhores do que os pais que criam seus filhos biológicos, pois devem demonstrar antes do fato (adoção) suas capacidades para maternagem .

Weber (1999A) faz uma contundente reflexão crítica sobre as práticas de seleção das pessoas cadastradas nos Serviços de Adoção dos Juizados da Infância e Juventude. Segundo a autora, este processo seletivo tem sido feito com base em pressupostos "dogmáticos" acerca do comportamento humano. Sua crítica é "norteada pelo pensamento aberto da pós-modernidade", segundo o qual "é preciso crivar nossos preconceitos e não ter medo da ausência de certezas" (p. 35), e que avalia como "anticientífico e anti-intelectual", o "pensamento sentencioso". No artigo[25], a autora pergunta: "Quem é apto para ser pai e mãe?" Em sua análise da questão, ela apresenta o que eu chamo de concepção de *família idealizada na adoção,* presente no imaginário popular e científico e que se constitui como o problema de investigação desta pesquisa. Afirma que a dinâmica familiar das interações entre pais e filhos tem sido um tema de grande interesse popular e científico e que há um senso comum a respeito do assunto que guia tanto as pessoas comuns como os cientistas. Ambos "imaginam uma '*família idealizada'* para dar conta dessa 'séria' responsabilidade que é criar um filho" (*Ib. Ibid.,* p. 35, grifo meu). Para ela, enquanto a família biológica é socialmente considerada a única responsável pelo seu filho, "a responsabilidade pela escolha dos 'pais ideais' e pelo 'acerto' do processo de adoção passa a ser dos técnicos que trabalham nos Juizados da Infância e Juventude. O que não se pode esquecer é que este tipo de trabalho não é somente técnico. Nem neutro. Ele envolve inúmeros aspectos subjetivos, parciais, teóricos, arbitrários, políticos, pessoais... em relação à escolha da 'família adequada' para adotar uma criança" (*Ib. Ibid.,* p.36). Um dos problemas observados pela autora é que nem sempre os técnicos "lembram da possibilidade de mudança e de

[25] O artigo, contido no livro citado, foi também publicado integralmente na revista do Departamento de Psicologia da UFPR, InterAção 1, p. 123-138.

aprendizagem do ser humano[26], além de não fornecerem aos adotantes uma proposta de preparação e/ou modificação de atitudes. Seleciona-se simplesmente" (*Ib. Ibid.*, p.36). Segundo ela, percebe-se no discurso e na prática dos Serviços de Adoção, uma postura apriorística, herdada historicamente, preconceituosa, dogmática, estereotipada, moralista e alienada em relação à concepção sócio-histórica da família. Para ela, é "possível esclarecer e acreditar na mudança, *antes* de excluir, senão as conhecidas avaliações pseudo-psicológicas podem se tornar um modo perverso de discriminação e segregação" (p.37, grifo da autora). Para Weber, os técnicos deveriam ter "cuidado em afirmar, selecionar e contra-indicar com base exclusivamente em um conhecimento apriorístico e dogmático, pois existem relações funcionais que não podemos controlar e estamos constantemente em um curso dinâmico de constituição" (p. 37). A autora alerta ainda para a existência de "situações concretas de adoções bem sucedidas em relação à criação do apego que contradizem os critérios de seleção, como por exemplo, adoções inter-raciais[27] e tardias[28] e adoções cujas motivações iniciais que teriam sido consideradas 'inadequadas' por muitos técnicos." Em pesquisas com famílias adotivas realizadas em 1994 e 1995, Weber e colaboradores encontraram resultados que mostraram a inexistência de correlação entre a motivação dos adotantes e o sucesso da adoção. A autora postula que "a construção do vínculo afetivo pode ser tão poderosa e importante na dinâmica familiar que deixa em segundo plano a 'inadequação do motivo inicial..."(p. 38). Neste sentido, Weber questiona: quem é apto para selecionar bons pais? Já que somos observadores e sujeitos, estamos todos imersos na questão da não-neutralidade. Os técnicos lidam tanto com o comportamento público quanto com o encoberto. Como poderá saber se o candidato fala o que sente ou fala aquilo que o técnico quer ouvir? Diante do "complexo envolvimento do cientista e do sujeito da investigação (objeto)", a autora acredita que as "teorias atuais não deveriam ser taxativas, mas probabilísticas" (p. 41). Ela alerta para que o técnico (ou o cientista) não se julgue dono da verdade absoluta, pois o apego desmedido a teorias e técnicas, que enviesam o olhar, podem fazer com que se mude a realidade para se atingir as dimensões de determinado paradigma. Ela propõe que todos sejamos capazes de criticar nossos próprios conceitos, possuir "fluidez paradigmática" (p. 42). Para ela, apesar do pensamento tradicional ser fechado, ainda é muito mais consistente e válido, contudo, precisamos aprender a integrar o velho ao novo e não optar por um deles. Diante da responsabilidade pela criação de um filho, Weber fala da *necessidade de preparação*. Segundo ela, raras são as pessoas que se preparam para ter um filho, seja biológico ou adotivo, e isso "refere-se a uma reflexão sobre as próprias motivações, riscos, expectativas, desejos, medos, entre outros... significa tomar consciência dos limites e possibilidades de si mesmo, dos outros e do mundo" (p. 35). Preparar-se, para ela, não quer dizer "somente o momento que antecede o "ter um filho", é a consciência de que esta *preparação deve ser contínua*, que as coisas e as pessoas estão interagindo dinamicamente e, portanto, sempre estão sujeitas a mudanças" - em um processo dinâmico de construção e reconstrução desde os sentimentos, desejos, códigos de ética e de moral (pp. 35 e 36).

---

[26] Na verdade, muitas correntes da psicologia e das ciências sociais defendem concepções teóricas que negam ou restringem esta possibilidade de contínuo e permanente desenvolvimento humano ao longo da vida.

[27] Adoções de crianças com características raciais diferentes de seus pais adotivos.

[28] Alguns autores definem "adoção tardia" como adoção de crianças mais velhas, acima de dois anos de idade. Outros autores concebem a "adoção tardia" como aquelas de crianças acima de três anos de idade, argumentando que do ponto de vista do desenvolvimento infantil, somente acima dos três anos é que a criança deixaria de ser bebê.

Weber (1999A) afirma que "nos processos de adoção os técnicos são fundamentais não tanto para selecionar (que é o que fazem a maior parte das agências de adoção), mas para **preparar**: esclarecer, informar, instruir, educar, conscientizar, desmistificar preconceitos e estereótipos, modificar motivações, desvelar vocações, lapidar desejos... a maior parte das pessoas cadastradas nas agências de Adoção está ansiosa para participar deste espaço de reflexão, mas elas são somente cadastradas, julgadas, examinadas, esquadrinhadas, investigadas e interpretadas nos deslizes de seus relatos verbais" (*Ib. Ibid.*, p. 37, grifo da autora). Para ela, os técnicos se perguntam se os candidatos estão prontos e têm as características corretas para serem bons pais. Ela considera que talvez poucas pessoas estejam ou estivessem preparadas para serem pais, contudo, "deve-se acreditar que pouquíssimas não seriam capazes de tornarem-se capazes de exercer este papel" (*Ib. Ibid.*, p. 37-38). Alerta ainda para a responsabilidade dos técnicos para o cumprimento do ECA no tocante à modificação de atitudes dos candidatos, quanto ao acolhimento de crianças ditas "inadotáveis" (mais velhas, institucionalizadas, portadoras de deficiências, negras).

Em outro trabalho, Weber (1999B, pp.92-96) sugere que a falta de preparação dos candidatos pelas agências oficiais de adoção acarreta as seguintes conseqüências:

- estimula a adoção internacional;
- diminui a probabilidade dos brasileiros realizarem adoções inter-raciais, morais[29] e tardias;
- promove e perpetua a visão negativa da população em geral e das pessoas que passaram por adoções legais, a respeito das agências oficiais de adoção e isso leva a um grande número de adoções ilegais[30];
- isto tudo contribui para o círculo vicioso: continuação da institucionalização, perpetuação dos mitos sobre adoção, abandono de crianças "inadotáveis" em instituições.

Weber (1999B) propõe uma abordagem multidisciplinar para o problema da criança abandonada: distribuição de renda, estruturação e relacionamento familiar, conscientização sobre mitos sobre adoção, veiculação da adoção moderna (procurar pais para quem não tem), preparação e acompanhamento de famílias adotivas. As colocações da autora são instigantes e merecem uma reflexão profunda sobre nossa atuação enquanto profissionais - psicólogos, assistentes sociais e pedagogos - no contexto judiciário.

Maldonado (1995, p. 21) também afirma que os técnicos não deveriam enfatizar o exame e o julgamento dos candidatos a pais, sua aptidão ou não para receber a criança, com a inevitável conotação de prêmio ou castigo. Mas, conhecer melhor as pessoas, esclarecê-las e auxiliá-las em suas dificuldades, organizar reuniões de grupo para tratar dos

---

[29] Adoções de crianças com problemas graves de saúde, deficiência mental, portadoras do vírus da AIDS são denominadas por muitos autores de "adoções morais".

[30] Adoções ilegais são aquelas em que os adotantes registram o adotando como se fosse filho natural (biológico). Esta prática envolve três crimes: (a) parto suposto; (b) entrega de filho menor à pessoa inidônea; e (c) falsidade ideológica. Podem ser processados e punidos todos os envolvidos (genitores, pais adotivos, intermediários). O registro ilegal de paternidade é crime sujeito a pena de reclusão de 2 a 6 anos. Uma outra conseqüência é a retirada da criança do convívio da família que a registrou ilegalmente (Ferreira & Carvalho, 2000). É notório no Brasil, ainda, o fato de muitas crianças serem acolhidas ou de bebês serem desviados ainda dentro da maternidade e entregues aos pais adotivos, que muitas vezes, não chegam nem a buscar a Justiça da Infância e da Juventude, registrando-as ilegalmente como filhos(a) naturais. Este tipo de adoção ilegal é conhecida popularmente como "adoção à brasileira". Pessoalmente, detesto este termo pois associa o caráter nacional à ilegalidade – o famoso "jeitinho" brasileiro em seu aspecto mais perverso.

sentimentos, apreensões e expectativas comuns a todos que estão em *processo* de gestar uma maternidade/paternidade, através da adoção.

Vargas (1998A) também concorda com as autoras já citadas, concluindo em sua pesquisa sobre adoções tardias (adoções de crianças maiores de 2 anos) que são de "fundamental importância a preparação e o acompanhamento da família, específico à situação de crise que se instala a partir da formação do novo grupo familiar" (*Id. Ibid.*, p.14). Estes resultados também foram encontrados por autoras francesas estudadas pela pesquisadora. Tais experiências bem sucedidas contaram "com uma orientação técnica adequada e com a inabalável confiança dos pais adotivos em superarem com êxito os momentos críticos da relação que se estabelecia" (*Id. Ibid.*, p.35). Os resultados destas experiências demonstraram que é possível para crianças "consideradas idosas para a adoção, reconstruírem sua identidade a partir de novas figuras parentais que lhe ofereçam 'base segura' (Bowlby, 1973), imprescindível para o desenvolvimento de suas potencialidades" (Vargas, 1998A, p. 35).

Segundo Vargas (1998B), num trabalho de preparação, com aproximações sucessivas, pode-se chegar a uma adequação da família sonhada com a família possível. Ela apresenta as atribuições do psicólogo nos Juizados: orientar, aconselhar, acompanhar, constatar mudanças e alterações, encaminhar e cadastrar candidatos. Entretanto, alerta para o fato de que nos serviços de adoção dos Juizados, a relação entre o psicólogo e o cliente será permeada pela relação de poder que a instituição representa, já que o parecer psicológico orientará a determinação judicial. Tal fato interfere de forma significativa na formação de um vínculo de confiança entre o profissional e os envolvidos.

Um outro estudo que enfatiza a necessidade de preparação é o que está sendo realizado no LELu (Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto - PUC/SP). O projeto de intervenção psicoprofilática aos casais que estão em processo de adoção no LELu tem como objetivo investigar e identificar os motivos relacionados ao luto ou fracasso que levam um casal à adoção. A perspectiva psicoprofilática caracteriza-se, uma vez que se compreenda o significado da adoção para o casal, no trabalho de intervenção psicológica antes de se concretizar a adoção, a fim de otimizar as condições de sucesso da mesma.

Para Silva (1998), também os procedimentos de preparação, acompanhamento e apoio pós-adoção são elementos de fundamental importância. Entretanto, a autora, ressalta a importância da avaliação e da seleção pelos técnicos dos Juizados, a fim de prevenir um segundo abandono. A autora, assistente social forense, também defende, como outros autores já citados, a necessidade de acompanhamento e preparação das famílias adotantes pela equipe psicossocial dos Juizados, porém afirma: "como técnicos, sentimos ainda que é necessário avaliar e selecionar, a fim de evitar o fracasso da adoção, a devolução de uma criança, a negligência, o abuso ou maus-tratos". No mesmo trabalho, a autora expõe os sentimentos de fracasso e impotência e os questionamentos - todos sem resposta - que invadem os técnicos quando tais coisas ocorrem. Quem errou? O que não foi percebido? O que não foi revelado pelos pretendentes que deveríamos necessariamente ter observado? Onde ficou aquele desejo de ser pai/mãe? Qual terá sido a real motivação para adoção?

Essa necessidade de avaliação e seleção é inclusive estabelecida em lei ao reconhecer a importância do ambiente para o desenvolvimento da criança. Como pode se verificar a partir da leitura dos seguintes artigos do ECA: Art. 19 – que assegura o direito de toda criança/adolescente à convivência familiar e comunitária "*em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes*"; Art. 29 - "*não se deferirá*

colocação em família substituta a pessoa que revele incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado"; Art. 43 - a adoção deve trazer "*reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos*"; Art. 46 que prevê o "estágio de convivência pelo prazo fixado pela autoridade judiciária, observadas as peculiaridades do caso... durante tempo suficiente para se *poder avaliar a conveniência da constituição do vínculo*" (grifos meus). E ainda, nas disposições preliminares desta lei está disposto que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Da leitura destes artigos, pode-se depreender que o ambiente familiar deve ser favorável ao desenvolvimento da criança. Desta forma, o estudo psicossocial – a avaliação e seleção realizadas nas Varas da Infância e da Juventude revestem-se de um caráter preventivo fundamental para resguardar e proteger a criança/adolescente. Na verdade, este ambiente pode ser concebido como o contexto mais amplo em que a criança será inserida .

Diversos outros autores citados, tanto por Weber (1999A), quanto por Vargas (1998A), concordam sobre carência, no meio científico, de um trabalho mais sistematizado de acompanhamento das mães/famílias que abandonam seus filhos, das crianças abandonadas e das famílias ou indivíduos postulantes à adoção. Segundo todos estes autores, as experiências de adoção não são mais bem sucedidas em decorrência da falta de acompanhamento técnico especializado. Há um consenso entre os autores estudados no tocante à importância do acompanhamento (do ponto de vista psicológico) na adoção.

Penso que não se trata de deixar de avaliar e selecionar, mas de transformar esse momento em uma oportunidade de acompanhamento e parceria, ganho mútuo e transformação. E a forma para que isto ocorra está na sistematização de projetos de acompanhamento e preparação das famílias adotantes e na postura do profissional atuante não como um especialista, mas como um facilitador e promotor de reflexões e trocas de experiências. É verdade que a relação entre o técnico dos Serviços de Adoção dos Juizados e a família adotante será sempre permeada pela relação de poder que a instituição representa, como Vargas (1998B) alerta. Entretanto, concordo com Sudbrack (1998) no que diz respeito ao potencial de riqueza e possibilidade do contexto judiciário que, à primeira vista, parece oferecer mais limites que possibilidades ao psicólogo clínico interessado em realizar intervenções terapêuticas. Sudbrack (*Id. Ibid.*) alerta: a conotação de obrigatoriedade da intervenção profissional traz dificuldades para atuação do psicólogo e outros profissionais que atuam neste contexto, tornando a tarefa paradoxal - "Como atuar enquanto agente de mudanças num contexto de controle?" Para a autora, para se avançar, é preciso iniciar pela mudança de paradigma, a partir de uma leitura sistêmica e de uma perspectiva da complexidade. Ao invés de perceber o contexto da Justiça apenas em seus pontos de limites, é preciso tentar descobrir quais são e onde se colocam suas possibilidades. Desta forma, o problema seria assim redefinido: "Como pode o psicólogo, ao mesmo tempo, ser agente de controle **e** de mudanças?" (grifo da autora). Para ela, "o modelo do pensamento sistêmico mostra-se adequado e pertinente à intervenção psicológica no contexto da Justiça, na medida em que ele não apenas supera a causalidade linear ou mesmo a circular, mas considera a dimensão temporal das interações e sua imprevisibilidade, permitindo-nos introduzir o aleatório e escaparmos da fatalidade fechada sobre ela mesma da recaída e da reincidência" (*Id. Ibid.*, p.3)

2.6. O Setor de Adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal

Na Vara da Infância e da Juventude do DF, em todos os pedidos de adoção, antes de ouvir o Ministério Público e prolatar[31] a sentença, o Juiz encaminha os Autos ao Setor de Adoção, composto atualmente de treze *técnicos*: seis psicólogas e sete assistentes sociais[32], para realização de estudo psicossocial e parecer. Esta determinação encontra respaldo no ECA (art. 50 § 1º) e visa proteger e garantir direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Serão apresentadas em linhas gerais, as principais atribuições do Setor. Além do estudo de adoção propriamente dito (quando a criança já se encontra inserida no lar adotivo), os técnicos são ainda responsáveis pelo estudo psicossocial de interessados que buscam a VIJ-DF para se inscreverem para adoção (estudo de Inscrição) e pelo controle do registro destes inscritos que ficam aguardando que uma criança cadastrada para adoção lhes seja apresentada. Após a apresentação, se ocorrer o acolhimento da criança, durante as primeiras semanas[33], a família inscrita é acompanhada por um técnico do Setor. Depois que os adotantes dão entrada nos Autos de adoção, o Juiz defere a guarda provisória e determina que seja feito um novo estudo psicossocial, no qual se avalia, entre outros aspectos, a adaptação e aceitação da criança pelo(s) adotante(s) e familiares deste(s) durante o estágio de convivência, que deve preceder à adoção propriamente dita (a sentença e o mandado de cancelamento e confecção de novo registro civil). Com relação ao estágio de convivência, o Setor procura dar um prazo, no mínimo de 60 dias para realizar o estudo, embora a lei permita que o estágio de convivência possa ser "dispensado para crianças menores de um ano ou que já estejam sob guarda do(s) adotante(s) durante tempo suficiente para poder se avaliar a conveniência da constituição do vínculo" (ECA, Art. 46 § 1º). Evidentemente, nos casos em que a criança já convive com a família ("adoções prontas") há muito tempo, este prazo não é necessário, como o Estatuto prevê.

Uma outra atribuição do Setor é o cadastramento das crianças para adoção, a partir de determinação do Juiz da Infância e da Juventude. Em geral, esse cadastramento é precedido da audiência dos genitores na qual concordam com a adoção e abrem mão de seus direitos sobre a criança. Em geral, a oitiva é realizada apenas com a genitora, posto que, na maior parte das vezes, a criança não tem sua paternidade biológica reconhecida. O cadastramento de criança para adoção também pode ser decorrente de um processo de destituição de pátrio poder (em função de negligência, abuso ou abandono[34]). Uma preocupação do Setor é a de colocar uma criança cadastrada para adoção em lar substituto no menor tempo possível. Quando se trata de recém nascidos saudáveis (especialmente do sexo feminino), essa colocação é realizada sem maiores problemas, porém, como já foi apresentado, quando o perfil da criança é diferente da idealização da maioria dos adotantes, esta colocação se torna mais difícil.

Em 2000, o Setor começou também a efetuar um trabalho em instituições de abrigo, a fim de estudar os casos de crianças que ali se encontram sem a possibilidade de

---

[31] Julgar, proferir (a sentença).

[32] Na época da coleta de dados desta pesquisa, o Setor contava com cinco psicólogas e quatro assistentes sociais (uma das assistentes sociais também é psicóloga). O cargo que ocupam no TJDFT é denominado de Analista Judiciário.

[33] Nos casos de adoções tardias, esse acompanhamento se estende por mais tempo.

[34] Em geral, quando encontrada em via pública, a criança só é cadastrada e apresentada à família substituta, após um período variável de dez a quinze dias. Período de tempo em que se aguarda que alguém a reclame ou as investigações e diligências realizadas indiquem sua origem.

reintegração à família biológica, com objetivo de diminuir a institucionalização. Segundo o ECA, as instituições de abrigo devem ser temporárias, enquanto não ocorre a reintegração da criança à família biológica ou sua colocação em lar substituto. Desta forma, as instituições têm a obrigação de comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares (ECA, Art. 94). Infelizmente, nem sempre isso acontece, por isto, o Setor tem buscado conhecer de casos em que a criança se encontra abrigada e não recebe mais visitas de familiares, configurando possíveis situações de crianças "esquecidas" em abrigos. A partir da análise das situações estudadas, o Setor de Adoção tem sugerido ao Juiz: encaminhamentos e, até mesmo, o cadastramento da criança para adoção.

2.7. A experiência atual da VIJ-DF – A preparação para adoção

No Setor de Adoção da VIJ-DF, a equipe técnica é sensível à importância da preparação e, desde o início do ano de 2000, vem desenvolvendo um projeto com esse objetivo, denominado "Pré-natal da Adoção" (Setor de Adoção/VIJ-DF, 2000). Ao estudo psicossocial tradicional, foram incorporadas atividades de grupo, em sua maioria de caráter vivencial, dentro de uma perspectiva similar a de grupos multifamiliares. Costa (1998A) encontrou dados na literatura favoráveis ao método de trabalhar grupos de famílias, Bowen (em Guerin, 1976, citado por Costa, *Id. Ibid.*, p.254) "observou que as famílias mostravam-se mais à vontade estando reunidas, e havia maior focalização nas interações familiares. Estas, desenvolveram mudanças 50% mais rápidas do que famílias semelhantes e que eram vistas isoladamente."

As pessoas inscritas para adoção na VIJ-DF participam destas atividades, em que os principais temas relativos à adoção e acolhimento são trabalhados, como p.ex.: a motivação para adoção; o perfil idealizado da criança; as principais dúvidas, medos, mitos e preconceitos sociais; as dificuldades comumente encontradas; como lidar e contar sobre a história de origem da criança (temores, dificuldades, alternativas); os segredos (origem e conseqüências); trâmites legais e processuais (prazos, procedimentos, informações); cuidados específicos para recém-nascidos e adoções tardias (manejo); a infertilidade e a conjugalidade (possíveis dificuldades). O trabalho também tem buscado ampliar a reflexão dos adotantes sobre questões pertinentes ao desenvolvimento humano e constituição da personalidade (hereditário x adquirido). Até o presente momento, na inscrição, a maior parte das atividades programadas de grupo tem envolvido apenas os candidatos a pais e mães, mais em um futuro próximo, a equipe está pensando em ampliá-lo para incluir sistematicamente outros membros da família (filhos, avós, e outros).

A importância da preparação também tem sido enfatizada pela equipe psicossocial do Setor de Adoção da VIJ-DF nas adoções "por fora" ou "prontas" que, infelizmente, ainda representam 84% das adoções realizadas no Distrito Federal (estatísticas de 98 e 99). As adoções chamadas aqui na VIJ-DF "por fora" são aquelas que os adotantes já acolheram a criança e buscam a Justiça apenas para regularizar a situação. São adoções em que a apresentação da criança e o acolhimento não foram mediados pelas autoridades judiciárias. Na maioria das vezes, os adotantes não são inscritos e, desta forma, não passaram pelo estudo psicossocial antes do acolhimento. Para Machado (1998), as "adoções prontas" são aquelas que chegam ao Juiz como fato consumado, onde se requer apenas e tão somente, a legalização da situação. O autor enfatiza ainda que tais adoções recebem pouco

investimento técnico nos Juizados por serem consideradas fatos consumados e já se encontrar adiantado o processo de vinculação entre as partes (adotantes-adotando).

No trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial do TJDFT já citado anteriormente[35], defendemos que a adoção, a partir da inscrição e recebimento da criança através do Juizado, é a forma mais legal, ética e saudável para acolher um filho(a) através da adoção. As adoções "por fora" representam sempre um risco adicional pois, na maioria das vezes, a situação real do encontro entre os envolvidos (genitora, adotantes e adotando) não foi mediada com informação suficiente e abre a possibilidade para que ocorram situações, no mínimo, extremamente anti-éticas, tais como: pressão às genitoras, envolvimento de dinheiro, intermediários e terceiros. Após o acolhimento da criança, os adotantes buscam a Justiça apenas para legalizar a situação existente de fato, atribuindo à "burocracia" e à "morosidade" da Justiça, todo e qualquer entrave ou dificuldade encontrados durante o processo. Embora seja meta do Setor diminuir o número destas adoções "por fora", a partir de um trabalho de esclarecimento junto à população e uma proposta de um fórum de discussão interna, a equipe entende que não pode fechar os olhos para esta realidade. Neste sentido, tem-se procurado implementar uma proposta de trabalho em grupo para estas adoções (semelhante à proposta de trabalho com a Inscrição) concomitante ao estudo do caso, acreditando na possibilidade de preparação e reflexão, ainda que posterior ao acolhimento. Até o presente momento, em virtude do reduzido número de técnicos e da grande quantidade de processos, só foi possível realizar o projeto completo com apenas um grupo de famílias. Dentro do universo dos tipos de adoção, a proposta de trabalho priorizou, até o momento, apenas um tipo de adoções "por fora": de crianças acolhidas recém-nascidas até um ano. Existe a proposta de ampliar este trabalho de grupo para outros tipos de adoção, que teriam suas especificidades, como p.ex.: adoção de crianças maiores, adoção de adolescentes, adoção em família[36], adoção como extensão de pátrio poder.[37]

2.8. A Pesquisa proposta: Existe uma concepção de família idealizada, durante o processo de adoção, do ponto de vista da equipe técnica?

A partir da revisão bibliográfica, constata-se uma pequena quantidade de estudos, especialmente na América Latina, sobre o tema da adoção. Segundo Vargas (1998A), a adoção é um dos temas que permanecem esquecidos ou são tratados de forma preconceituosa nos meios científicos. Weber (1999B) também alerta para a escassez de pesquisas sobre o assunto. Para a autora, a pesquisa científica teria a função de "prevenir" algumas dificuldades nos processos de adoção, uma vez que revela onde eles ocorrem, em quais circunstâncias, quais as pessoas que estão mais predispostas. Além disso, segundo Weber (*Ib. Ibid.*), a adoção é um dos temas humanos complexos, mais ligado à emoção (coração) do que ao intelecto (razão) e, de acordo com o paradigma moderno ou positivista, temas tão complexos (não quantificáveis) não podem ser tratados cientificamente. Por esta

[35] Campos, N. & Ghesti, I. (2000). Reflexões sobre a adoção no DF em referência aos princípios enunciados pelo ECA. Trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT em Brasília-DF em março 2000 – os Anais do Congresso ainda não foram publicados.

[36] Adoções em que a criança/adolescente é adotada(o) por membros de sua família biológica extensa: tios (a), primos (a), exceto avós e irmãos que, conforme a lei, não podem adotá-la.

[37] Adoção em que o(a) adotante adota o filho(a) do cônjuge ou companheiro(a).

razão, para ela, o conhecimento sobre o tema e assuntos relativos tem se restringido ao conhecimento ordinário ou do senso comum. A autora conclui que o fato de existirem poucos estudos sistemáticos sobre esse tema contribui para que a divulgação do senso comum - em geral, preconceituosa no tocante à adoção - seja perpetuada e não submetida à crítica. Contudo, ela finaliza, quando as explicações dadas pelo senso comum não satisfazem mais ou não são suficientes para compreender o mundo, faz-se necessária a investigação científica. Por sua vez, Santos (1987) resgata o conhecimento do senso comum e mostra que, embora o mesmo seja mistificado e mistificador e capaz de legitimar prepotências, tem também uma dimensão libertadora que pode ser ampliada pelo diálogo com o conhecimento científico. O autor acredita que, no paradigma pós-moderno, todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

Como afirma Weber (1999A), para se livrar dos mitos e preconceitos infundados, o psicólogo deve interrogar sempre e não afirmar sempre, mesmo que seja mais fácil e simples afirmar uma verdade do que ficar sem resposta por algum tempo. Para a autora, *"é necessário repensar que "família ideal" é essa que se imagina na adoção?"* (*Id. Ibid.*, p.38, grifo meu). Arrisco dizer que para nós, trabalhadores da área, é mais que necessário, é urgente e fundamental, tendo em vista todas as mudanças vertiginosas ocorridas em nossa sociedade neste final de século: as profundas transformações sociais, políticas, econômicas; as mudanças nos papéis masculino, feminino, da criança e da família extensa. Verifica-se, na prática da adoção, que coexistem ainda a "*adoção clássica*" que visa o atendimento de necessidades dos adotantes e/ou solucionar a crise dos casamentos sem filhos e a "*adoção moderna*" vista pelos estudiosos do assunto como medida emergencial que visa resolver a crise da criança sem família. Seria possível pensarmos numa adoção "pós-moderna", onde o paradigma da exclusão (ou-ou) possa ser substituído pelo paradigma da inclusão (e-e)? Uma família para uma criança **e** uma criança para uma família? Será possível evoluirmos para outras noções de família? Uma família entendida de forma mais abrangente, abarcando as diversas possibilidades: conjugal, extensa, monoparental, homossexual, descasada, recasada? Adoção será realmente uma opção "salvadora" para a criança ou adolescente abandonado? Será a adoção uma forma de resolver o grave problema social da exclusão? Enquanto sociedade, estamos verdadeiramente caminhando para a inclusão e a cidadania de nossos compatriotas? Um dia, a adoção poderá funcionar efetivamente como uma possibilidade entre outras? Poderemos olhar com naturalidade e sem desconfiança para as formas diferentes e mais desafiadoras de adoção, como p.ex.: adoções morais, tardias, abertas[38]?

Desconstruir os mitos relativos à adoção é tarefa que os técnicos do Juizado não podem se furtar, sob pena de estar perpetuando os preconceitos e as idéias preconcebidas e estereotipadas sobre adoção, adotado, famílias adotivas. Schettini (1998A) afirma que a decisão de adotar não compreende apenas as motivações conscientes ou inconscientes, mas as circunstâncias favoráveis, as dificuldades decorrentes da pressão familiar, os medos e preconceitos existentes. O autor alerta sendo tais circunstâncias mutáveis não se pode realmente ser taxativo e definitivo. Esta concepção está de acordo com as reflexões e questionamentos no atual momento de "crise" nas ciências. Como Santos (1987) alerta "sendo estruturalmente limitado o rigor do nosso conhecimento, só podemos aspirar a

[38] Adoções abertas são aquelas em que os laços entre a criança e sua família biológica não são rompidos. A criança mantém contato freqüente com sua família biológica. Juridicamente, no Brasil, não existe adoção aberta, já que os genitores perdem o direito de visita. Somente a guarda permite legalmente esse direito.

resultados aproximados... (p. 26)... as leis têm assim um caráter probabilístico, aproximativo e provisório" (p. 31), "... no limiar da ciência pós-moderna, devemos exercer a insegurança em vez de a sofrer" (p.57). Estas concepções refletem um entendimento de desenvolvimento humano pós-moderno, sistêmico, dinâmico, contínuo e permanente, muitas vezes, contrário a muitas correntes teóricas da psicologia. Nesse sentido, a forma pela qual se produz ou se constrói o conhecimento também deve mudar. Como afirma Santos, os limites da ciência não são superáveis com maiores quantidades de investigação quantitativa ou maior precisão dos instrumentos, posto que o rigor científico (fundado no rigor matemático) ao quantificar: desqualifica e caricaturiza o fenômeno, e degrada os objetos. A "nova" epistemologia exige uma nova metodologia, em que o aspecto qualitativo deve predominar em todos os sentidos. O método qualitativo dentro de uma concepção pós-moderna permite um conhecimento global do todo envolvido na questão estudada, uma abordagem transdisciplinar e uma maior personalização do trabalho científico. Retomando Santos (1987, p.52): "A ciência não descobre, cria, e o *ato criativo protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto tem de se conhecer intimamente* antes que conheça o que com ele se conhece do real. Os *pressupostos* metafísicos, os sistemas de *crenças*, os *juízos de valor* não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade. *São parte integrante dessa mesma explicação*". (grifos meus).

A pesquisa científica nos moldes positivistas tradicionais não abrange a complexidade e a inter-relação sujeito-objeto; somente uma epistemologia diferente pode permitir o acesso a estas relações e a determinados objetos de estudo e zonas destes. Adoção é um dos temas, entre outros, de grande relevância para a Psicologia, especialmente no contexto judiciário (contexto este de interfaces entre diversos saberes: Psicologia, Serviço Social, Direito), que pode e deve ser encarado em sua complexidade e inter-relações. Contudo, como Santos alerta "a configuração do paradigma que se anuncia no horizonte só pode obter-se por via especulativa" (p.36), especulação esta fundada nos sinais emitidos pela crise do paradigma atual. Segundo o autor "nenhum de nós pode neste momento visualizar projetos concretos de investigação que correspondam inteiramente ao paradigma emergente" (p.58).

Neste sentido, e diante da questão da não neutralidade, considero da maior importância realizar este estudo, cujo tema é a concepção de família idealizada no processo de adoção. Não existem hipóteses a serem comprovadas ou refutadas. Neste estudo pretendo entender, dentro de uma perspectiva pós-moderna, que concepção de família idealizada existe no processo de adoção. Existe uma família idealizada na adoção? Em que medida esta idealização é compartilhada pelos técnicos (psicólogos e assistentes sociais) que realizam os estudos psicossociais e as famílias adotivas? Que outras dimensões estão presentes no discurso quando os sujeitos dialogam sobre o tema?

A perspectiva pós-moderna é uma perspectiva de entendimento das relações complexas existentes entre o objeto de estudo e o seu entorno. Segundo Soar Filho (1998), o pensamento pós-moderno concebe o sujeito e o objeto como inseparáveis, aprofunda a revisão dos paradigmas tradicionais da ciência e entende o saber e a realidade como uma construção social. Contudo, para ele, as relações entre a ciência tradicional e a ciência contemporânea não são de exclusão, mas de superação dialética, a segunda ultrapassa e incorpora a primeira.

A pesquisa foi realizada num enfoque qualitativo, tendo como *sujeitos: nove técnicos do Setor de Adoção da VIJ-DF (psicólogos e assistentes sociais)* que trabalham nos estudos psicossociais de Adoção e de Inscrição, na avaliação psicossocial dos casos,

seleção e preparação de candidatos e *duas famílias adotantes*. Utilizou-se como *instrumento*: *entrevistas de grupo focal*, uma com grupo dos técnicos responsáveis pelos processos e outra com as famílias adotantes. O contexto foi o Serviço de Adoção da VIJ-DF. As informações obtidas no grupo focal dos técnicos foram analisadas de acordo com a proposta de *investigação qualitativa* de Fernando Rey (1999). As informações obtidas junto às famílias foram analisadas de uma maneira menos sistematizada pois, como já dito anteriormente, privilegiou-se o material obtido junto aos técnicos, entretanto, uma análise superficial do mesmo foi realizada, a fim de ampliar a compreensão das dimensões presentes neste estudo. É um material que merece ser analisado em profundidade em estudos posteriores.

3. O MÉTODO

Esta pesquisa se propõe a buscar o conhecimento através de uma proposta de metodologia qualitativa: a investigação qualitativa proposta por Fernando Gonzaléz Rey (1999). Entretanto, antes de expor mais detalhadamente a metodologia utilizada na pesquisa, achei conveniente iniciar com uma discussão sobre o momento atual de crise paradigmática nas ciências e uma breve exposição do histórico e da natureza deste tipo de investigação científica.

3.1. A Crise do Paradigma Moderno

Em sua busca para se afirmar enquanto ciência, a Psicologia, historicamente, assumiu um paradigma cientificista e positivista, que ao estudar o objeto, separa-o do sujeito que investiga, fragmentando-o e descontextualizando-o na construção do saber. Vários autores alertam para a crise do paradigma moderno dominante e para a necessidade de uma nova forma de se fazer ciência em todas as áreas. Dentre eles, apresentarei: Boaventura Santos (1987), Edgar Morin (1990) e Humberto Maturana (1998).

Santos (1987) destaca a crise do paradigma moderno dominante e especula sobre a configuração do paradigma emergente. Para este autor, a revolução científica que ocorre na sociedade revolucionada pela ciência, faz emergir um "novo" paradigma que não é apenas científico, mas também um paradigma social. São quatro, as teses defendidas por ele que configuram o *paradigma emergente*:

a. *Todo conhecimento científico-natural é científico-social* - Segundo o autor, a distinção dicotômica entre as ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade. Esta distinção tende a ser superada por uma nova ordem científica, de uma "concepção humanística" das ciências sociais, onde sujeito e objeto são indissociáveis e a ciência busca mais a compreensão à manipulação do mundo.
b. *Todo conhecimento é local e total* - Na ciência moderna, o conhecimento avança pela especialização, ele é mais rigoroso quanto mais restrito for o objeto estudado. Para isso, o real é espartilhado arbitrariamente. Entretanto, a excessiva parcelização e disciplinarização do saber científico do paradigma dominante faz do cientista um ignorante especializado e isso acarreta efeitos negativos visíveis no domínio das ciências aplicadas. Estes efeitos negativos e, muitas vezes, perversos revelam que não há solução para o problema no seio do paradigma dominante, pois é precisamente este último que constitui o verdadeiro problema de que decorrem todos os outros. No paradigma emergente, o conhecimento é *total e universal* como propõe Wigner (1970 citado em Santos, 1987) ou *total e indiviso* como defende Bohm (1984 citado em Santos, *Id. Ibid.*). Sendo total é também local: constitui-se em redor de temas que, em dado momento, são adotados por grupos sociais concretos. A fragmentação pós-moderna não é disciplinar e sim temática, e os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros. Sendo local é também total, porque reconstitui os projetos cognitivos locais, salientando-lhes a exemplaridade e, por essa via, transforma-os em pensamento total ilustrado. O conhecimento pós moderno sendo total, não é determinístico, sendo local, não é descritivista. É um conhecimento sobre as condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. A ciência do paradigma emergente, sendo assumidamente analógica é também assumidamente tradutora, ou seja, incentiva os conceitos e as

teorias desenvolvidas localmente, a emigrarem para outros lugares cognitivos de modo a serem utilizados fora do seu contexto de origem.[39] Para Santos, um conhecimento deste tipo (total e local) é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica, pluralidade esta somente possível mediante uma transgressão metodológica. Para ele, a ciência pós-moderna não segue um estilo unidimensional, facilmente identificável, mas seu estilo é uma configuração de estilos, construída segundo o critério e a imaginação pessoal do cientista. O paradigma emergente sugere uma composição transdisciplinar e um movimento no sentido da maior personalização do trabalho científico.

c. *Todo conhecimento é auto-conhecimento* - O conhecimento objetivo, factual e rigoroso da ciência moderna não tolera a interferência dos valores humanos ou religiosos e, nesta base, se construiu a distinção dicotômica sujeito-objeto. Entretanto, tal distinção nunca foi pacífica, especialmente nas ciências sociais, o que atribui a estas um caráter de atraso em relação às ciências naturais. A partir dos questionamentos ao paradigma hegemônico e positivista das ciências, até mesmo no domínio das ciências ditas "físico-naturais", com a demonstração da inseparabilidade do ato de conhecimento do produto do conhecimento, a desconfortável distinção sujeito-objeto também se propagou nas ciências naturais - "O sujeito regressava na veste do objeto" (p. 51) . O autor na p. 52 afirma parafraseando Clausewitz[40]: "o objeto é a continuação do sujeito por outros meios". Por isso, afirma que todo conhecimento científico é auto-conhecimento. Como já foi dito anteriormente, para o autor: “a ciência não descobre, cria, e o ato criativo, protagonizado por cada cientista e pela comunidade científica no seu conjunto, tem de se conhecer intimamente, antes que conheça o que com ele se conhece do real.” Os pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor são parte integrante da explicação científica da natureza ou da sociedade. No paradigma emergente, o caráter autobiográfico e auto-referenciável da ciência é plenamente assumido.

d. *Todo conhecimento científico visa constituir-se em senso comum* - A ciência moderna produz sempre um conhecimento exíguo sobre a nossa maneira de estar no mundo, porque a exiguidade está inscrita na forma de conhecimento que ele constitui. A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos, faz do cientista um ignorante especializado e do cidadão comum um ignorante generalizado. Ao contrário, a ciência pós-moderna sabe que nenhuma forma de conhecimento é, em si mesma, racional; só a configuração de todas elas é racional[41]. Para Santos, a ciência pós-moderna tenta dialogar com as outras formas de conhecimento, deixando-se penetrar por elas, e a mais importante das formas de conhecimento é o conhecimento do senso comum, o conhecimento vulgar e prático com que no cotidiano orientamos nossas ações e damos sentido à nossa vida. A ciência moderna construiu-se contra o senso comum, julgado

[39] Esta última colocação encontra, a meu ver, um paralelo com o pensamento de Rey e a ênfase dada por este ao “status” das idéias e da produção teórica.

[40] Santos cita o autor mas não cita o ano nem a obra.

[41] Aqui proponho um paralelo com o pensamento de Maturana (1998), autor que será apresentado mais adiante no texto. Segundo ele, "falamos como se o racional tivesse um fundamento transcendental que lhe dá validade universal, independentemente do que fazemos como seres vivos. Isto não é assim. Todo sistema racional se baseia em premissas fundamentais aceitas a priori." (ob. cit., p. 16).

superficial[42], *ilusório*[43] e *falso*. A ciência pós-moderna busca reabilitar o senso comum por reconhecer nesta forma de conhecimento algumas virtualidades para enriquecer nossa relação com o mundo. Para Santos (*ibid*., p.56), "o senso comum faz coincidir causa e intenção, subjaz-lhe uma visão de mundo assentada na ação, no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático, reproduz-se colado às trajetórias e experiências de vida de um dado grupo social", afirmando-se nesta correspondência fiável e securizante. "O senso comum é transparente e evidente, desconfia da opacidade dos objetivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento... O senso comum é indisciplinar e imetódico, não resulta de uma prática especificamente orientada para o produzir, reproduz-se espontaneamente no suceder cotidiano da vida... aceita o que existe tal como existe e privilegia a ação que não produza rupturas significativas com o real" e, por fim, "o senso comum é retórico e metafórico, não ensina, persuade". Para o autor (p.56), "o conhecimento do senso comum tende a ser um conhecimento mistificado e mistificador", porém apesar de conservador e capaz de legitimar prepotências, tem uma dimensão utópica e libertadora que pode ser ampliada através do diálogo e da interpenetração com o conhecimento científico. Na ciência pós-moderna, "o salto qualitativo mais importante é o que é dado do conhecimento científico para o conhecimento do senso comum. O conhecimento científico pós-moderno só se realiza enquanto tal na medida em que se converte em conhecimento do senso comum" (p.57).

Para Santos (1987), a ciência moderna não é a única explicação possível da realidade e não há sequer qualquer razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, astrologia, religião, arte ou poesia. A razão pela qual se privilegia ainda hoje uma forma de conhecimento assente na previsão e no controle dos fenômenos nada tem de científico, mas representa na verdade um juízo de valor. Aqui novamente faço um paralelo com o pensamento de Maturana (1998); para este autor, razão e emoção estão entrelaçadas, assim, todo sistema racional tem um fundamento emocional e se constitui no operar com premissas previamente aceitas, porque se quer fazê-lo, porque agradam a alguém. Santos (1987, p.57) afirma que a ciência pós-moderna não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas "entende que o desenvolvimento tecnológico deve traduzir-se em sabedoria de vida. É esta que assinala os marcos da prudência à nossa aventura científica". Para Santos, a prudência é a "insegurança assumida e controlada" e, como já foi dito anteriormente, ele aponta que no limiar da ciência pós-moderna devemos exercer a insegurança em vez de a sofrer - "A incerteza do conhecimento, que a ciência sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado.... A ciência do paradigma emergente é mais contemplativa do que ativa. A

[42] *Superficial* porque "desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre as pessoas e entre pessoas e coisas"(Santos, 1987, p. 56)

[43] Aqui novamente proponho um paralelo com o pensamento de Maturana (1998). Segundo ele, nós, seres vivos, não podemos distinguir na experiência, entre ilusão e percepção, como afirmações cognitivas sobre a realidade. A ilusão e o erro são qualificativos que desvalorizam uma experiência *a posteriori* por referência a outra experiência que se aceita como válida. Em função desta consciência de que não se pode distinguir entre ilusão e percepção, o autor convida a falarmos de uma "objetividade entre parênteses" no processo de explicar.

qualidade do conhecimento afere-se menos pelo que ele controla ou faz funcionar no mundo exterior do que pela satisfação pessoal que dá a quem a ele acede ou partilha" (*Ib. Ibid.*, p.57)

Santos (1987), finalmente, conclui que, no momento, não se pode visualizar projetos concretos de investigação que correspondam inteiramente ao paradigma emergente delineado. O momento atual é de transição, ainda nos encontramos "divididos, fragmentados... A condição epistemológica da ciência repercute-se na condição existencial dos cientistas. Afinal, se todo o conhecimento é auto-conhecimento, todo desconhecimento é auto-desconhecimento" (p. 58).

Morin (1990, p.16) também aponta para a crise paradigmática da ciência ocidental. Segundo ele, o mundo ocidental, a partir de Descartes, vive sob o "império dos princípios de disjunção, de redução e abstração", cujo conjunto constitui o que ele denomina "paradigma da simplificação". Este paradigma, ele reconhece, permitiu sem dúvida os grandes progressos do conhecimento científico e da reflexão filosófica, contudo, ao separar o *sujeito pensante* e a *coisa extensa* e ao colocar como princípio de verdade as "idéias claras e distintas" (o pensamento disjuntivo), ou em outras palavras, ao separar ciência e filosofia, privou "a ciência de qualquer possibilidade de se conhecer, de se refletir e mesmo de se conceber a si própria cientificamente. Mais ainda, o princípio da disjunção isolou radicalmente uns dos outros, os três grandes campos do conhecimento científico: a física, a biologia e a ciência do homem" (*Id. Ibid,* p.17). Para remediar a disjunção, o paradigma científico dominante optou pela simplificação ou redução do complexo ao simples. Esta redução levou a uma hiperespecialização que, segundo o autor, rasga e retalha o tecido complexo das realidades e faz crer que o corte arbitrário operado sobre o real seja o próprio real. Ao mesmo tempo, o ideal do conhecimento científico clássico era o de descobrir, por detrás dos fenômenos complexos, a Ordem perfeita que legisla sobre o Cosmos concebido como uma máquina perfeita. Este paradigma baseava seu rigor e operacionalidade na medida e no cálculo. Entretanto, para Morin (*Id. Ibid),* a excessiva matematização e formalização desintegram o real em entidades quantificadas, transformando o saber científico numa inteligência cega que destrói os conjuntos e as totalidades, isolando todos os objetos daquilo que os envolve. A inteligência cega não pode conceber o elo inseparável entre observador e coisa observada e o conhecimento torna-se "cada vez menos preparado para ser refletido e discutido pelos espíritos humanos, e cada vez mais preparado para ser incorporado nas memórias informacionais e manipuladas pelos poderes anônimos..." (*Id. Ibid*, p.18). Ao rejeitar a desordem e a incerteza, ou seja, ao selecionar os elementos de ordem, clareza e certeza, ao retirar toda ambigüidade, ao distinguir e hierarquizar o conhecimento obtido, nos tornamos cegos à complexidade dos fenômenos. Para Morin (*Id. Ibid*, p. 20) , a complexidade é a princípio "um tecido (complexus: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo... a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal".

Morin (*Id. Ibid.)* propõe a necessidade de um pensamento complexo que enfrente a confusão (concebida como o jogo infinito de inter-retroações), a solidariedade interna dos fenômenos, a bruma, a incerteza e a contradição. Propõe a substituição do paradigma dominante disjuntor, redutor, unidimensional, do pensamento mutilador que conduz necessariamente a ações mutiladoras, por um "paradigma de distinção/conjunção" que permita distinguir sem separar, associar sem identificar ou reduzir. Segundo o autor, este "novo" paradigma comportaria "um princípio dialógico e translógico, que integraria a

lógica clássica tendo simultaneamente em conta os seus limites *de facto* (problemas de contradição) e *de jure (*formalismo)" (*Id. Ibid.*, p. 22). Este paradigma, para o qual o autor acredita que ainda estamos engatinhando, traria o princípio da unidade múltipla, sem cair nas armadilhas do holismo e do reducionismo, e permitiria a integração de realidades tradicionalmente banidas pela ciência.

Maturana (1998) aponta que ao não perguntarmos como sabemos o que sabemos, ou seja, ao não fazermos a pergunta pela origem das capacidades do observador, nos comportamos como se tivéssemos a capacidade de fazer referência a entes e verdades independentes de nós mesmos e do que fazemos. Ele chama a isso de "objetividade-sem-parênteses". O autor afirma que ao perguntarmos sobre as capacidades cognitivas do observador, não podemos deixar de ver que estas se alteram ou desaparecem, caso nossa biologia seja alterada. E mais, como já foi dito anteriormente, nós, seres vivos, não podemos distinguir na experiência entre percepção e ilusão, como afirmações cognitivas sobre a realidade, porque ambos são qualificativos que desvalorizam uma experiência *a posteriori*. Desta forma, como podemos ter certeza de que sabemos o que sabemos, como uma realidade independente de nós? Para o autor, ao se colocar a objetividade entre parênteses no processo de explicar, reconhece-se que não se pode pretender possuir a capacidade de fazer referência a uma realidade independente do observador.

Com relação à excessiva ênfase no racional do paradigma dominante, Maturana (*Ib. Ibid.*) afirma: "Dizer que a razão caracteriza o humano é um antolho, porque nos deixa cego frente à emoção, que fica desvalorizada como algo animal ou como algo que nega o racional" (p.15). Tal afirmação, diz o autor, nos impede de ver que razão e emoção estão entrelaçadas e que todo sistema racional tem um fundamento emocional e “se constitui no operar com premissas previamente aceitas, a partir de uma certa emoção” - Tais premissas fundamentais que constituem um domínio racional são aceitas como “ponto de partida porque queremos fazê-lo, porque nos agradam” (p.16). Para o autor, emoções não são o que correntemente chamamos de "sentimento". Para ele, do ponto de vista biológico, as emoções são disposições corporais dinâmicas que definem os diferentes domínios de ação em que nos movemos.

Para Maturana (1998), no caminho explicativo da "objetividade-sem-parênteses", onde o operar cognitivo é visto como expressão de uma propriedade constitutiva daquele que observa, o corpo é visto como instrumento e limite para a expressão desta propriedade (o corpo como limite). No caminho da objetividade-entre-parênteses, "nos damos conta de que nossa corporalidade nos constitui e que, o corpo não nos limita, mas, ao contrário, ele nos possibilita" (p.53), ou seja, o corpo é visto como possibilidade. Neste sentido, as explicações científicas não fazem referência a realidades independentes do observador. Este autor refuta a concepção tradicional da ciência e da tecnologia como "domínios de explicações e ações que fazem referência a uma realidade útil, permitindo <u>predizer e controlar a natureza</u>" (p. 54, grifo meu). Para ele, o conhecimento não permite ou leva ao controle: "Se o conhecimento leva a alguma parte, é ao entendimento, à compreensão, e isto leva a uma ação harmônica e ajustada com os outros e o meio." (p. 55)

No caminho da "objetividade-sem-parênteses" da explicação científica tradicional, pretende-se ter acesso a uma realidade independente e, com isso, faz-se uma "petição de obediência" e o reconhecimento de <u>uma</u> realidade (Universo). No caminho da objetividade-entre-parênteses existem muitos domínios de realidades diferentes (muitas realidades - Multiverso) porém "igualmente legítimos, ainda que não igualmente desejáveis, cada um constituído como um domínio de coerências operacionais na experiência do observador" (p.

58). No caminho da objetividade-entre-parênteses, "uma afirmação cognitiva é um *convite* feito ao outro para entrar num certo domínio de coerências operacionais" (p. 58, grifo do autor). Assim, aquele que afirma, reconhece que existem outras afirmações cognitivas, igualmente legítimas, que o outro pode preferir. Assim, as divergências revelam que aqueles que discordam estão em diferentes domínios da realidade e que podem juntar-se ou separar-se, dependendo de querer ou não estarem juntos. Em ambos os casos, a divergência resulta em uma separação responsável (em caso de não querer estar juntos) ou se converte numa oportunidade para a criação de um novo domínio de realidade, também de maneira responsável. No caminho da *objetividade-sem-parênteses*, o outro não é aceito como um legítimo outro e nunca se é responsável pela negação do outro.

3.2. A Proposta de Investigação Qualitativa

Segundo Rey (1999), quando se fala em investigação qualitativa surge muita polêmica entre os pesquisadores. Como as dimensões quantitativas e qualitativas de um objeto de estudo são inseparáveis, a crítica mais freqüente à utilização do termo "qualitativo" para designar um tipo de investigação é a de que isto implica na perpetuação da divisão mecanicista entre os dois momentos de construção do conhecimento, desta vez, absolutizando o momento da qualidade. Segundo o autor, o uso do termo "qualitativo" não coincide em seu sentido semântico com a realidade complexa que pretende abarcar em sua definição. Contudo, o "qualitativo" pode ser visto como conceito alternativo às formas dominantes de quantificação que tem hegemonizado o desenvolvimento das ciências sociais e, de forma particular, da Psicologia. Para ele, a investigação qualitativa representa a entrada em dimensões do objeto inacessíveis à forma pela qual a ciência tem feito uso da dimensão quantitativa.

O termo qualitativo, alerta Rey (1999), não tem uma significação única entre os investigadores. Alguns assumem o termo como um modo diferente de fazer ciência em relação ao modelo positivista, com implicações teóricas e epistemológicas decorrentes. Outros investigadores vêem o "qualitativo" essencialmente em seu aspecto instrumental, conservando aspectos fundamentais da epistemologia quantitativa na construção do conhecimento, mantendo assim uma orientação empirista dentro da investigação qualitativa, apoiada epistemologicamente no positivismo.

3.3. Breve Histórico da Investigação Qualitativa

Denzin & Guba (1994) citados por Rey (1999) historicamente reconhecem cinco períodos da investigação qualitativa:

a. *Período Tradicional* - Entre 1900-1950. Trabalhos fortemente influenciados pelo paradigma científico positivista, preocupação com a objetividade, validade e confiabilidade do conhecimento produzido. Os principais autores identificados/reconhecidos como representantes deste período, citados pelos autores, são: Mead, Malinowski, Radcliffe-Brown e outros.
b. *Fase Modernista* - Período do pós-guerra até meados dos anos 70, onde muitos trabalhos tentam formalizar os métodos qualitativos. Os autores associados ao

período, citados pelos autores, são: Bogdan & Taylor; Cicourel; Glasser, Strauss & Becker, H.

c. *Fase da Indiferenciação de Gêneros* - Período entre os anos 1970 e 1986, onde os autores expressam uma complementação de paradigmas, métodos e estratégias a serem utilizadas na investigação. As estratégias de investigação vão desde a "grounded theory"[44] ao estudo de caso, os métodos biográficos e a investigação clínica. Esta nova perspectiva tem como ponto de partida as representações culturais e suas significações. Entre os autores que se destacam neste período estão: Geertz, que sustentava que a fronteira entre as ciências sociais e as humanidades não apresentavam uma clara definição, planteamento que integrou outros autores como Derrida, Barthes, Garfinkel, Castañeda (todos citados por Denzin & Guba, *Id.Ibid.).* A dispersão de gêneros desenvolvida no período conduziu à eliminação de um distinção clara entre literatura e ciência social.

d. *Período de Crises de Representação* - A partir dos anos 80, se produz uma profunda ruptura. Surge um conjunto de trabalhos que se apoiam em investigações mais reflexivas e que chamam a atenção sobre os problemas de gênero, raça e classes sociais. Tornam-se comuns as teorias interpretativas em oposição às "grounded theories" e são mais problematizados os conceitos de confiabilidade, validade e objetividade. A investigação antropológica passa de uma visão totalmente descritiva e acumulativa à produção de um texto, em que o antropólogo aparece como personagem central da história contada por ele. Este período se caracterizou pelo intenso questionamento em relação aos métodos de investigação social em geral.

e. *Período da Dupla Crise* - Os autores identificam como sendo característico do período atual. Aparece como resultado de uma crise de representação e de legitimação dos investigadores qualitativos dentro das ciências sociais. *A crise de representação* está definida pelo fato de que o investigador social pode capturar diretamente a experiência vivida. Esta experiência, se argumenta agora, é criada pelo texto social escrito pelo investigador, que coloca o investigador ante ao problema do conhecimento como discurso socialmente construído. Algumas correntes pós-modernistas, representadas por autores como Gergen e Ibañez, chegam a substituir o conhecimento pelo discurso, o que para Rey representaria o fim da epistemologia. *A crise da legitimação* está relacionada com o processo de repensar as formas de legitimidade do conhecimento produzido, que leva a uma reflexão profunda sobre o sentido dos termos: validade, confiabilidade e generalização entre outros. O momento atual de dupla crise possibilitou o surgimento de novas epistemologias, associadas a grupos que historicamente haviam se mantido em silêncio, a fim de solucionar os problemas colocados pelo paradigma hegemônico. Além disso, a busca de "grandes narrativas" (grandes teorias gerais) tem sido substituída por teorias mais locais e de pequena escala, centrada em problemas e situações específicas.

[44] Segundo Rey, o termo tem encontrado diferentes formas de tradução no espanhol. Os autores Rodriguez Gómez, Gil Flores e Garcia Jiménez (1996) propõem o entendimento do termo como teoria fundamentada. Para Rey, a tradução melhor seria de teoria fundamental ou básica.

Para Denzin & Lincoln (1994), autores revisados por Gomez, Flores & Jimenez (1996), a partir de 1990, a investigação qualitativa se apresenta como campo interdisciplinar, transdisciplinar e, muitas vezes, contradisciplinar. Segundo eles, a investigação qualitativa pós-moderna é multiparadigmática; seus praticantes são sensíveis ao enfoque multimetódico. Os estudos qualitativos apresentam uma perspectiva naturalista e interpretativa, ou seja, estuda-se a realidade em seu contexto natural, tal como ocorre, intentando tirar "sentido de" ou interpretar fenômenos de acordo com os significados que têm para as pessoas implicadas. Para os autores estudados, o investigador é atraído simultaneamente por uma sensibilidade interpretativa, pós-moderna, feminista e crítica ou por concepções mais positivistas, pós-positivistas, humanistas e naturalistas da experiência humana e sua análise. Denzin & Lincoln (*Id. Ibid.)*, ao final do histórico de desenvolvimento da investigação qualitativa, formulam quatro conclusões:

a. Cada um dos momentos históricos anteriores operam no presente, seja como herança ou como um conjunto de práticas que os investigadores ainda seguem utilizando ou contra as quais combatem;
b. A investigação qualitativa se caracteriza por todo um conjunto de escolhas desconcertantes. Em nenhum outro período existiram tantos paradigmas, métodos, técnicas, instrumentos e estratégias de análise;
c. O momento atual é de descobrimento e redescobrimento, com novas formas de ver, interpretar, argumentar e escrever.
d. A investigação qualitativa não pode contemplar-se por mais tempo a partir de uma perspectiva positivista, neutra e objetiva. A classe, a raça, o gênero e a etnicidade configuram o processo de indagação, fazendo da investigação um processo multicultural.

Rey (1999) acredita que o breve histórico da investigação qualitativa mostra o desenvolvimento de uma forma alternativa de investigar. Forma esta que pretende especificar em seus métodos, as características de seu próprio objeto, neste caso, sujeito da própria investigação. A reflexão e o desenvolvimento de novos conceitos e procedimentos de investigação estão acompanhados de uma reflexão epistemológica. A emergência do "qualitativo" é considerada na opinião do autor e outros citados por ele (Ibañez, Stake, Rodrigues Sutil, e outros), como a emergência de uma nova epistemologia. O autor entende que o desenvolvimento de novas epistemologias, capazes de sustentar mudanças profundas no desenvolvimento de formas alternativas de produzir conhecimento nas ciências sociais, necessita de representações teóricas que permitam aos investigadores a entrada em novas "zonas de sentido"[45] sobre o estudado, impossíveis de serem construídas a partir das vias tradicionais de investigação. Rey destaca o papel fundamental das construções teóricas e observa que o empirismo histórico, muitas vezes, impede que o investigador qualitativo reconheça o “status” das idéias e da produção teórica na produção do conhecimento, ponto forte de uma representação metodológica alternativa.

3.4. A Proposta de Investigação Qualitativa de Fernando Rey (1999)

[45] Conceito proposto por Rey no livro *Epistemología cualitativa y subjetividad* (1997) para designar aquelas zonas do real que encontram sentido na produção teórica e que não se esgotam em nenhum dos momentos concretos em que são tratadas dentro das teorias científicas.

A proposta de investigação qualitativa defendida por Rey propõe a mudança de uma epistemologia da resposta para uma epistemologia da construção. Segundo Rey, as construções do sujeito estudado frente a situações pouco estruturadas produzem uma informação qualitativamente diferente à produzida pelas respostas a perguntas fechadas (tendência predominante no desenvolvimento de instrumentos "objetivos" na Psicologia), cujo sentido está muito influenciado pela cosmovisão do investigador que as constrói. O autor reconhece o lugar da subjetividade na produção de conhecimento: "a ciência não é só racionalidade, ela é subjetividade em tudo que este termo implica, é emoção, individualização, contradição, enfim, uma expressão íntegra do fluxo da vida humana, que se realiza através de sujeitos individuais, nos quais sua experiência se concretiza na forma individualizada de sua produção... A representação da ciência como atividade supraindividual, que supõe a não participação do investigador e o controle de sua subjetividade, ignora o próprio caráter interativo e subjetivo de nosso objeto, o qual é uma condição de sua expressão comprometida. Sem a implicação subjetiva do sujeito investigado, a informação produzida no curso de seu estudo perde significação e, portanto, objetividade, no sentido mais amplo da palavra." (p.34).

Para Rey, converter o qualitativo em um paradigma metodológico para as ciências sociais, não parece ser o melhor caminho para defesa de uma forma alternativa de construção do conhecimento frente à epistemologia positivista e seus diferentes e sutis derivados metodológicos. Para ele, qualitativo e quantitativo não são contraditórios no nível metodológico e sim no nível epistemológico. A contradição não se expressa no nível instrumental, mas nos processos centrais que caracterizam a produção do conhecimento. O problema não está em usar um instrumento quantitativo, o problema está em definir o que este instrumento avalia e em como utilizamos esta avaliação no processo geral de construção do conhecimento.

Segundo Rey, na epistemologia positivista, investigador e investigado são excluídos da condição de sujeitos de pensamento e substituídos por instrumentos validados e confiáveis, considerados como a via idônea de produzir conhecimentos "objetivos" sobre o problema investigado. Para o autor, esta obsessão pela "objetividade" se completa com a apresentação dos resultados através de formas estatísticas e o número passa a ser concebido como uma entidade reificada portadora da verdade científica. O material original perde a maior parte da informação contida ao ser coletado, transfigurado em dado, e analisado matematicamente. As construções matemáticas deixam de ser um momento do processo construtivo geral do pensamento humano e tornam-se uma maneira de limitar este pensamento.

Para Rey, a epistemologia qualitativa se apóia em três princípios, com profundas conseqüências a nível metodológico:

a. *O conhecimento é uma produção construtiva-interpretativa* - O conhecimento mostra seu caráter interpretativo, pela necessidade de dar sentido às expressões do sujeito estudado, cuja significação para o problema estudado é somente indireta e implícita, não podendo ser constatada de forma imediata, direta e explícita do momento empírico. A interpretação é o processo no qual o investigador integra, reconstrói e apresenta em construções interpretativas diversos indicadores produzidos durante a investigação. A interpretação não pode ser concebida como um processo de redução da riqueza e diversidade do estudado a categorias preestabelecidas, que dão significação a todas as

manifestações singulares do estudado em termos de categorias universais e invariantes dos marcos teóricos assumidos. A interpretação para Rey é um processo que se realiza através da unicidade e complexidade do sujeito estudado. A teoria está presente, durante todo o processo interpretativo, como instrumento do investigador, porém não como um conjunto de categorias *a priori* consideradas como capazes de dar conta dos processos únicos e imprevisíveis que surgem na investigação, mas como um marco de referência que mediatiza o curso das construções teóricas do investigador sobre o objeto. A teoria é um momento de sentido no processo de produção teórica e não um esquema geral ao qual se deve subordinar esse processo. A metodologia e epistemologia qualitativas permitem a produção de estruturas teóricas que estão mais além de qualquer critério atual de confirmação no plano empírico, ou seja, permite a construção de zonas de sentido do estudado ocultas na aparência;

b. *O processo de produção do conhecimento tem um caráter interativo* - As relações investigador-investigado são uma dimensão essencial do processo de produção de conhecimento, um atributo constitutivo deste processo no estudo dos fenômenos humanos. O caráter interativo da produção de conhecimento implica no reconhecimento do papel da comunicação, seus processos, imprevistos e momentos informais, momentos produtores de informação relevantes para a produção teórica. O reconhecimento do caráter interativo da produção do conhecimento outorga um valor especial aos diálogos, ao contexto e às relações entre todos os sujeitos que intervém na investigação, como momentos essenciais para a qualidade do conhecimento produzido;

c. *Significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento* – Historicamente, a singularidade foi desconsiderada como fonte legítima de conhecimento científico. Porém, o conhecimento científico, na perspectiva qualitativa, não se legitima pela quantidade de sujeitos estudados, mas pela qualidade de sua expressão. A expressão individual do sujeito adquire significação de acordo com o lugar que ocupa em determinado momento para a produção de idéias por parte do investigador. Em uma investigação qualitativa, a ampliação dos casos a considerar tem a ver antes de tudo com as próprias necessidades de informação que vão se definindo no curso da investigação, quando se torna necessário abrir novas zonas de sentido do problema estudado.

Segundo Rey, a investigação qualitativa se diferencia da quantitativa por estar orientada essencialmente para a produção de idéias, para a produção de teoria. Entretanto, o autor alerta: a teoria não pode se converter numa camisa de força, nem os investigadores qualitativos podem se deixar atrapalhar por marcos rígidos e preestabelecidos que firmam *a priori* os resultados de uma investigação. Nenhuma teoria esgota o estudado em seu nível singular, portanto, para o autor, o sujeito é sempre um rico interlocutor de qualquer teoria e sua investigação reportará sempre elementos novos e desafiantes para aquela.

3.5. A Definição do Problema na Investigação Qualitativa

Na investigação quantitativa positivista tradicional, o problema aparece como uma entidade simplificada, estática, fixa e *a priori*, que orienta o resto das operações do desenho de investigação, dirigida à comprovação das hipóteses derivadas do problema tal como ele está definido. Para o autor, na *investigação qualitativa,* o problema não representa uma entidade concreta coisificada, mas um momento na reflexão do investigador, que lhe permite identificar o que deseja investigar, e que pode aparecer em uma primeira aproximação de forma difusa e pouco estruturada. Mais que uma construção acabada, o problema na investigação qualitativa representa uma construção em processo, que vai se desenrolando para novas e diversas formas no curso da investigação - o problema vai se tornando cada vez mais complexo e conduz a zonas do estudado imprevisíveis no início da investigação. A investigação qualitativa não exige a definição de hipóteses formais, pois ela não está orientada a provar, nem a verificar, e sim a construir. Isto, alerta Rey, não significa que ela não prove ou verifique alguma coisa durante o processo de investigação, contudo estes feitos são momentos do processo e não "momentos analíticos estabelecidos como o fim da investigação" (p.77).

Na investigação qualitativa, o problema não representa necessariamente uma pergunta a ser respondida ao final da investigação, como ocorre na investigação quantitativa, na qual os resultados adquirem o valor de produtos finais. Concebida como um processo permanente de produção do conhecimento, os resultados da investigação qualitativa "são momentos parciais que de forma permanente se integram com novos interrogantes e abrem novos caminhos para a produção do conhecimento. Cada resultado está imerso em um campo infinito de relações e processos que lhe afetam, dentro dos quais o problema inicial se multiplica em infinitos eixos de continuidade da investigação" (p.76).

3.6. Outros Momentos do Processo de Investigação Qualitativa

Uma vez definido o problema, pensa-se em alguns instrumentos que seriam facilitadores da expressão mais completa do sujeito e que acompanham a estratégia interativa desenhada para o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Na investigação qualitativa, o curso da investigação não está dividido nas etapas clássicas da *coleta e análise dos dados*.

O próprio conceito tradicional de dado não se aplica a este tipo de investigação. Na pesquisa quantitativa, o *dado* é concebido como uma entidade objetiva de procedência empírica, portadora de um valor em si que de forma direta se considera como um elemento do objeto estudado. Os dados aparecem de forma fria e impessoal, pela simples ação instrumental do investigador sobre o objeto estudado. Como conseqüência, ocorre o empobrecimento e, com freqüência, a distorção do valor e da qualidade da informação. Embora aceite “o conceito de dado para aqueles elementos que adquirem significação teórica no curso da investigação e que são identificáveis como elementos concretos no campo da investigação” (p.113), Rey introduziu em 1997 o termo "indicador" para designar a informação produzida - informação do objeto que está integrada de forma inseparável ao sentido subjetivo da produção teórica do investigador.

Indicador é o termo proposto por Rey para designar aqueles “elementos que adquirem significação graças a interpretação do investigador” (p.113), ou seja sua significação não é acessível de forma direta à experiência, nem aparece em sistemas de correlação. O indicador se constrói com base em informação implícita e indireta, não define

nenhuma conclusão do investigador em relação com o estudado, mas representa um momento hipotético no processo de produção da informação, que conduzirá ao surgimento de novos indicadores através das novas idéias do investigador associadas com a construção dos indicadores precedentes. O indicador pode ser definido como um elemento ou conjunto de elementos, ou ainda, pode ser produzido a partir da combinação de informações indiretas e omitidas. O processo de definição de indicadores é um processo de complexidade crescente, onde o indicador se torna um elemento de relação entre os diferentes níveis da produção teórica e as zonas de sentido do objeto que estes ditos níveis dão acesso. O indicador não tem valor como elemento estático e isolado, mas como parte de um processo dentro do qual aparece em estreita interrelação com outros indicadores.

Os indicadores representam categorias que facilitam o seguimento dos complexos processos que caracterizam qualquer investigação contextualizada no estudo da subjetividade humana. Eles não são categorias a serem utilizadas como referências, e sim categorias produzidas no próprio processo de construção do conhecimento, que se constituem ferramentas essenciais para a definição de novas zonas de sentido sobre o problema estudado. Os indicadores são produzidos como uma finalidade explicativa, que apela a construções teóricas para dar sentido ao não observável. Ao contrário da finalidade descritiva (consolidada pelas formas de sistematização do observável) do conceito de dado tradicionalmente utilizado pela psicologia.

O desenvolvimento dos indicadores conduz necessariamente ao desenvolvimento de conceitos e categorias novas no curso da investigação[46], o que representa para Rey, um dos momentos essenciais, mais ricos, delicados e criativos da investigação. As categorias representam um momento na construção teórica de um fenômeno - através delas pode-se entrar em novas zonas de sentido do estudado, que conduzem a novas categorias que se integram ou negam categorias anteriores, que, entretanto, não poderiam ser construídas sem aquelas. Para o autor, toda categoria ou teoria concreta tem diante de si o desafio de passar a novas zonas do estudado que estejam mais além das categorias desenvolvidas por qualquer teoria concreta em seu momento atual.

Para Rey, o desenvolvimento de categorias deve permitir conceitualizar as questões e processos que aparecem no curso da investigação sem conceitualizá-las nos marcos rígidos e apriorísticos de hipóteses preconcebidas e teorias gerais - na tendência empirista dominante, as categorias são assumidas como entidades que são "dadas". Ao conceber a investigação como um processo de produção constante do pensamento, os momentos de integração e generalização no desenvolvimento das categorias são essenciais para a construção teórica. Para o autor, "a elaboração teórica é um processo gradual que cresce através de sua própria história, dentro do qual os dados e indicadores são <u>resignificados</u> em diferentes momentos qualitativos" (p. 125, grifo meu). A relação entre o teórico e o empírico não é linear e isomórfica[47], pelo contrário, é irregular, contraditória e

[46] Para Rey, a produção de indicadores e de categorias são processos estreitamente relacionados. O autor afirma que, se as idéias associadas com o desenvolvimento de indicadores não se expressam em categorias, corre-se o risco de interromper o próprio processo gerador de construção teórica em curso na investigação e de instalar o círculo vicioso de reiteração do conhecido, característico de algumas investigações na Psicologia. Para o autor, "somente o desenvolvimento de conceitos permite integrar em uma construção teórica em processo, fatos e situações que, de outra forma não seriam aproveitadas para a construção teórica." (p. 121)

[47] Isomorfismo é o fenômeno pelo qual duas ou mais substâncias que tenham composição química análoga cristalizam em formas semelhantes e podem dar cristais de mistura em várias proporções. (Silveira Bueno, 1996, *Minidicionário da Língua Portuguesa*).

imprevisível. É o nível de produção teórica que caracteriza o desenvolvimento de uma teoria geral, ainda que este nível de produção teórica guarde de forma mediata e indireta uma relação com o momento empírico.

A investigação qualitativa, apoiada na epistemologia qualitativa não é orientada para a produção de resultados finais que possam ser tomados como referentes universais e invariáveis sobre o estudado, e sim para a produção de novos momentos teóricos que se integrem organicamente ao processo geral de produção de conhecimentos.

O reconhecimento do papel da comunicação como processo no qual se articula a investigação qualitativa em seus diferentes momentos conduz necessariamente a representação da investigação qualitativa como trabalho de campo, onde o investigador tem uma presença e participação constante dentro da instituição, comunidade ou grupo de pessoas que está investigando. Na opinião de Rey, o trabalho de campo é uma exigência para muitos dos tipos de investigação qualitativa.

3.7. A Pesquisa Realizada na Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (VIJ-DF)

Diante da idéia de se realizar uma pesquisa dentro de uma proposta epistemológica qualitativa, que pudesse indicar a existência ou não de uma concepção de família idealizada pelos técnicos que realizam os estudos psicossociais nos casos de adoção, delineou-se um projeto de pesquisa em que as informações foram obtidas a partir de*:*

a. *Nove técnicos*[48] *(cinco psicólogas e quatro assistentes sociais*[49]*) do Setor de Adoção da VIJ-DF* que trabalham nos estudos psicossociais de Adoção e de Inscrição, na seleção e preparação de candidatos. Para a participação na pesquisa, o critério adotado foi que o técnico tivesse pelo menos seis meses de atividade no referido Setor. Esta exigência deveu-se principalmente a alta rotatividade no Setor nos anos de 1999 e 2000, em função de transferências e da entrada de novos servidores a partir de concurso público.
b. *Duas famílias adotantes* que já haviam passado pelo processo de estudo psicossocial de inscrição e de adoção no Setor de Adoção da VIJ-DF, ambas com parecer técnico favorável à adoção (única condição exigida para participação na pesquisa). Foram convidadas sete famílias para realização da entrevista de grupo focal, quatro confirmaram presença, porém apenas duas compareceram. Ambas as famílias adotantes participantes da entrevista não tinham filhos biológicos e eram compostas de casal e pelo menos um filho(a) adotivo(a).
c. *Entrevistas de grupo focal*, uma com os técnicos do Setor de Adoção da VIJ-DF, nas dependências da referida instituição, e a outra com as duas famílias adotantes em uma sala no Centro de Atendimento Ensino e Pesquisa (CAEP) do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. A entrevistas contaram com a presença de dois observadores, instruídos para observar o comportamento não verbal do grupo durante a realização da mesma. As entrevistas com os sujeitos da pesquisa foram precedidas de "role-playing" com voluntários (estudantes de

[48] Incluindo a mim mesma
[49] Uma das assistentes sociais é também psicóloga.

graduação e pós-graduação de Psicologia) para avaliar se as perguntas estavam claras e para treinamento dos observadores.

Segundo Minayo (1998), com a *técnica de entrevista* pode-se obter dados de duas naturezas: objetivos (factuais, concretos) e subjetivos (valores, atitudes e crenças). Por sua vez, a entrevista de grupo é definida por Frey & Fontana (1994, in Denzin & Lincoln, 1994) como o questionamento sistemático de vários indivíduos simultaneamente. Essencialmente qualitativa, é uma técnica de coleta de dados, que não podem ser investigados através da entrevista individual. Neste tipo de entrevista, o entrevistador deve dirigir a interação e questionar o grupo, contrabalançando o papel diretivo e de moderador (mediador) da interação, permitindo e estimulando todos os entrevistados a participarem. O método de *entrevista de grupo focal* parece ser o mais indicado para este tipo de investigação, dada a natureza subjetiva dos dados a serem coletados: valores, atitudes, crenças dos sujeitos, enquanto um grupo com uma vivência e cultura coletiva específicas. Na entrevista de grupo focal, perguntas abertas e fechadas podem estar combinadas no roteiro da entrevista (entrevista semi-estruturada).

Foi planejado um roteiro (ver Anexos 1 e 2) para as entrevistas de grupo focal, com uma breve apresentação da pesquisa e quatro perguntas-chave. As perguntas abertas formuladas tiveram como objetivo estimular o diálogo e a troca de idéias entre os participantes, a fim de que pudessem expor livremente seu pensamento a respeito do tema proposto. Foi estipulado um período máximo de trinta minutos para cada uma das questões, a fim de organizar/delimitar melhor a entrevista.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As informações contidas na entrevista de grupo focal dos técnicos foram analisadas de acordo com a proposta da Investigação Qualitativa de Fernando Rey. A partir da análise da entrevista, algumas palavras, frases e diálogos foram considerados indicadores de algumas dimensões presentes neste estudo que parecem retratar as crenças, valores, opiniões e posturas dos técnicos pertinentes ao tema, ao processo de adoção e às famílias adotantes.

Como já foi dito anteriormente, as informações obtidas na entrevista de grupo focal com as famílias adotantes não foram analisadas conforme a metodologia proposta da Investigação Qualitativa. Entretanto, tais informações se configuraram como um importante material de pesquisa, que poderá ser melhor explorado no futuro. Com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o tema, o material foi analisado, ainda que de uma forma menos sistematizada. Serão apresentadas ao final deste capítulo, algumas dimensões para as quais o discurso das famílias adotantes aponta.

4.1. Análise da Entrevista de Grupo Focal com os Técnicos

As quinze dimensões, que serão apresentadas a seguir, surgiram ou, melhor dizendo, foram construídas, a partir da análise das falas e diálogos suscitados pelas perguntas contidas no roteiro da entrevista de grupo focal com os técnicos responsáveis (assistentes sociais e psicólogos) pelos estudos psicossociais de adoção e inscrição para adoção.

4.1.1. Refuta-se uma concepção de família ideal para adoção

Em vários momentos da entrevista, os técnicos discutem e refutam a idealização de família para adoção. São momentos, em geral, de discussão acalorada e agitada, várias vozes se misturam, como o trecho a seguir mostra:

- *..tem essa questão do momento, mas se for indicada do jeito que estou pensando: do pacote... não tem gente.*

(VÁRIAS VOZES FALANDO JUNTAS)

- *... Porque se a gente for dos conceitos, do que é aceito socialmente, do idealizado: 'Ah... está tudo certinho para ser indicado'. A gente não vai encontrar em família nenhuma...*
- *Não*

(VÁRIAS VOZES FALANDO JUNTAS)

- *Ninguém ia poder ser pai nem mãe*
- *Não (RINDO)... ninguém ia poder ser pai nem mãe"*
- *...*
- *... Agora assim, porque tem coisas que a gente vê: "Ah... essa família é assim e assim" mas quando você começa a estudar: você acha que ela tem condição de adotar mas tem que se preparar e melhorar em alguns aspectos...*

A discussão refuta a existência de características, modelos ou perfis, subjetiva e socialmente idealizados ou estabelecidos aprioristicamente para as famílias adotantes. Por outro lado, embora haja um consenso de que não existem famílias ideais e perfeitas, sejam adotivas ou não, os técnicos parecem acreditar que os "pontos fracos" das famílias podem ser trabalhados tornando-as mais capacitadas e indicadas para adoção.

Em outro momento da entrevista, essa dimensão também se mostra presente:

- *... a gente trabalha com a idéia de que não existe família perfeita... Não existe um padrão de pai, um padrão de mãe, um padrão de filho...*
- *E eu acho também que a gente acredita que as relações podem sofrer mudanças...*
- *Hum... hum...*
- *Realmente saber que não existem famílias perfeitas, mas as relações podem mudar...*
- *Mudam...*

Acredito que essa crença na possibilidade de mudança da dinâmica familiar, de forma a favorecer o sucesso da adoção e o bem estar da criança, é que possibilita o oferecimento de ações sócio-educativas da equipe na forma de intervenções psicossociais (grupos de preparação, intervenções durante as entrevistas com a família e seus subsistemas), a fim de auxiliar as famílias no processo de acolhimento e adoção. Ao refutar a existência de uma família "ideal" ou "perfeita" para adoção, busca-se trabalhar com as famílias adotantes "reais" e naturalmente "imperfeitas", como todas as demais, no sentido de ampliar sua competência de forma a auxiliá-las no processo de adoção. Neste sentido, o estudo psicossocial não deve se revestir apenas de avaliação e encaminhamentos, mas também de oferecimento de ajuda às famílias adotantes. Na VIJ-DF, a prática tem sido coerente ao discurso acima, tendo em vista, o estudo psicossocial incluir ações da equipe técnica de caráter sócio-pedagógico (grupos de preparação e intervenções sistêmicas) junto às famílias estudadas.

Esta crença na mudança e na possibilidade de construção de algo novo e diferente, a partir da constatação que a "família ideal" não existe, seja biológica ou adotiva, permite ainda que o técnico aceite os riscos e a incerteza de seu saber, assumindo no discurso uma postura não "dogmática" ou "taxativa" com relação ao tema. Esta dimensão se contrapõe à crítica de Weber (1999A), que aponta para uma postura apriorística, preconceituosa, dogmática, estereotipada, moralista e alienada presente no discurso e na prática dos Serviços de Adoção.

4.1.2. Critérios de Seleção versus *Relativização de Critérios*

Para cada critério de seleção proposto pelos técnicos, há uma discussão e uma relativização do mesmo, sugerindo que cada caso e/ou situação estudada são particularizados, não existindo uma "família ideal", mas diversas possibilidades. As falas dos técnicos parecem indicar que existem famílias mais apropriadas, com algumas dimensões que facilitam a adoção, entretanto, estas dimensões são relativizadas e propõe-se que cada caso seja analisado em particular.

- *... durante o estudo a gente percebe que algumas famílias são mais indicadas. A gente sente isso pelo que a gente colheu... O contato com a família, com os filhos... Principalmente se tem experiência com adoção... como é que eles tratam os filhos...Quando existem filhos é mais fácil. Porque a gente percebe assim... que é um reflexo.. dá um "feedback" para a gente.... Mas eu acho que não significa que é uma coisa fechada, às vezes, também a gente encontra...surpresas... Famílias que às vezes a gente acha que não seriam indicadas... Pelo menos eu tive um caso... Em que eu não sentia instinto assim... maternal... sabe aquela coisa da maternidade? E me surpreendeu depois que ela pegou a criança. Então, existem algumas surpresas também...*
- *... cada família é uma família sim... Você falou da família que tem filhos... Por exemplo: quem tem filhos seria mais adequado, talvez.... mas, às vezes, a gente percebe que a família que tem filhos e vai entrar um novo membro... às vezes, não está preparada para receber esse novo membro... As crianças começam a manifestar*
- *Pode não estar*
- *Pode não estar... então não facilita o fato de "ter filhos", nem sempre facilita...*

As falas parecem sugerir a "existência de famílias mais indicadas" e de alguns possíveis critérios que podem favorecer ou facilitar a adoção, tais como: experiência com adoção, existência de filhos. Entretanto, especialmente a "existência de filhos", enquanto critério de seleção, é questionado e relativizado ao ser discutido pelo grupo. O diálogo parece indicar que existem famílias mais apropriadas, com algumas características que facilitam a adoção, entretanto, este conjunto de características não pode ser definido *a priori* e aplicado a todas as famílias, como mostra o indicador: "cada família é uma família". Esta frase, além de relativizar as colocações anteriores, propõe ainda que cada família, cada caso estudado deve ser particularizado. Desta forma, "ter filhos", enquanto critério, é posto em dúvida, pois não facilita necessariamente adoção e não poderia ser considerado um critério de seleção para toda adoção.

A partir da discussão e da relativização do critério parece haver um consenso de que a família com filhos pode ou não facilitar a adoção, mas ajuda sobretudo o trabalho técnico, pois permite que se observe a interação, a dinâmica entre pais e filhos, de forma que se possa indicar uma possível dinâmica favorável ou desfavorável para o acolhimento de uma criança através da adoção. A presença de crianças propriamente ditas é enfatizada como um facilitador do trabalho técnico de investigação da dinâmica familiar, em função de sua espontaneidade, que se traduz em comportamentos que revelam algo mais sobre a dinâmica familiar. Andolfi (1980, p. 201) aponta que "a criança é o melhor indicador da situação afetiva da família, num dado momento. É capaz de exprimir abertamente emoções ou tensões que os pais experimentam, mas que não conseguem revelar".

A colocação da técnica: "...vai entrar um novo membro... essa família não está preparada...*"* parece indicar ainda que a "preparação da família para aceitar um novo membro" pode ser concebida também como um <u>critério</u> que favorece a adoção. A importância da preparação da família para adoção é enfatizada em outros momentos da entrevista, mas também é relativizada como mostra o trecho a seguir na fala de um técnico:

- *"Eu acho que o que a gente está trabalhando aqui...essa indicação, eu penso em preparação. Porque existem famílias mais preparadas para adotar... e nesse*

sentido é um critério interno delas mesmo... essa indicação... que é uma coisa que vem de fora... É mais indicada no sentido que ela realmente está entendendo o que é adoção, de estar no momento de adotar, de estar assim com a motivação realmente... mais... viável de lidar com aquelas situações... Acho que isso remete para mim essa questão da preparação sim... Uma família mais indicada, eu penso que seria mais preparada. Só que isso é relativo a cada situação... Cada criança... Por exemplo, se eles pretendem acolher ou não..."

Nesta fala, o técnico sugere que a indicação de uma família para adoção seja vista como preparação e defende a existência de famílias mais preparadas, como "critério interno" às famílias. Define "preparada" no sentido de compreender o que é adoção, o que ela representa, de estar no momento certo/adequado. Estar preparada para enfrentar o contexto, as diversas situações decorrentes da ação. A colocação do técnico parece sugerir ainda uma família que possa ter uma motivação para adoção com expectativas flexíveis para lidar com os possíveis e diversos contextos de uma adoção e de acolhimento de uma criança. Contudo, novamente, o critério proposto é relativizado e enfatiza-se que cada caso deve ser analisado particularmente a fim de se avaliar sua indicação/preparação ou não.

Embora os técnicos pareçam relativizar suas colocações e refutem a idéia de uma família indicada ou adequada para adoção, a conversa mostra a existência de critérios de contra-indicação como pode-se evidenciar no trecho a seguir:

- *Não tem um perfil fechado de família: 'Essa é a família com perfil para indicar'...*
- *Mas essa família se prepara...*
- *A indicação é uma coisa dinâmica...*
- *Não é fechado: a família que tem essas e essas características é a família ideal para adotar. Agora eu acho que tem algumas características que não favorecem a adoção.*
- *É, eu acho que seria mais de exclusão mesmo.*
- *Exatamente.*

O diálogo sugere que não há um perfil fechado de família, pois é relativo a cada situação. Os técnicos inicialmente parecem sugerir que tanto a indicação da família quanto sua preparação são dinâmicas e que não existe um perfil ou modelo ideal e predeterminado de família para adotar. Os técnicos afirmam que "não existem características fechadas *a priori*" a partir das quais uma família se encaixe para garantir o sucesso da adoção. O trecho mostra que esta postura flexível do discurso, entretanto, não exclui a existência de critérios de seleção, embora, na entrevista de grupo focal, tais critérios estejam sempre em questionamento e sendo relativizados para cada caso e família estudados. No transcorrer da discussão, entretanto, percebe-se a crença na existência de famílias contra-indicadas. A referência a "algumas características que não favorecem a adoção" indica a existência de critérios de seleção baseados em critérios de "exclusão", ou melhor dizendo, de "contra-indicação". O diálogo continua e alguns critérios de contra-indicação começam a ser apresentados, questionados e, novamente, relativizados:

- *É, então, a desestruturação da família... psicológica... acho que sim...a gente teria mais critérios de exclusão.. e não... de inclusão no sentido de que a gente*

teria um modelo... para adaptar a criança naquele modelo predeterminado. Eu acho que seria o contrário. Acho que seria: alguns critérios... até de saúde mental e de funcionamento, de organização familiar...para que nos assegure de que a criança possa ter um mínimo... de ambiente para se desenvolver, eu penso nisso também. Eu concordo com você, nesse sentido... de que nós não temos um padrão preestabelecido de família para....

- *(OUTRO TÉCNICO INTERROMPE E COMPLEMENTA) Para adequar.... De família adequada...*
- *... para colocar a criança ali, mas, acho que a gente está atento para o funcionamento da família... para saber... qual o funcionamento dela? De forma que ela possa possibilitar ou não um bom desenvolvimento para a criança.*

O diálogo refuta a existência de um modelo previamente determinado de inclusão, de famílias que seriam mais indicadas ou adequadas. Contudo, evidencia-se uma contradição já que ao sugerir a existência de alguns critérios de exclusão de famílias, como a "desestruturação familiar e psicológica", sugere-se em contrapartida a existência de determinadas condições de saúde mental, funcionamento, dinâmica e organização familiar que poderão, mais que outras, propiciar um ambiente favorável ao bom desenvolvimento da criança. Preocupação coerente, tanto com os aspectos psicossociais envolvidos, quanto legais, já que no ECA no artigo 29 está disposto que: "não se deferirá colocação em família substituta a pessoa que revele, por qualquer modo, incompatibilidade com a natureza da medida ou não ofereça ambiente familiar adequado".

É interessante observar detidamente a frase da técnica: "... para que nos assegure de que a criança possa ter um mínimo...". "Nos assegure", ou seja, assegure ao técnico, revela a relevância do sofrimento e ansiedade do técnico com relação ao processo de adoção e ao contexto em que a criança será inserida que deverá oferecer um "mínimo" de condições para que a criança se desenvolva saudavelmente. O técnico procura se "assegurar" da existência deste contexto e ambiente saudável a fim de fornecer seu parecer. Esta dimensão do sofrimento/ansiedade do técnico ao assumir a responsabilidade pela colocação de uma criança em um lar substituto, está também presente em outros momentos da entrevista de grupo focal e será evidenciada em outras dimensões destacadas nesta pesquisa.

O funcionamento, a dinâmica, a organização familiar e a saúde mental dos membros da família adotante parecem constituir critérios importantes para seleção ou exclusão de candidatos, entretanto, estes mesmos critérios são relativizados. Novamente se contrapõe ao caráter fechado do critério, a importância do estudo individual e particularizado do caso em questão, como pode ser observado no trecho a seguir:

- *... a gente só vai saber se a família é ou não indicada, no contato com a família... Na abordagem...*
- *Previamente, não... A priori não se pode dizer se é ou não indicada...*
- *Isso. Aos poucos, no contato, nas entrevistas, na visita... no trabalho de grupo também...*
- *Mesmo porque, ela pode não ser indicada neste momento e a partir de todo um trabalho de orientação, de esclarecimento, ela pode se tornar plenamente indicada.*
- *O trabalho de preparação que a (T4) estava falando...*

O trecho mostra que os técnicos parecem acreditar que a indicação ou não da família para adoção só pode ser feita a partir do “contato” com a mesma, ou seja, a seleção das famílias não pode ser feita aprioristicamente em função de determinadas características. Desta forma, os critérios de seleção são novamente relativizados porque cada caso deve ser analisado particularmente. A referência ao conhecimento da família a partir do "contato" com a mesma sugere ainda duas hipóteses: (a) a forma como se estabelece a relação entre o técnico e a família têm relevância no estudo psicossocial, nas análises e pareceres técnicos, consequentemente, na indicação ou não da família para adoção e; (b) a forma como a família se apresenta à equipe técnica poderá influenciar o processo de adoção. Este “contato” com as famílias é considerado fundamental para a indicação ou não da família para adoção e, como mostrado na fala dos técnicos, o “contato” se estabelece “aos poucos” e em contextos diversos (entrevistas, visita domiciliar, trabalho de grupo). A partir desta afirmação pode-se sugerir que a quantidade, sobretudo a qualidade e diversidade destes “contatos” seja de grande valia para o trabalho técnico e para uma melhor avaliação do caso e da família, desta forma, faz-se necessário um planejamento para o estudo psicossocial que leve em consideração: o número de contatos com a família, a possibilidade de que estes se dêem em uma diversidade de contextos e o tempo necessário para conclusão do estudo que possa atender à demanda judicial, mas que também possa permitir uma boa avaliação do caso.

Os técnicos da VIJ-DF também parecem acreditar que é possível nestes “contatos” com as famílias, ajudá-las a entender melhor sua motivação, orientá-las, encaminhá-las. A crença na possibilidade de mudança, leva ao oferecimento de uma ação por parte da equipe técnica por meio de um trabalho de preparação, orientação, informação, reflexão e esclarecimentos, a fim de que a família possa ampliar sua competência e tornar-se indicada para adoção. Mais que a seleção de famílias, com seu caráter discriminatório embutido, o estudo psicossocial pode realmente revestir-se de uma ação de apoio às diversas possibilidades de adoção, ou seja, em muitos contextos é possível trabalhar situações inadequadas de forma a garantir a construção de um vínculo seguro e o sucesso do acolhimento e da adoção.

O diálogo prossegue e os critérios de exclusão continuam a ser apresentados e relativizados:

- *Então... não é uma coisa fechada... A não ser... em casos extremos ...realmente de... problema psiquiátrico que vá comprometer a relação com a criança, ou que haja risco para a criança naquela família, aí,... Mas muitas famílias que, a princípio a gente achava que... não seria por isso ou por aquilo, na medida em que a gente foi trabalhando, esclarecendo, se tornou viável. Até isso que a T1 falou mesmo: “Ah, não.... ela não tem muito a coisa do maternal”, e quando a pessoa estava com a criança na situação se revelou super maternal... Então, a gente também não pode, a priori, é... taxar... botar carteirinha...: “Esse vai ser bom , esse vai ser ruim”. Porque esse não é o papel da gente...*
- *É.. principalmente em casais que não tem filhos... Esse... caso que eu tenho... Eles, 25 anos de casados, nunca tiveram filhos. É todo um aprender... a ser pai e ser mãe, porque nunca tiveram essa oportunidade, como que você vai dizer: não, esse aí não preenche... De repente, eles vão aprender isso aqui com a gente também... nessa preparação... E aí poderão se tornar indicados.*

A partir do aprofundamento da discussão pode-se perceber que o "distúrbio mental ou psiquiátrico" como critério de contra-indicação de candidatos à adoção é relativizado e particularizado para cada situação. Manifesta-se ainda uma preocupação com a grau de gravidade do problema mental ou psiquiátrico e ao contexto que poderá envolver riscos para a criança. Nesta fala, a referência a "relação com a criança" parece ser indicativa de que os técnicos também consideram importante e enfatizam a verificação da capacidade da família adotante para construir e estabelecer vínculos com o adotando, ainda que existam problemas de saúde. A questão do vínculo, dimensão presente, importante e valorizada no discurso técnico, será melhor apresentada posteriormente. A continuação do diálogo indica que os técnicos novamente "relativizam" suas colocações anteriores e parecem acreditar que mesmos os critérios de contra-indicação não podem ser definidos a priori porque a partir do oferecimento de uma ação, ou seja, de um trabalho de preparação, orientação, informação, reflexão e esclarecimentos, a família pode ampliar sua competência e tornar-se indicada para adoção.

A própria prática e vivência no serviço retratadas na apresentação dos exemplos fazem com que os técnicos questionem seus critérios, suas próprias percepções e posicionamentos e reconheçam a necessidade de que se estabeleça uma postura para o técnico no contexto jurídico da Adoção, que não poderá ser taxativa, autoritária, rígida e maniqueísta, como fica evidente no trecho destacado anteriormente.

Uma outra colocação que também relativiza os critérios de seleção e parece exemplificar melhor a proposta da equipe na análise como um todo e particularizada de cada família estudada é a seguinte:

– *Nas nossas avaliações.. a gente observa...tanto os aspectos favoráveis como os aspectos desfavoráveis. Aqueles que a gente prioriza mais... Eu acho que a gente não exclui um ou outro, tipo assim: vamos ver só o que não é bom, não é bom encontrar numa determinada família. Eu acho que a gente vê os dois lados. O que é bom encontrar numa família que deseja adotar, como o que não é bom, que essa família tem... A gente vê as duas coisas... E depois a gente faz um fechamento...*

Esta colocação também parece relativizar a avaliação/seleção baseada em critérios de exclusão ao mostrar que os técnicos parecem reconhecer que toda família pode apresentar aspectos favoráveis e desfavoráveis ao acolhimento e à adoção. A fala: "Aqueles que a gente prioriza mais" também sugere que alguns aspectos das famílias parecem ser mais priorizados pelos técnicos do que outros e, provavelmente, terão mais peso na avaliação. Proponho que alguns destes aspectos estão explicitados nas dimensões ressaltadas nesta pesquisa, como p.ex.: a motivação, o momento e a "preparação", o vínculo ou a capacidade de formar vínculos, etc.

4.1.3. A Motivação para Adoção enquanto Critério de Seleção Fundamental

– *O que eu acho que é interessante nessa questão da preparação é exatamente o fato de se questionar... A verdadeira motivação. E até nisso a (T2) estava falando... que com esses grupos, com esses questionamentos, algumas pessoas já estão desistindo. Porque chegam com uma motivação explícita... que nem*

eles mesmos sabem a motivação interna. A partir do momento que isso começa a emergir, eles começam a pensar, elaborar melhor... Cai a ficha e eles vão ver que realmente eles estão querendo tapar um buraco de uma outra coisa. Então, nesse, aspecto eu acho... que esse trabalho que a gente está desenvolvendo agora é preventivo. Ele é preventivo no sentido de levar as pessoas a se questionar qual a verdadeira motivação para a adoção. Eu acho que isso é um dos critérios fundamentais... para a gente poder fazer essa indicação de adoção.

– *Mas antes já se fazia, só que antes se fazia individualmente...*

A discussão parece sugerir a motivação para adoção como um dos critérios fundamentais para indicação ou não de uma família para adoção. A proposta de trabalho técnico (seja em grupo ou individual) parece levar a uma reflexão conjunta com os adotantes/candidatos a respeito de sua(s) motivação(s) para adoção. Na medida que se aprofunda a reflexão ou questionamento a este respeito, muitos adotantes se auto-avaliam e acabam desistindo ao perceberem que, na verdade, buscam outras coisas através da adoção. No entanto, a motivação não parece ser vista como uma coisa estática, não sujeita à transformação. A partir de um trabalho técnico de discussão, em grupos ou mesmo particular e individualizado para cada caso, ou seja, a partir do oferecimento de ações da equipe psicossocial, esta motivação é passível de transformação e mesmo uma família antes não indicada para determinado tipo de adoção passa a ser indicada ou vice-versa.

No trecho seguinte, alguns critérios de exclusão, do ponto de vista técnico, relativos à questão da motivação parecem ser melhor explicitados a partir de exemplos de casos concretos. A fala é relativa a dois processos de inscrição de candidatos à adoção:

– *... esse mês eu tive duas desistências. Então, não sei se ajuda um caso concreto... As duas famílias tinham filhos deficientes. Então, uma tinha dois filhos, um morreu e aí queria adotar outro <u>e normal</u> (enfática)... veio com o discurso inclusive de que 'o filho adotivo era melhor que filho biológico. Ia ser mais grato...' e uma série de coisas assim..., e aí, é... como tinha um processo de luto que deu para perceber que não tinha acontecido com relação ao filho, eu fiz um encaminhamento. E eles não conseguiram entrar... no negócio... até veio com a resposta: 'mas para quê? Já pede atestado de saúde, atestado mental? Basta... Já diz que eu estou ótimo... Porque tem que fazer alguma coisa a mais?' Daí eles desistiram. E é um processo super difícil. Até que quando eu fui entregar (o relatório) no (outro setor da VIJ), porque eles estavam para reavaliação... Aí a pessoa do (outro setor) perguntou: mas por que eles desistiram? Que absurdo ... desistiram... O que aconteceu para eles desistirem? Então quer dizer, é uma coisa que também é perigoso, essa coisa de que toda família pode adotar e de... qualquer forma e qualquer coisa vai ser preconceito... E não é uma questão também de: "Ah, eu trouxe o documento, preenchi as fichas aqui e estou pronto."*
– *Critérios objetivos.*
– *Às vezes eles também trazem essas coisas muito estáticas. E outra família.... veio e disse que o marido estava há um ano reunindo a documentação, era uma pessoa simples, inclusive... Aí (a esposa) veio para a palestra e não conseguia quase... assim... entender, preencher o questionário, aí, numa pergunta ela*

falou assim: "eu tenho que aprender tudo, eu vejo que não sei nada". A esposa dele falando. Por quê? Porque foi um projeto só dele. Quando ele chegou na entrevista, ela olhava, ela não tinha a mínima vontade de ter aquele filho também. Era uma coisa só da história dele, porque ele tinha tido oito irmãos, agora ele queria um menino para fazer companhia para ele, porque eles também tinham dois filhos e o menino era deficiente. Então ele não tratava o filho como filho e queria que esse da adoção fosse preencher, tanto o filho que ele não teve, quanto fizesse as coisas que ele não tinha feito, que era estudar, que era conseguir um emprego. Porque ele era aposentado desde os 22 anos, e nunca conseguiu um emprego. Então quer dizer... então nesse caso, essa família no caso não era indicada para a adoção. Não era uma coisa assim... Não era porque moravam em (satélite do DF) e tinham uma renda baixa só. Porque não era a demanda da família (enfática), mas de uma parte. Então tem que ver também... como que é dentro dessa família? O que precisa para ter a indicação? Pelo menos que realmente seja a vontade da família (enfática) e que haja um espaço de todos os membros da família para essa criança entrar como um filho também. Eu acho que é... tem muitas variáveis nessa história.

A apresentação dos casos concretos mostra a existência de alguns critérios relativos à motivação dos adotantes que os técnicos parecem avaliar como de não indicação ou contra-indicação. Nos dois casos apresentados, a motivação da família para adoção foi questionada e, no primeiro exemplo, sugeriu-se ainda encaminhamento para terapia. Durante o processo de estudo psicossocial, as duas famílias acabaram desistindo de continuar com o processo de inscrição. Alguns trechos da fala, parecem indicar a existência de algumas motivações consideradas "inadequadas" para uma família adotante, ou seja, de alguns critérios de contra-indicação relativos à motivação, tais como:

a) Filho adotivo com a função de cicatrizar a "ferida narcísica" dos pais pela incapacidade de gerar: No primeiro caso, a família tinha dois filhos, um que havia morrido e o outro era deficiente. A técnica enfatizou através do tom de voz a exigência da família candidata à inscrição que a criança a ser adotada fosse "normal". Segundo Giami & D'Allones (1984, em Neto, 1984), a criança deficiente é vivenciada pelos pais como um "fracasso pessoal", representando para eles uma ferida narcísica. Daí, suas freqüentes atitudes ambivalentes de frustração e culpabilidade, a criança é amada e detestada. Segundo os autores, em outras famílias, a criança deficiente representa, inconscientemente, a "criança ideal" que nunca crescerá e permanecerá dependente aos olhos dos pais. Barnard & Erickson (1978) apontam que "ter uma criança deficiente" é vivido como uma ameaça à interação parental e à continuidade da família. Para os autores, a ameaça deve ser manejada através do desenvolvimento de um plano no qual a família decida quais são seus objetivos para a criança e como poderão alcançá-los. A fala da técnica aponta para a presença no casal parental de um luto não resolvido pelo filho "perdido", morto ou deficiente, que leva a pensar na existência de uma fantasia de que criança a ser adotada tem como função preencher o vazio deixado e/ou cicatrizar uma "ferida narcísica" dos pais provocada pela incapacidade de gerar filhos saudáveis. Tal motivação inconsciente relacionada às altas expectativas parentais, poderia comprometer a relação com a criança e seu desenvolvimento saudável. A constatação da situação pela técnica levou ao encaminhamento para psicoterapia que foi recusado pelos futuros candidatos sob a alegação

de que não havia nenhum problema e que o processo na Justiça era muito burocrático. Esta última colocação dos adotantes parece ainda ter encontrado eco ou respaldo dentro da própria instituição ao ser relatada a reação de indignação e perplexidade de outro setor com relação a sua desistência;

b) Altas expectativas parentais em relação ao filho adotivo: Nos dois casos apresentados, os futuros pais revelavam também altas expectativas em relação à criança adotiva que deveria inclusive retribuir (ser grata) e cumprir tarefas, responsabilidades, desejos e obrigações dos adotantes. "O filho adotivo deve ser grato" - este é um ponto delicado pois a exigência de lealdade e gratidão entre pais e filhos, especialmente na filiação adotiva, fazem parte do senso comum. É possível que, muitas vezes, a adoção tenha a conotação de "salvação" dos adotandos e adotados. Por outro lado, este "salvamento" ou "resgate" pode representar a uma ruptura brusca com as origens, sentida como algo vergonhoso, maligno, impuro e imperfeito que precisa ser menosprezado e esquecido como ressalta Hartman (1984, em Imber-Black, 1984);

c) Demanda para adoção de apenas uma parte da família e não da família como um todo: A criança ou adolescente a ser adotado não é apenas mais um membro da família, este novo integrante fará parte da mesma com um "status" diferente. Filho(a), irmão(a), neto(a), sobrinho(a), primo(a) são importantes relações que deverão se desenvolver para que a criança adotada faça parte do grupo familiar. "Pertencer" genuinamente a este grupo é fundamental na construção (ou reconstrução) de sua identidade. Minuchin (1982) apresenta a família como a matriz de identidade do indivíduo, o laboratório onde dois ingredientes fundamentais são misturados: o sentimento de pertencimento e o sentimento de ser separado. Segundo o autor, "o sentido de pertencimento aparece com uma acomodação de parte da criança aos grupos familiares e com sua pressuposição de padrões transacionais, na estrutura familiar, que são consistentes durante todos os diferentes acontecimentos da vida" (Minuchin, 1982, p. 53). Desta forma, deve haver um espaço nesta família para que a criança adotada possa ser inserida, especialmente dentro da unidade conjugal, a fim de que a criança possa desenvolver tal "sentido de pertença";

d) Falta de empenho, engajamento ou investimento da família no processo de adoção (dificuldades de aceitar o processo de estudo e encaminhamentos, desistências): A adoção é um ato de vontade, assim as dificuldades para aceitação do processo de estudo, a falta de investimento e as desistências podem indicar tanto uma "vontade" mal avaliada pelos atores, como uma resistência da família para mudança, a partir do questionamento de sua motivação, habilidades e competências. Ou ainda, a desistência pode estar relacionada ou ser um indicador de uma inabilidade ou despreparo para enfrentar as dificuldades e situações reais do acolhimento/adoção, muitas vezes, em certa medida também frustrantes. Segundo Minuchin (1982, p. 68), "quando uma família absorve um novo membro, esse novo membro deve se adaptar às regras do sistema e o sistema antigo deve ser modificado para incluí-lo". Assim, é de fundamental importância uma flexibilidade do sistema e de seus membros para aceitar a mudança e efetuar os ajustes necessários.

Poderia ser questionado que tais motivações e expectativas parentais também são perfeitamente possíveis de ocorrer na parentalidade biológica, que não exige nenhuma análise de indicação ou trabalho de preparação prévios. Entretanto, o trabalho clínico mostra o quanto tais motivações e expectativas parentais afetam a vida dos filhos.

A fala da técnica indica que apesar do discurso que relativiza os critérios de indicação ou não das famílias para adoção, há uma constatação de que nem todas as famílias poderão adotar e que o estudo psicossocial é de extrema importância para a seleção dos candidatos à adoção, tendo em vista, a existência de outras dimensões que não podem ser avaliadas a partir de critérios "objetivos" (apresentação de atestados e documentos comprobatórios).

Por outro lado, também presente no discurso técnico está a crença na capacidade de mudança da família, a partir de sua própria dinâmica e/ou de um trabalho terapêutico. Para isso, entretanto, o diálogo alerta para a necessidade da participação ativa da família na aceitação de suas limitações e do processo de preparação para adoção. Este processo é vivido, muitas vezes, com grande dificuldade, tanto pela família, quanto pelo técnico responsável pelo caso. A referida ausência de critérios "objetivos" e quantificáveis, mais facilmente justificáveis para o leigo desta ou daquela contra-indicação, leva ainda a outras situações embaraçosas como a relatada, na qual a recusa da primeira família ao encaminhamento psicoterápico (feito pelo técnico do Setor de Adoção do Juizado) e sua conseqüente desistência do processo levou a uma reação de perplexidade e crítica por parte de outras setores da Justiça que têm acesso aos Autos. Este fato relatado mostra ainda uma falha na comunicação intrainstitucional que costuma levar, freqüentemente, a maus entendidos e posturas conflitantes.

É preciso lembrar que o relatório e parecer técnico é redigido para a autoridade judiciária (o Juiz da VIJ) e que a família e demais partes envolvidas no processo têm acesso ao mesmo. O técnico deve se preocupar ao redigí-lo, tanto com a acessibilidade e clareza das informações, como com a exposição excessiva e desnecessária dos sujeitos e família, seu funcionamento e dinâmica. Isto se torna fundamental, especialmente nos casos em que são sugeridos algum tipo de encaminhamento e/ou reavaliação, já que esta super-exposição poderia além das implicações éticas, também se tornar contraproducente ao objetivo desejado, levantando resistências e dificuldades para o engajamento no processo psicoterápico (caso necessário). Por outro lado, em muitos casos, se não houver uma maior exposição dos problemas ou dificuldades encontradas que justifiquem o encaminhamento, corre-se o risco de que as sugestões e encaminhamentos não sejam implementados pela família e/ou exigidos pelos promotores e juízes. Assim, ao mesmo tempo, em muitos casos, é necessário que o técnico construa a demanda (terapêutica) com a família.

Um outro aspecto relacionado à motivação é o aspecto volitivo e voluntário da adoção. O ato de adotar tem um caráter voluntário, ou seja, a adoção é considerada como ato de vontade. A intensidade desse "desejo" ou "vontade" poderia ser dimensionada a partir do nível de engajamento da família pretendente à adoção no processo como um todo? Este poderia ser um critério válido de avaliação das famílias adotantes? Seu engajamento no processo, a aceitação das etapas do mesmo, sua "vontade" para transpor os obstáculos de forma que a adoção se concretize, poderiam ser fatores importantes na avaliação dos casos e das famílias estudadas? A colocação seguinte incita tais questões:

– *Mas eu acho que existe alguma coisa em comum, independente de renda, de estado socioeconômico, civil, e tal... eu acho que é a vontade. Pode-se até dizer do ponto de vista jurídico: Ah... é um ato de vontade, a adoção. E eu acho que realmente isso faz a diferença. Porque eu acho que é um processo antigo. Então a família adequada para adotar, eu acho que é aquela que realmente quer ter um filho. Isso aí, todo mundo vai ter em comum mais ou menos, eu acho. E é*

uma coisa que não é fácil ter. O que se precisa para ter uma vontade, para ser sujeito: querer e se responsabilizar e ser ativo nesse processo.

Esta fala nos leva a pensar que o "querer e se responsabilizar e ser ativo" no processo pode se manifestar em ações da família adotante que demonstrem a força do seu "desejo" e motivação. Em outras palavras, o empenho e engajamento no processo de preparação e estudo psicossocial com o objetivo de concretização do pleiteado e do sucesso da adoção, poderia ser um possível item ou critério a ser observado pelo técnico? A continuação da discussão, entretanto, não oferece uma conclusão para as perguntas suscitadas pela colocação acima e retoma a discussão sobre os motivos da adoção, como mostra o trecho a seguir:

- *Agora eu penso que o querer não implica necessariamente em se responsabilizar...*
  (Várias vozes falando juntas)
- *...porque que "querer ter um filho" é esse? O que significa querer ter um filho? O que significa esse filho?*
- *É mais que uma criança, é uma criança na situação de filho...*
- *Sim, mas é saber que quando você diz: é o desejo de ter um filho? Ou o querer ter um filho? É um pouco complexo...*
- *É recheado de mil e um...*
- *(Interrompendo)... Pois é... mas então por exemplo... separando o querer... Por exemplo: tem casais que querem a solução para um problema, querem companhia...*
- *... querem substituir um filho...*
- *... querem um irmão para o filho que tem...*
- *Então eu acho que tem essa diferença...*
- *Que é o papel parental, isso aí que você está se referindo...*
- *É, mas é um processo relativo, eu acho que essa questão da pessoa se colocar como... Sabe? Uma coisa de que ela vai realmente estar ativa nesse processo. Não vai dizer: "Ah, a criança deu trabalho e eu não quero mais". Na verdade ela queria o quê? Ela queria estar reagindo a um estímulo que fosse prazeroso para ela, que a criança lhe fizesse bem e então: "vou ser também um bom pai", " já vou estar dando isso para ela, então... como resposta ela tem que ser boa para mim". Quer dizer, é isso que ele está querendo. Ele está querendo que a criança...*
- *Ele está querendo receber...*
- *Ele está auxiliando o outro... em troca quer ser querido pela criança...*

O trecho é confuso, cheio de interrupções e frases incompletas, entretanto, pela reação intensa do grupo pode se constatar que a "motivação dos adotantes" seja um dos itens de grande importância na análise psicossocial. No trecho selecionado, os técnicos manifestam ainda uma preocupação com relação ao risco para o adotando, pois dependendo das razões ou motivos dos adotantes, a criança passa a ser vista como um objeto e não como um "verdadeiro filho" – tal condição poderia até mesmo evoluir para a desistência da adoção e devolução da criança. Poder-se-ia pensar que o "estar ativo" no processo signifique, por parte dos adotantes, construir a relação e o vínculo, antever ações e reações,

enfrentar as dificuldades, buscar soluções, não desistir e tentar por diversos meios conquistar o amor da criança e pela criança. Metaforicamente, o enfrentamento das dificuldades encontradas durante as etapas do processo de adoção no contexto judicial poderia ser um indicador desta vontade e disponibilidade real para o acolhimento e a adoção.

4.1.4. Critérios de Indicação Mútua (Família-Criança, Criança-Família):

Uma outra dimensão presente no estudo é a crença na existência de uma indicação mútua: família *versus* criança, como o diálogo a seguir mostra:

- *... às vezes a família está indicada para adoção mas não é para qualquer adoção também...*
- *... a gente tem que ver o perfil da criança, tem que ver a história da criança... para enquadrar... dentro de uma família que já tem uma história também, tem todo um perfil...*
- *É aquilo... existe uma criança certa para uma família certa. Não é qualquer criança que vai se adequar a qualquer família.*
- *... qualquer criança para qualquer família ... nem qualquer família para qualquer criança.*

Os técnicos parecem sugerir um critério de indicação/adequação mútuo entre a família e a criança onde os perfis de ambas devem se encaixar ou compatibilizar. Esta discussão parece mostrar que a indicação mútua é construída a partir do conhecimento pelo técnico da história de vida da família e da criança ou adolescente a ser adotado.

Esta dimensão da compatibilização dos perfis dos adotantes e adotandos parece encontrar respaldo na bibliografia da área. Pereira & Santos (1998, em Labate, 1998, p. 241) afirmam, a partir da revisão da literatura, que um dos princípios gerais que devem pautar a assistência psicológica nos processos de adoção é o de "realizar uma avaliação criteriosa das pessoas que se habilitam para adotarem, procurando garantir que os pais adotivos possam oferecer à criança condições favoráveis ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Simultaneamente, investigar as características psicológicas do adotando, já que tanto o perfil de personalidade da criança, como dos pais, influenciam o resultado do processo".

Em um outro momento da entrevista, esta dimensão da adequação dos perfis de ambos (família e criança) é retomada:

- *Tem famílias que querem repetir na adoção, a situação biológica... Então é uma forma de adoção. Outras querem adotar... Eu acho que estas (últimas) é que estão mais próximas, por exemplo: da adoção tardia, da adoção inter-racial... Porque elas querem adotar. Pode ser um recém nascido, pode ser um ...(não conclui) Às vezes, até independente do já ter filhos ou não ter. Até mesmo quem não tem, às vezes, tem essa coisa: 'Quero adotar'. 'Além de querer ter filhos, eu quero adotar'. Porque não é sinônimo. Agora tem outras que querem repetir a situação biológica, então é outro tipo de adequação.*
- *... que ele represente o filho biológico, quer dizer o ideal de filho. Então eles querem que seja mesmo um pouco parecido com eles...*

- *Isso, ele quer que reconheçam naquela criança o filho dele. O filho biológico perdido, idealizado. É outro tipo de adequação.*
- *Enquanto que outros reconhecem muito mais no outro: um ser, a condição dele de indivíduo, de potencialidade própria, então "eu quero acolhê-lo e torná-lo meu filho numa nova relação... mas ele é ele... não precisa corresponder a todos os ideais que eu tenho para se tornar meu filho. Ele é um ser, um indivíduo. Eu acho que realmente nesses casos, favorece muito mais o acolhimento para adoção tardia, para adoção inter-racial.*
- *Eu acredito até que isso é um critério.*

O trecho sugere que determinadas motivações podem se configurar como um importante critério de seleção para certas adoções, como no exemplo citado da motivação "para adotar", que poderia facilitar a colocação de crianças maiores (adoção tardia) ou diferentes fisicamente dos adotantes (adoção inter-racial).

Além disso, embora a bibliografia da área manifeste uma posição crítica em relação às adoções "clássicas" pela exigência de que a criança deva "atender as necessidades dos adotantes", o trecho parece revelar uma postura não dogmática, aberta e flexível dos técnicos quanto à motivação dos adotantes de "querer repetir a situação biológica", recusando um juízo de valor com relação a sua natureza, como pode ser observado pela constatação de sua adequação para o acolhimento de determinados perfis de crianças, porém não para outros. Na verdade, a maior procura por bebês (principalmente recém nascidos), semelhantes fisicamente aos adotantes, parece ser uma das faces destas adoções que parecem desejar "imitar a natureza".

A continuação da discussão mostra que, ainda que os técnicos demonstrem uma postura flexível em relação aos adotantes cuja motivação para adoção esteja relacionada a busca do filho biológico "perdido" ou "idealizado", há um ceticismo em relação a concretização deste desejo através da adoção.

- *... quando a pessoa está buscando essa realização biológica no adotivo fica bem mais complicado... Como é que é na adoção tardia? A criança já tem voz própria, já questiona e tudo mais... Como é que ele vai "moldar"? Porque eles querem pegar: " pequenininho porque eu vou ter que botar do <u>meu</u> jeito porque senão, não vai ficar do <u>meu</u> jeito" (ENFÁTICA EM TOM DE VOZ IRÔNICO). Como se fosse uma estátua que ele vai moldando ao longo do tempo...*
- *Às vezes eles pensam assim, que é daquela cor e tal, com aquele jeitinho, só que a criança muda...*
- *Pois então: não existe essa situação! Nem em filho biológico, nem em qualquer pessoa...*
- *Aí tem aquela coisa... Pode ser que a adoção dê certo: eles venham a aceitar o diferente, mesmo diferente passem a amar...*

A primeira colocação sugere que tal motivação dificilmente facilitaria a adoção, especialmente nos casos de crianças maiores, onde a criança já iniciou o processo de construção de sua identidade a partir de sua história de vida. Entretanto, a última colocação sugere que mesmo com uma motivação deste tipo, a adoção poderá dar certo, desde que a família adotante passe a aceitar o diferente e a amar a criança/adolescente tal como ele é.

Aceitá-lo enquanto um outro (diferente) e não enquanto um ser passível de “reforma” em função de sua origem “maligna” ou “ vergonhosa”, a partir de uma visão estigmatizante e estigmatizada comum na adoção, como aponta Hartman (1994, em Imber-Black, 1994).

Nas adoções tardias, a aceitação da criança e, principalmente, de sua história e estágio de desenvolvimento, é um processo que requer do(s) adotante(s) uma capacidade grande para maternar a criança que, muitas vezes, regride a estágios anteriores de desenvolvimento numa busca para refazer sua história, como alerta Vargas (1998). A autora mostra a tendência de muitos pais adotivos de crianças acolhidas tardiamente para estabelecer com tais crianças uma relação mais pedagógica do que maternal, o que normalmente traz conseqüências desastrosas. Robert (1989, citado em Vargas, 1998) assinala que a criança fantasiada pelos pais deve ser “maleável” o bastante para permitir uma sobreposição com a criança real, deve haver uma flexibilidade nas características imaginadas de forma a permitir que a criança real possa gradativamente desenvolver qualidades no sentido de se aproximar da criança imaginária dos pais adotivos.

4.1.5. O Momento Vivido pela Família – Importante Critério de Indicação

- *É mais indicada no sentido..., de estar no momento de adotar,...*
- ***...***
- *Essa coisa da indicação também, às vezes é um momento... da família... Não é indicado <u>naquele momento</u> (enfática), a própria família pode perceber isso. Que aquele não é o momento, mas depois, pode ser revisto. Então não é uma coisa fechada... “Se a família não é indicada, então não é mesmo...”. Depois, numa outra fase... isso reflete... tem que ser considerado, a fase daquela família, o ciclo de vida... O contexto, se tem alguma crise aqui... A fase... O momento.*
- *É e pode passar isso para eles... Como? Como passar isso? Para não passar como uma questão de incompetência deles.*
- *Isso, exato... como uma orientação, até um aconselhamento. Não assim: - Não são indicados! Não como se fosse um teste... não passaram na avaliação.*

Um importante critério de indicação da família para adoção parece ser o momento atual vivido por ela, como mostram os trechos sublinhados. Entretanto, esse critério é também relativizado, pois um momento inadequado, uma "crise" pode não significar necessariamente uma exclusão, mas uma possibilidade de um trabalho técnico: reflexão conjunta, orientação ou encaminhamentos, com vistas a uma posterior reavaliação e indicação futura como mostram as frases: “... aquele não é o momento, mas depois, pode ser revisto”; “uma orientação... um aconselhamento...”. É comum, especialmente durante o processo de inscrição, sugerir-se o indeferimento da inscrição do(s) candidato(s) por um prazo determinado, após o qual o candidato poderá solicitar a inscrição novamente. Este prazo, muitas vezes, é necessário, a fim de que algum tipo de encaminhamento possa ser posto em prática, como p.ex.: psicoterapia (individual, conjugal ou familiar). Nos processos de adoção propriamente ditos, onde a criança já foi ou está inserida na família, muitas vezes, também faz-se necessário sugerir uma reavaliação após algum tempo, a fim de que os encaminhamentos sugeridos possam ser cumpridos e a situação ou contexto torne-se mais favorável ao sucesso da adoção. Caso a sugestão técnica seja acatada pelo Juiz, durante este período que antecede a reavaliação do caso (período este normalmente também

sugerido pelo técnico), se a permanência na família não envolver risco para a criança ou adolescente, o(s) adotante(s) permanece(m) com a guarda provisória do adotando e o processo pode ficar arquivado ou suspenso temporariamente sem que a medida pleiteada seja julgada e a sentença proferida.

Essa dimensão do momento como importante para a indicação ou não da família, está presente em diversos outros trechos da entrevista de grupo focal e levantam questões pertinentes a situações reais do acolhimento de uma criança em adoção, como mostram os trechos a seguir, retirados de três pontos distintos da entrevista:

- *...às vezes, também a gente encontra surpresas. Famílias que às vezes a gente acha que não seriam indicadas... pelo menos eu já tive um caso... em que eu não sentia instinto... assim... maternal... sabe aquela coisa da maternidade? E me surpreendeu depois que ela pegou a criança. Então, existem algumas surpresas também...*
- *....*
- *É difícil a gente ver antes... porque depois na hora do acolhimento, volta e meia aparece alguma coisa...*
- *Então, aí que aparece... porque na hora do acolhimento, às vezes acontecem problemas que revelam...*
- *...*
- *Você acha que existe? Que a resposta seria assim? Que existem mais indicados?*
- *Mais indicados... eu concordo mais com essa história do momento. Indicado assim, conforme o momento. Naquele momento existe. Isso independe da gente. O fato mostra, a experiência mostra. Porque no acolhimento, você vê... que na hora do acolhimento, elas não conseguem entrar.*
- *Apesar de ter passado por toda uma preparação.*
- *Naquele momento ela não é a mais indicada.*

Os trechos parecem mostrar ainda que muitos técnicos vêem o acolhimento como um momento crucial que revela mais sobre a família adotante, que poderá até mesmo surpreender o técnico. É possível pensar que a situação do acolhimento pode tornar mais concreta e real a adoção e para algumas famílias isso pode trazer à tona, sentimentos, competências e/ou dificuldades não expostos/mostrados anteriormente que podem facilitar ou dificultar a adoção, ainda que tenha sido oferecida uma ação de preparação para a família. O momento do acolhimento pode revelar/expor a capacidade ou não da família para aceitar o diferente, aquele que não foi por ela gerado. Esse ponto importante do momento da família e do acolhimento é retomado posteriormente na entrevista, desta vez, trazendo algo novo, que sugere mais uma dimensão, a de que o funcionamento da família é algo dinâmico e o estudo psicossocial parece fornecer um “retrato”, uma “fotografia do momento da família”, desta forma, a indicação da família para adotar pode “oscilar”.

- *A indicação é uma coisa dinâmica...*
- *...*
- *Agora existem famílias... que você verifica que é indicada para um acolhimento naquele momento. Mas aí, o acolhimento vai acontecer um ano depois, um ano*

e meio depois... ou até seis meses depois... E às vezes você observa que naquele momento já não haveria aquela indicação se fosse feito novo estudo...

- *Coisas que aconteceram...*
- *... por conta do acolhimento você já percebe que se realmente fosse avaliado naquele momento talvez não fosse indicado... por conta da dinâmica da família.*
- *Acho que é porque a gente tem um retrato mesmo, uma fotografia daquele momento... a gente tem que estar sempre lembrando disso.*

O grupo parece constatar que o estudo psicossocial fornece apenas um retrato do momento daquela família, cujo funcionamento se modifica ao longo do tempo a partir de suas vivências e experiências. Embora essa indicação da família possa oscilar em função de seu funcionamento dinâmico e uma família indicada possa passar a ser não indicada para adoção, é essa crença na capacidade de mudança que permite também um investimento do profissional neste contexto para o oferecimento de uma ação de preparação. Segue-se a essas colocações, uma discussão sobre os procedimentos do Setor, na qual são sugeridas por alguns membros da equipe, mudanças na forma de trabalhar, tendo em vista, o lapso de tempo entre a avaliação psicossocial dos adotantes e a adoção propriamente dita (acolhimento) nos casos de inscrição e que, em alguns casos, pode representar um problema na hora do acolhimento/adoção. Em seguida, uma nova colocação problematiza e questiona a relevância do momento atual da família na sua indicação ou não para a adoção, retomando as dimensões: jurídica (da irrevogabilidade da medida) e da proteção para a criança/adolescente, mostrando o quanto é complexa a tarefa do técnico:

- *...agora essa questão do momento traz uma coisa muito complexa, porque eu acho que a gente pensa: indicação para quê? Para garantir o bem estar da criança... E a gente sempre coloca: adoção é para a vida inteira. Então, é o momento, mas é uma coisa que a gente tem visto, é uma coisa que vai ser... o máximo de permanência possível para a criança não voltar para o abandono. Então, na verdade é uma coisa "agora" mas é um "agora" que a gente espera que se mantenha...*
- *É uma projeção...*
- *É uma questão bem complexa.*
- *É não na realidade: segurança... Ninguém tem. Como (T8) disse... então ninguém estaria preparado para ser pai e mãe.*
- *Exatamente.*
- *É, mas acho que são o quê? Condições mínimas... De que aquela pessoa tenha capacidade de se desenvolver... se desenvolver enquanto pessoa... enquanto pai, enquanto mãe. Capacidade de conseguir ver o outro, de acompanhar o desenvolvimento do outro.*
- *De formar vínculo... Eu acho que a questão do vínculo dá um parâmetro bom.*

A colocação retoma a dimensão da proteção para a criança ou adolescente. A seleção e indicação ou não de uma família para adoção visa proteger, garantir o bem estar do adotando. O funcionamento da família é algo dinâmico, mas a adoção é uma medida de caráter irrevogável e definitivo. Se o estudo psicossocial fornece apenas um retrato atual da família, como se poderia garantir que a dinâmica da família não modifique sua indicação ou

não para a adoção? Daí a complexidade do trabalho do profissional neste contexto, pois a partir do estudo psicossocial que fornece um retrato do momento atual da família, o técnico sente-se obrigado a fazer um prognóstico futuro de funcionamento individual e familiar. Assim, enfatiza-se também a importância de um funcionamento contínuo relativamente estável e que possa favorecer um bom desenvolvimento para a criança. A discussão do grupo parece revelar um possível critério de indicação de família para adoção: que esta possua um funcionamento relativamente estável, contínuo e favorável ao desenvolvimento da criança. Por outro lado, reconhecido o caráter dinâmico e mutável dos sistemas familiares, há uma constatação de que o trabalho técnico neste contexto envolve riscos e incertezas e que o saber do especialista não é absoluto. Uma alternativa para este impasse seria oferecer um espaço, um contexto de acompanhamento pós-adoção para as famílias adotantes, evidenciando uma perspectiva de trabalho pós-moderna e "prudente" como define Santos (1987)[50].

Outros critérios que aparecem no discurso e que podem ser apontados como importantes na indicação de uma família para adoção são: a capacidade de desenvolver papéis parentais, de reconhecer e atender as necessidades de um outro e de formar vínculos seguros e estáveis. A dimensão do vínculo, sua importância e relevância na análise do técnico, novamente mostra-se evidente.

4.1.6. Aceitação da Diferença na Filiação Adotiva - Possível Critério de Seleção?

A colocação seguinte refuta a idéia de uma família ideal e propõe como um critério fundamental para seleção dos candidatos à adoção, a preparação dos mesmos para assumir como filho(a), uma criança/adolescente que não foi por eles gerado biologicamente:

- *... não existe a priori nenhuma família adequada ou inadequada... Vai depender de todo um contexto e uma coisa fundamental é a preparação da pessoa para assumir como seu filho, uma criança, um ser que não foi por ela gerado... é uma condição diferente de se assumir como pai, de assumir o outro como filho...*

Um dos mitos e medos freqüentes na adoção são as fantasias parentais em relação à hereditariedade. Segundo Soulé & Lebovici (1980, em Pereira & Santos, 1998), este temor é natural, podendo ser alimentado pela projeção de "pulsões más" dos próprios pais. A partir do momento em que a adoção se realiza, a identificação dos adotantes com a criança tende a diminuir esta fantasia. Contudo, se a identificação não ocorre, tais fantasmas podem persistir. Embora não exista razão para acreditar que crianças adotivas tenham mais probabilidade de serem portadoras de "taras" do que filhos biológicos, Blum (1983, em Pereira & Santos, 1998, p. 230) encontrou que "tanto os pais como filhos adotivos vivem sob constante ameaça de 'taras familiares' devido, ao desconhecimento da família de origem". Pereira & Santos (1998) afirmam que tais fantasias relativas ao temor da hereditariedade estão ligadas às expectativas parentais em relação à criança, de que esta corresponda aos seus ideais de ego – o "mito da criança maravilhosa" de Leclaire (1977, *Id. Ibid.*). Schettini (1998, p. 49) aponta para a "tendência generalizada de identificar os pais biológicos da criança adotada com a origem daquilo que houver de errado com ela... em

[50] Para Santos (1987) a prudência na aventura científica é a insegurança assumida e controlada. O autor afirma que "no limiar da ciência pós-moderna <u>devemos exercer a insegurança</u> em vez de a sofrer" (p. 57, grifo meu)

contrapartida, veladamente, os pais adotivos seriam identificados como o lado bom da história". Os aspectos indesejáveis seriam, quase sempre, uma resultante da hereditariedade.

Schettini (1998) escreveu também sobre a importância do processo de "gestação psicológica do filho adotivo". Segundo o autor, independente dos motivos diversos para adoção, a pessoa que deseja adotar "estabelece um processo de convívio com o sonho, com a idéia, com a imagem que se cria do filho procurado" (*Id. Ibid.*, p.43). Para ele, a idealização da criança é uma conseqüência natural deste processo, um direito e uma necessidade do adotante. O importante, para o autor, é saber lidar com esse recurso para que não se torne uma frustração para o adotante ou uma agressão à criança ao desrespeitar sua individualidade. Segundo ele, "direta ou indiretamente, conscientemente ou não, a criança adotada busca sua igualdade ou similitude com as demais pessoas do grupo familiar, sendo obstada por aquelas que dificultam sua tarefa de integração quando a rotulam como uma pessoa 'diferente'. Diferentes somos todos no sentido de possuir uma individualidade. A acentuação da idéia de que o adotado é diferente só leva a discriminação" (Schettini, 1998, p.38, aspas do autor).

Por outro lado, a negação da diferença também poderia levar a outro extremo. Não falar nunca sobre a adoção, ainda que com intuito de proteção, mostra uma atitude preconceituosa e leva a segredos e mentiras danosos à comunicação, às relações e ao estabelecimento da confiança entre os membros da família. Ainda que a adoção não se configure um segredo, muitas vezes, as famílias adotantes têm dificuldade para lidar aberta e naturalmente com o assunto perante o(a) filho(a) adotivo (a), entretanto, as raízes e a história de qualquer pessoa são fundamentais para a construção de sua identidade. Weber (1999A, p. 25) aponta que os pais adotivos estão negando esta relação e sendo preconceituosos quando dizem aos filhos: "você é meu filho adotivo, mas não vamos falar sobre isso" ou "você é como se fosse meu filho verdadeiro", ou ainda "a palavra adoção não existe para mim". Para a autora, isso levaria ao filho uma mensagem ambivalente: "se é tão bom assim, porque não se fala sobre isso?". Pensando desta forma, é possível que o adotado associe sua origem a fatos vergonhosos e malignos como aponta Hartman (1994, em Imber-Black, 1994).

Poderíamos pensar que na adoção, a aceitação da diferença deve ser um fenômeno sistêmico, que transcende os vínculos parentais. Adotado(s), adotante(s) e família extensa procuram se identificar e se assemelhar, mas também devem ser capazes de aceitar as diferenças mutuamente. Especialmente nas adoções inter-raciais em que o desafio é ainda maior, já que as diferenças são mais visíveis. O trecho seguinte da entrevista mostra a pertinência dessa colocação:

– *Nesse aspecto é que eu coloco isso como um critério, né? De uma evolução interna do indivíduo ser capaz de conseguir ver o outro e não estar só preso a si. (Várias vozes falando juntas) ... e não ficar naquela postura ainda tão rudimentar de desenvolvimento, que ele não tem condições de ajudar o outro a se desenvolver porque ele não está conseguindo nem ele próprio... então todo mundo é um reflexo do desejo dele. Todo mundo tá ali a serviço do desejo dele. Então isso, até com os pais mesmo. Então se uma relação familiar, em que os genitores, os pais do casal, não tenham condição de enxergar ao outro é por que a estruturação já é capenga. As relações já são complicadas. Essa questão, eu coloco como critério... um certo grau de desenvolvimento mental do*

indivíduo para que consiga reconhecer o outro na sua alteridade. E passar a respeitá-lo."

- *Mas isso também pode ser mudado, como eu falei: eu lembro de um caso... que me surpreendeu. Eles são brancos, loiros, olhos azuis, se não me engano... o homem.. são (da região sudeste)... E faziam questão de uma criança recém nascida, apesar da idade, já bem idosos, na faixa de 50 anos e faziam questão de recém nascidos. Eles se inscreveram no sul, e o pessoal do sul não queria nem dar recém nascidos para eles, e... por final eles vieram a receber uma criança de (uma capital do Nordeste)... Fiquei até surpresa, e ela dizia assim: "Ah... mas ela saiu moreninha e tal". Aí eu me surpreendi: "de tal cidade?" "Sim, fulana (uma parente) arranjou por lá, não sei o quê.. Ela é moreninha sabe? Mas, parece com a família... Meu pai é não sei da onde, minha irmã lá em casa é tudo misturado, então... mas está super, sendo muito amada". Mas eu percebi que por trás disso... realmente a criança estava sendo amada. Eles refizeram, pelo menos deu para entender isso. É... Antes eles faziam questão de que a criança ficasse restritas apenas, a se parecer às características do casal, e agora estavam ampliando. Tá dando... a ver que a criança se parecesse com os avós, com os tios... A partir da relação com a criança. Quer dizer, houve a mudança... mudaram... Mas isso que a (T7) fala pelo menos é: eles vêm querendo desejar o filho biológico, imaginado, né? A figura deles. Agora encontrar uma pessoa, sabe? Que aceite um ser humano, assim... sem critérios, sem exigências, isso é muito raro... não só para adoção... nos casamentos... (GRANDE MOBILIZAÇÃO DO GRUPO)*
- *Não! Em todas as relações, não é? Eu acho que você tem expectativas e trabalha para que elas...*
- *(OUTRO TÉCNICO INTERROMPE): Não é que não vão haver as expectativas, mas você também reconhece que o outro também vai ter expectativas em relação a você. E que ele vai ter potenciais, a individualidade dele. Você não vai construí-lo. Essa coisa de que <u>você vai moldar o filho do jeito que você quer</u> (ENFÁTICA), é uma imagem totalmente distorcida...*

O trecho inicia ressaltando a importância do estudo da dinâmica familiar de origem dos adotantes que poderia fornecer indicadores de sua capacidade para aceitar o outro e o diferente. Uma dinâmica "capenga" poderia ser "repetida" na família atual, trazendo prejuízos à formação do vínculo e a aceitação da criança ou adolescente adotado, biologicamente diferente. O fator biológico poderia ser um "estressor" a mais com que a família e o casal parental precise lidar. Por outro lado, os técnicos parecem se identificar com os adotantes no aspecto humano, reconhecendo a dificuldade de qualquer pessoa para aceitar um outro integralmente, sem exigências (amar incondicionalmente).

Pode-se observar no caso relatado que os adotantes, anteriormente rígidos no tocante à criança sonhada, a partir da relação com a criança real, iniciaram um processo de identificação mais amplo com a mesma, relacionando suas características físicas com as da família extensa. E ainda, o envolvimento da família ampliada no projeto da adoção, a aceitação da criança pela mesma, também parecem fatores relevantes para uma perspectiva de construção do vínculo e sucesso da adoção.

O estudo psicossocial seria capaz de ver através desta idealização do filho adotivo, a capacidade dos adotantes para aceitar o diferente, antes do acolhimento propriamente dito?

Ainda que se busque uma criança tal qual imaginada pela família, essa criança não poderia ao longo do desenvolvimento apresentar características diferentes das sonhadas? A partir da relação com a criança, a família não pode refazer sua idealização, sobrepondo a criança real à criança imaginada? O terreno em que se pisa não é tão sólido; as certezas, em termos absolutos, não existem. O técnico reconhece e transita entre os riscos e as incertezas.

4.1.7. O Vínculo entre a Família Adotante e o Adotando – Dimensão Importante no Estudo e Parecer Psicossociais

Como as colocações do grupo de técnicos à primeira pergunta do grupo focal centraram-se nos casos de inscrição e nos casos de adoção por inscritos, antes de formular a segunda pergunta da entrevista de grupo focal, a seguinte sugestão foi inserida de forma a ampliar e englobar os outros casos estudados pelo Setor:

> *PESQUISADORA: "Eu queria... que vocês também pensassem nos casos ... de adoção pronta... Porque... a discussão toda está centrada nos casos de adoção pelo juizado, por inscrição... Então assim... vocês podem ampliar a discussão também para os outros casos..."*

Esta liberdade só foi possível em função do delineamento epistemológico e metodológico da pesquisa, que permitia inclusive a participação do pesquisador enquanto sujeito do grupo focal. Segundo Rey (1999), o processo de produção do conhecimento tem um caráter interativo que implica no reconhecimento do papel da comunicação, seus processos, imprevistos e momentos informais - **momentos produtores de informação relevantes para a produção teórica**. Tal reconhecimento outorga um valor especial aos diálogos, ao contexto e às relações entre todos os sujeitos que intervém na investigação, como **momentos essenciais para a qualidade do conhecimento produzido**. E ainda, como Frey & Fontana (1994, in Denzin & Lincoln, 1994) apontam, na entrevista de grupo focal, o entrevistador deve dirigir a interação e questionar o grupo, contrabalançando o papel diretivo e de moderador.

Em resposta à sugestão efetuada, seguiu-se a seguinte fala:

– *Os outros a gente quer esquecer.... Os outros estão lá... (RINDO)*

As adoções "prontas" ou "por fora", que representaram em 1998 e 1999, cerca de 80% dos casos, são um ponto de conflito permanente no contexto jurídico, especialmente quando se trata de recém-nascidos. Do ponto de vista psicossocial, não houve uma avaliação da motivação e dinâmica familiar nem preparação prévia dos adotantes, na maioria não inscritos. Além disso, tais adoções, especialmente nos casos de recém-nascidos, acabam provocando uma espécie de "corrida" ou "caça" às gestantes ou bebês. O assédio às gestantes e genitoras pelos adotantes (ou vice-versa), muitas vezes, envolve situações extremamente anti-éticas. Do ponto de vista ético, ainda, a prevalência de tais adoções desrespeita a existência e a ordem das pessoas inscritas para adoção nas Varas de Infância e da Juventude, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. O *Intuito personae* é o nome dado ao ato em que a mãe biológica determina para quem deseja entregar seu filho (Ferreira & Carvalho, 2000), muitas vezes, ela condiciona a entrega em adoção a uma pessoa específica, procurando a Vara da Infância e da Juventude

acompanhada deste pretendente. É um tema polêmico no meio jurídico, segundo Ferreira & Carvalho (2000), há juízes que têm como diretriz jamais aceitar uma adoção pronta e só considerar os candidatos previamente avaliados e incluídos no cadastro de pretendentes. Segundo as autoras, tais juízes fundamentam seu posicionamento por considerarem difícil avaliar se: (a) a escolha da mãe é voluntária ou induzida; (b) a adoção é a melhor solução para aquela criança; e (c) as pessoas que a pleiteiam são indicadas. Outros juízes consideram que a mãe tem direito de escolher a quem entregar o filho e entendem como importante a preservação dos vínculos entre a criança e os pretendentes à adoção. Uma solução proposta pelas autoras, nos casos em que os pais biológicos tenham relacionamento com os pretendentes à adoção é a guarda[51] ou apadrinhamento[52].

Desde o início de 2001, o Juiz Titular da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, tem buscado se posicionar pela não concessão do pedido de adoção e pelo não deferimento da guarda provisória, nos casos que envolvem crianças recém-nascidas e candidatos não inscritos para adoção, a fim de coibir este tipo de acolhimento com vistas à adoção. Os interessados em adotar são orientados a proceder a inscrição e aguardar uma criança a ser entregue pela Vara. Caso a genitora esteja decidida a entregar a criança em adoção, só poderá fazê-lo em audiência com Juiz e para candidato(s) previamente inscrito(s) para adoção. Os dados preliminares deste posicionamento do Juiz indicam que o número de pedidos de guarda de crianças recém-nascidas está aumentando proporcionalmente a queda nos pedidos de adoção.

Por outro lado, muitas vezes, nestas adoções prontas, a criança já se encontra inserida no meio familiar há bastante tempo, às vezes, vários anos, tendo formado laços significativos com seus integrantes, que justificam o pleito. Estes casos devem e têm um tratamento diferenciado. Entretanto, mesmo nestes casos, observa-se, muitas vezes, situações inadequadas, dificuldades, maior número de contestações e reavaliações, que poderiam ser evitados ou minimizados, caso o(s) adotante(s) tivessem sido preparados e o acolhimento mediado pela Justiça.

Retomando a análise da entrevista, após um período de agitação do grupo com risos e vários técnicos falando junto, seguiu-se um interessante diálogo entre dois técnicos:

- *T1: ... eu acho que até pelo fato de existirem essas adoções prontas, já serve de um critério, de parâmetro para a gente avaliar, porque nós já estamos vendo essa coisa a posteriori.*
- *T2(RINDO): É tipo um caso... esse é bem subjetivo, bem mesmo! A dona... aquela...*
- *T1 (RINDO): Ela ficou encantada... (AS DUAS FICAM RINDO JUNTAS)*

[51] Na guarda, os genitores não são destituídos do pátrio poder. Os guardiões tem a posse da criança ou adolescente e se obrigam a prestar assistência material, afetiva, moral e educacional. A guarda confere ao(s) seu(s) detentor(es) o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. É válida até os 21 anos de idade e é uma medida revogável a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado. Está disposta nos artigos 33 a 35 do ECA.

[52] O apadrinhamento, segundo Ferreira & Carvalho (2000) pode ser de três tipos: afetivo, financeiro ou pleno. As autoras referem-se as diversas modalidades de acompanhamento oferecidos pelos padrinhos a crianças ou adolescentes abrigados em instituições ou com suas famílias. O apadrinhamento pleno é visto como uma alternativa de apoio integral, visando à manutenção dos laços familiares de modo a evitar a institucionalização da criança filha de pais, cuja situação econômica é precária. Podem ser: ajuda alimentícia, escolar e orientação; acompanhamento médico e hospitalar e fornecimento de dietas especiais e medicamentos destinados a crianças/adolescentes doentes ou com necessidades especiais.

- *T2 CONTINUA (RINDO): "Que eu vou visitá-la em (UMA SATÉLITE DO DF). A princípio para mim, ela seria um caso excluído, não tinha nada a ver... de adoção. Porque assim ela... a idade, dificuldade para entender, a mãe uniu um processo, a genitora mora ao lado. Para mim, seria todos os critérios de família não indicada. Mas, por outro lado, acho que ela tem assim um vínculo muito afetivo (ENFÁTICA) com a adotanda. E... quer dizer, a menina tem um problema de deficiência, que a gente não saberia em que situação... se colocaria em outra família substituta? O lado da criança? Que facilidade digamos, a gente teria para colocar? Eu ainda nem fui à visita, quer dizer, para mim ...*
- *T1: A idade...*
- *T2: A idade que a menina já tem, parece que é... 14 anos. Então, tem um monte de coisas...*
- *T1: E sempre com ela*
- *T2: E sempre com ela! Quer dizer no meu subjetivo eu já excluí, logo que ela veio fazer pergunta no grupo...Mas depois... depois que você começa a pensar na criança, no caso, quer dizer, da forma dela, com a situação dela, estão muito bem. Até onde eu pude ver, na semana que vem a gente vai ter mais contato.*
- *T1: É claro que tem algumas coisas de inadequação... que a gente percebe, mas o vínculo supera, supera essas inadequações. Acho que seria a questão de uma instrução, de você instruir melhor essa pessoa para que ela soubesse lidar de uma forma mais adequada com todo esse processo. Mas é como você disse: o processo de adoção dessa senhora já foi feito. Já foi feito, dos dois lados. Porque a menina também, nossa senhora! Ela já queria... só o papel. (RISOS)*
- *T2: É, exatamente... Porque para ela aquilo já era uma família, 'tava adotado' e o que a gente estava falando lá, era só para receber a certidão. Até a menina falou: "E o papel quando é que vai sair?"*
- *Cada caso é um caso. (UM TERCEIRO TÉCNICO CONCLUI)*

O caso pode ser considerado anedótico em função da forma como a família se apresentou aos técnicos provocando espanto e, até mesmo, risos. A análise do diálogo entre os dois técnicos, contudo, traz uma riqueza grande de aspectos e dimensões importantes sobre o tema estudado.

A forma como os envolvidos, como a família se mostrou aos técnicos inicialmente, provocaram uma primeira reação na técnica responsável pelo caso. A análise preliminar/inicial do técnico foi de que tal família deveria ser "excluída", em função de características próprias e de outras peculiaridades do caso, que provocaram, inclusive, uma intensa reação emocional negativa no técnico. Entretanto, a própria técnica avaliou como "muito subjetiva", ou se poderia dizer, muito "pessoal" sua primeira reação. Na continuação da avaliação do caso, o técnico continuou observando a existência de diversos inconvenientes e inadequações no modo como os envolvidos interagiam e tratavam da questão da adoção, porém, por outro lado, verificou que o vínculo entre a adotante (requerente) e a adotanda era "muito afetivo", apontando uma outra dimensão importante presente na análise dos casos: a de que o vínculo entre o(s) adotante(s) e adotando(s) é um aspecto extremamente relevante para a definição dos pareceres psicossociais, especialmente nestas adoções "prontas" ou "por fora", nas quais o acolhimento já se deu e encontra-se adiantado o processo de vinculação entre os envolvidos. A colocação seguinte de que o

vínculo existente superava as "inadequações" observadas, aponta para o posicionamento hierárquico superior da dimensão do vínculo e do afeto na análise dos casos de adoção, dentre as outras dimensões estudadas. Além disso, as inadequações observadas na família adotante foram consideradas passíveis de transformação, a partir de uma ação psicopedagógica a ser implementada pelo técnico. Neste sentido, o contexto jurídico com sua conotação de lei e obrigatoriedade, torna-se também um importante catalisador para a mudança. Muitas das famílias que buscam a Justiça em nosso país, nunca tiveram a oportunidade de um atendimento nestes níveis: psicológico e pedagógico.

A bibliografia também fornece elementos para ressaltar a importância da dimensão do vínculo para o desenvolvimento do ser humano. Bowlby (1982, p.120) aponta para "a propensão dos seres humanos a estabelecerem fortes vínculos afetivos com alguns outros, e de explicar as múltiplas formas de consternação emocional e perturbação da personalidade, incluindo ansiedade, raiva, depressão e desligamento emocional, a que a separação e perda involuntárias dão origem". O autor questiona o modelo tradicional sobre a natureza e origem dos vínculos afetivos estarem relacionados à satisfação de impulsos primários: alimentação e sexo - "teoria da dependência", segundo ele, compartilhada por psicanalistas e teóricos da aprendizagem até meados da década de 50 e propõe a "teoria da ligação" como um modo de conceituar a manutenção da proximidade ou vínculo afetivo. Segundo ele, o "comportamento de ligação é concebido como qualquer forma de comportamento que resulta em que uma pessoa alcance ou mantenha proximidade com algum outro indivíduo diferenciado e preferido, o qual é usualmente considerado mais forte e(ou) mais sábio" (*Id. Ibid.*, p. 122). Para o autor, este comportamento é especialmente evidente durante os primeiros anos da infância e diminui de freqüência e intensidade com a idade. Bowlby (*Id. Ibid.*) mostra ainda como o "comportamento de ligação" é relacionado a outros dois padrões de comportamento: a exploração e o cuidar. Se a "figura de ligação" está presente ou seu paradeiro é conhecido e está disposta a participar num intercâmbio amistoso, o indivíduo cuidado (em geral, a criança) deixa de apresentar o comportamento de ligação e prefere explorar o seu meio ambiente. A figura de ligação fornece "uma base segura a partir da qual a criança fará suas explorações e à qual regressará, sobretudo quando se cansar ou assustar. É assim também no restante de sua vida, a pessoa manifestará o mesmo padrão de comportamento, afastando-se cada vez mais e por períodos cada vez maiores daqueles a quem ama, ainda que mantendo sempre o contato e regressando, mais cedo ou mais tarde" (*Id. Ibid.*, p. 123). O comportamento exploratório é de grande importância e tem valor de sobrevivência, pois é a partir da exploração do ambiente que uma pessoa ou animal forma um quadro coerente das características ambientais. O comportamento exploratório é antitético ao de ligação e, em indivíduos saudáveis, os dois padrões normalmente se alternam. O comportamento de cuidar é complementar ao comportamento de ligação. Segundo o autor, a função de quem cuida "consiste em, primeiro lugar, estar disponível e pronto a atender quando solicitado, e, segundo, intervir judiciosamente no caso de a criança ou a pessoa mais idosa de quem se cuida estar prestes a meter-se em apuros" (*Id. Ibid.*, p. 125). Embora as pesquisas do autor enfoquem mais a relação entre a mãe e a criança, depreende-se que a disponibilidade da "figura de ligação" para oferecer os cuidados é fundamental na formação da personalidade e da capacidade do indivíduo em formação para estabelecer novos vínculos afetivos ao longo da vida. Além disso, uma vez estabelecido o vínculo, sua interrupção ou rompimento trarão conseqüências desastrosas para o indivíduo. Bowlby (*Id. Ibid.*, p. 77) afirma que "interrupções prolongadas ou repetidas do vínculo entre a mãe e o filho pequeno, durante os primeiros cinco anos de vida da criança, são

especialmente freqüentes em pacientes diagnosticados mais tarde como personalidades psicopáticas ou sociopáticas". O autor alerta ainda que, embora as perdas ocorridas durante os primeiros cinco anos sejam muito perigosas para o futuro desenvolvimento da personalidade, também são potencialmente perigosas, as perdas ocorridas mais tarde na vida. Desta forma, o técnico que faz a análise dos casos de adoção "pronta" deve estar atento às conseqüências danosas da interrupção e rompimento do vínculo, especialmente, para o adotando.

Um outro item importante citado pelo técnico, embora menos enfatizado do que a questão do vínculo já formado, é de que tinha dúvidas quanto a possibilidade de colocação da adolescente em outra família substituta, tendo em vista, sua idade e deficiência física. Como as estatísticas mostram, a chance de ser adotado diminui a medida que a criança envelhece ou tem problemas de saúde ou é portadora de deficiência física.

O diálogo é finalizado com a colocação de um terceiro técnico de que "cada caso é um caso" resumindo a postura e filosofia de trabalho do Setor. O diálogo também aponta diversos aspectos e características que parecem ser considerados desfavoráveis para a adoção e que poderiam configurar alguns critérios de contra-indicação, tais como: a idade avançada do(s) adotante(s); dificuldades, incapacidade ou deficiências do(s) adotante(s) nos aspectos socioeconômico e cognitivo; grande proximidade entre família biológica e família adotante. Entretanto, como já foi apontado no item 3.2, tais critérios de contra-indicação são relativizados e os casos estudados particularmente.

A importância fundamental da análise do vínculo entre a família adotante e adotando(s), que se sobrepõe a possíveis inadequações e dificuldades observadas na família, fica evidente também na colocação seguinte:

- *... E com relação aos casos de adoção, eu percebo também que nós não somos muito radicais, nós não somos rígidas. É aquela coisa que eu falo: "Que a gente fecha um olho para poder aceitar a situação." Entendeu? Porque a gente leva em consideração a criança, o vínculo estabelecido. Porque se a gente for levar em consideração a estrutura familiar... a disponibilidade para atender aquela criança... em todas as suas necessidades, não teria condição de aceitar aquela adoção. Mas mesmo naquela situação, a gente percebe que há um vínculo... E que eles se têm como referência, um tem o outro como filho, a outra tem como pai... Então a gente aceita, porque não existe e a gente sabe, a gente trabalha com a idéia de que não existe família perfeita. Não é? Não existe um padrão de pai, um padrão de mãe, um padrão de filho.*

A fala de que o técnico, muitas vezes, "fecha um olho para aceitar a situação, levando em consideração a criança e o vínculo estabelecido, porque não existe família perfeita" aponta para a importância de uma postura do técnico que permita a aceitação das diferenças existentes entre a família real e suas concepções de adequação ou sua família idealizada, a partir do reconhecimento da competência das famílias, enquanto sistemas que se auto-organizam.

4.1.8. A Subjetividade (Ou A Intersubjetividade) no Processo de Estudo Psicossocial

A discussão do grupo com relação às ações da equipe que são oferecidas às famílias estudadas trazem à tona outras dimensões do processo de estudo psicossocial, relativas à subjetividade do processo. Como mostra o trecho a seguir:

- *... esse trabalho que a gente está desenvolvendo (REFERINDO-SE AO TRABALHO DE GRUPOS DE PREPARAÇÃO) é preventivo... no sentido de levar as pessoas a se questionar qual a verdadeira motivação para adoção...*
- *mas antes já se fazia, só que individualmente...*
- *... com menos espaço...*
- *... na medida em que você abre o grupo para trabalhos diferentes daqueles do atendimento individual, você vê que as pessoas se manifestam de outra forma...*
- *hum.. hum...*
- *... com o prolongamento dessas discussões... com a continuidade dessa reflexão é que possibilita mais esse refletir sobre essa motivação..*
- *... mas eu acho que a preparação... vem de um outro lado também, por exemplo, eles ouvem as próprias pessoas que querem adotar falando também. E isso era impossível. Então tem coisas que são mitos deles que se a gente falasse, parecia uma coisa muito objetiva. Agora quando eles mesmos ouvem outras pessoas colocando, ou respondendo questões que eles trazem, aí eles percebem o que a gente quer... que não é uma receita que a gente está aplicando não é nada disso.*
- *O que a gente percebe é que a situação de grupo tem motivado mais assim... a participação e trazer realmente o que está lá dentro, sabe? De se ver no outro, de refletir o que o outro coloca...*
- *E acho também que não são só eles. A gente também acaba crescendo muito com essas experiências. A gente prolonga também a nossa experiência, e com isso tem um conhecimento diferente...*
- *... nós somos levados também a repensar nossas posturas, nossos critérios, nossos conceitos, nossos preconceitos... E até reavaliar isso aí.*
- *...*
- *... abre espaço para a gente poder ampliar também essa questão do conhecimento da família e uma ampliação desses critérios que são subjetivos e que nós temos. Claro que nós temos alguns. Fora os específicos, cada técnica ainda tem a sua questão subjetiva. Esse intercâmbio eu acho que é o crescimento do técnico, do grupo... Porque as questões são suscitadas lá e o técnico também é levado a repensar isso. Por que é que então tem dois casais que estão no mesmo patamar e tem uma criança para ser adotada, qual o critério? De colocação em uma família e não em outra? Isso tem alguma coisa de subjetivo.*
- *...*
- *...essa questão da preparação também envolve a espera que é ... angustiante para todo mundo, para eles que estão inscritos. Eu penso que agora com essa nova forma de trabalho, com esses grupos, a gente até já tem um retorno disso. Porque eu não sei se vocês lembram, que alguém colocou que "não está sozinho nisso tudo". Porque antes... quando a gente fazia assim... só individual.. parece que as pessoas se sentiam assim distantes... quase que abandonadas pela gente.. Com essa nova forma de trabalho, foi colocado aqui*

no grupo, que elas não se sentem mais tão sós... que já se sentem com mais suporte, com apoio e que a espera...

- *com incentivo...*
- *... é pois é... que poderia ser melhor... esperar dessa forma...*
- *...*
- *... e eu acho que para... as famílias que se inscrevem e que adotam não através da gente, é muito bom mesmo o grupo. Tanto o grupo de apoio (REFERINDO-SE AO GRUPO DE APOIO À ADOÇÃO) fora daqui, quanto o grupo aqui. Porque aí eles vão ver pessoas que estão adotando. Porque a gente sempre fala como alguém que está mais de fora. Nenhum de nós adotou. Assim, até tem caso de adoção na família de um ou de outro, pode até ser. Mas eu pelo menos, eu não tenho nenhum caso de adoção na minha família. Nem de origem, nem atual, nem do (MARIDO). Então fica uma coisa mesmo de técnico que agora tem uma vivência pelo contato com as famílias que adotam, mas, eu mesma, não vivi isso. Então é diferente. Eles se verem em outras famílias. É fundamental para mim, né?*

O trecho mostra que há um reconhecimento do aspecto subjetivo da avaliação psicossocial e que algumas ações da equipe minimizam esta dimensão. No trecho apresentado, a ação citada oferecida pela equipe é a formação de grupos de preparação com várias famílias candidatas à adoção, numa perspectiva de trabalho de grupos multifamiliares. Uma das características de um trabalho desta natureza é a possibilidade de uma co-construção do conhecimento, onde o "expert" ou especialista não detém todo o saber, na medida que o grupo compartilha da construção do mesmo. A horizontalização das relações é fundamental para essa co-construção. Segundo Costa (1998A, p.254) o principal ganho desta forma de intervenção é quanto à aprendizagem de novas formas de comportamento pela pressão ou aprovação do grupo. Tais mudanças se dão por semelhança, quando as famílias presenciam seus conflitos em outras famílias e por identificação, quando pais aprendem com outros pais e mães aprendem com outras mães, as soluções já encontradas - "As famílias assumem um papel de co-terapeutas, na medida em que já alcançaram mudanças e, desse modo, funcionam como modelos, criando um foco permanente de excitação, já que sempre existem famílias em estágios diferentes." Segundo a autora, em um trabalho desta natureza é necessário: "Criar um espaço de atividades lúdicas, para um programa mais de vivência do que de aprendizagem. Criar um modelo relacional que propicie mudanças, envolvendo troca de experiências, quebrando o velho modelo de 'sala de aula', em que o técnico sabe e ensina, e a família que não sabe, aprende" (Costa, 1998A, p. 247). Este tipo de trabalho mostra uma perspectiva de atuação psicossocial mais sistêmica e construtivista que atende também necessidades da própria equipe.

Uma outra dimensão presente no trecho é a do sofrimento envolvido no processo de estudo e adoção, em muitos momentos também compartilhado pelo técnico. A espera para o acolhimento de uma criança que é "angustiante para todo mundo" (até para o técnico), a sensação de menos valia e isolamento que acompanha o processo de estudo psicossocial vivido pelas famílias como uma avaliação (prova ou exame) são empaticamente sentidas

pelo técnicos que se sentem compelidos a agir, oferecendo ações que possam dar mais suporte e apoio às famílias adotantes.

Em outro momento da entrevista, novamente é mostrado o sofrimento da família, envolvido no processo de adoção e estudo psicossocial, em grande medida compartilhado pelo técnico, e ainda é ressaltada a ausência de critérios e parâmetros objetivos, colocados por lei para a seleção e a avaliação das famílias. A discussão precedente ao trecho destacado é relativa a postura do técnico para com a família que não será indicada naquele momento para adoção:

- *... não é indicado naquele momento... mas depois pode ser revisto...*
- *é e poder passar isso para eles... para não passar como uma questão de incompetência...*
- *...*
- *porque eu acho que esses casais... que não podem ter filhos... já tem essa questão interna de uma certa incompetência. E se vem alguém, alguém legal e juridicamente instituído para fazer essa avaliação, que não é esse tipo de avaliação. Acho que isso cria... acirra esse sentimento de incompetência. Nesse aspecto acho que é muito importante, a forma como a gente vai dar esse retorno. Até durante o atendimento, como a gente trata estas questões... saber a hora... porque muitas vezes a gente percebe no dia a dia, que alguns temas são constrangedores para as famílias, para trabalhar... Então você tem que ter toda uma preparação para chegar até eles para poder abordar. Porque se não, se a gente ficar preso à resistência deles, o nosso trabalho vai ficar prejudicado... e nós não vamos ter elementos para saber realmente o funcionamento da família e a partir daí ver a questão da adoção... Nesse aspecto, a preparação do técnico é muito importante. Até para ter esses critérios... Se são mais subjetivos? São mais relacionados ao que eu penso? Aos meus valores? Aos meus preconceitos? Ou então, são socialmente estabelecidos? É renda, situação sócio econômica, família bem constituída, de nome e sobrenome? O critério de mais indicado passa necessariamente também pelo técnico. Nesse aspecto não se pode falar numa indicação da família... da melhor família para a criança, se você também não puder falar na possibilidade de avaliação dessa dinâmica por parte do técnico. Uma preparação do técnico com seus conteúdos emocionais, suas questões teóricas... para poder fazer essa avaliação.*
- *Até porque o estatuto (ECA) é super aberto... poucos parâmetros...*
- *Idade, 21 anos... diferença de 16 anos para o adotando e que tenha ambiente adequado... família adequada...é aberto! Dependendo do critério técnico...*
- *... com relação aí a isso que você fala... às vezes a gente se esbarra com alguns tipos de dificuldade... o cliente traz alguma situação que mexe com a gente e que fica difícil a gente conduzir o processo... Nesse momento eu sei que o que nos ajuda são os estudos de caso, os encontros em equipe..*
- *... até você estar em contato com você mesmo, para você saber que aquilo está mexendo com uma coisa sua. E não você se defender e jogar aquilo lá: "não, isso é problema da família" ou "não tem jeito, então não vou mexer com isso" ou então "não está qualificada"... Eu acho assim: que esse olhar para a gente, a*

questão do serviço do olhar técnico, você pode pedir ajuda para outro técnico, acho que a gente não tem que ter vergonha disso...

– *Isso*
– *É tem caso mesmo que a gente se surpreende... Você leva uma história... toda uma percepção do caso e as pessoas dizem coisas que você não tinha visto ou então não queria ver... São outros olhares mesmo... outros conteúdos ali...*

O trecho mostra que o processo por parte dos técnicos não é baseado unicamente na interpretação da lei, já que a colocação ressalta a inexistência de critérios ou parâmetros objetivos estabelecidos por lei para a indicação de famílias para adoção. Constata-se a impossibilidade de quantificar e objetivar dimensões importantes das famílias que possam ser demonstradas a partir de critérios objetivos definidos por lei que possam justificar, muitas vezes, esta ou aquela contra-indicação. O Estatuto da Criança e do Adolescente fornece princípios norteadores, mas não define ou estabelece criteriosamente o que entende por "ambiente familiar adequado".

Além disso, o sofrimento da família com relação à aceitação de suas deficiências ou dificuldades que podem impedir naquele momento o sucesso da adoção ("relativa incompetência") é compartilhado pelo técnico que, muitas vezes, se vê atrapalhado com as questões da família que, por sua vez, remetem às suas próprias questões internas e não somente técnicas. Entretanto, se por um lado reconhece-se o caráter subjetivo da avaliação psicossocial, por outro, reconhece-se também que esta avaliação não pode refletir somente a subjetividade do técnico e/ou as construções sociais a respeito do tema. O trabalho técnico necessita de objetividade no processo de explicar, mas objetividade esta, entendida entre parênteses, como propõe Maturana (1998), na qual as explicações científicas não fazem referência a realidades independentes do observador. Neste sentido, poder-se-ia pensar em melhor denominar esta dimensão da subjetividade no processo de estudo psicossocial, como sendo da *objetividade-entre-parênteses* como propõe Maturana (*Id. Ibid.*) ou da *intersubjetividade*, como denomina Soar Filho (1998). Esta dimensão, contudo, não se restringe apenas aos trechos selecionados, posto que permeou outras dimensões apontadas nesta pesquisa.

A discussão com relação a subjetividade envolvida no processo de estudo psicossocial também aponta para as alternativas encontradas pelos profissionais neste contexto para auxiliá-los na consecução de sua tarefa de seleção e avaliação das famílias. O trabalho em equipe, os atendimentos em duplas, as reuniões, os estudos e discussão conjunta dos casos são vistos como fundamentais. O olhar técnico do outro é enfatizado como fundamental para a análise das dificuldades encontradas na indicação ou não das famílias adotantes e, principalmente, na análise da relação que se estabelece entre o técnico e a família. Poder-se-ia pensar que há uma busca de um respaldo no grupo que tornaria mais transparente e menos subjetiva a avaliação em virtude dos vários olhares e diversos embates, diálogos e pontos de vista – ou seja, a partir do reconhecimento de outras visões e realidades (multiverso). Estas alternativas minimizariam o sofrimento e a sensação de onipotência de ser alguém "legal e juridicamente instituído" para fazer tais avaliações. Um outro aspecto fundamental diz respeito à preparação do técnico, que leva a pensar na importância de uma formação continuada, na possibilidade de estar sempre se renovando, estudando e atualizando. Neste sentido, os esforços da administração no sentido do oferecimento de cursos, supervisão, participação em Congressos, Seminários, cursos e programas de especialização e pós-graduação, são de extrema importância para uma melhor

formação e preparação do profissional no contexto jurídico. De forma que este contexto possa realmente se construir como um contexto de possibilidades, como propõe Sudbrack (1998).

A discussão precedente e a seguinte perpassam por questões teóricas e epistemológicas de produção do saber e parece revelar uma postura epistemológica construtivista e neo-paradigmática, onde se busca resgatar a competência das famílias e sujeitos e reconhecer a limitação do nosso saber enquanto profissionais e especialistas, a partir da multiplicidade e diversidade de olhares no tocante ao objeto de estudo.

- *Como seria a família adequada para adotar?*
- *... adequação tem tudo a ver com valores*
- *Adequação é um conceito subjetivo.*
- *O que na verdade é adequado ou inadequado... Para mim pode ter um valor, para outro pode ter outro... Acho que... isso está muito dentro do que a gente concebe como o mais positivo para a criança. Eu acho que não é muito a questão de adequado. Mais assim: qual a família que de repente teria mais fatores positivos para o bom acolhimento da criança? Para acolher como um verdadeiro filho? Para proporcionar todas as oportunidades mínimas que ele precisa para se desenvolver bem: saúde, educação...*
- *Eu estava falando assim, do conceito de adequado, considerando a subjetividade do conceito, de dizer que o adequado... pode, não é gerar um problema, mas pode ser... divergente até na própria equipe, porque o que é adequado para mim pode não ser, para os seus valores, pode ser totalmente diferente. Até por questões culturais, igual esta questão... social mesmo. Ah o adequado é isso, isso e isso. O que é adequado para uma família do Nordeste, com certeza não vai ser adequado para uma família do Sul... Mesmo na questão de adoção, porque são valores culturais muito diferentes...*
- *E que a gente repete.*
- *Exatamente*
- *Via de regra a gente está repetindo. Por isso que é importante a gente estar atento para isso... Essa questão que outro dia eu falei lá na sala. Será que de alguma forma a gente já não está induzindo o cliente a já escolher determinado tipo de criança? Sei lá que tipo de cabelo, quais características que... que são desejadas. Eu acho que de alguma forma a gente está induzindo o cliente a isso. Então, não, por que não sensibilizar? Ao contrário, que seria importante, já que existe a disposição é para ter um filho... Que possa aceitar as diferenças, que possa fazer as adoções inter-raciais, as adoções tardias. Acho que, neste sentido, ainda a gente tem que crescer muito para poder já passar isso para o outro. Porque acho que até para a gente ainda não está muito bem elaborado. Para a gente poder ter essa segurança de passar, para o outro, isso. A questão da tranqüilidade de que: havendo realmente essa disponibilidade afetiva para acolher a criança ou o adolescente... Claro que pode ser que enfrente dificuldades, mas essa disposição pode ser um grande momento para a família crescer e para a pessoa crescer. E, oportunizando, a criança também se desenvolver.*
- *Eu acho assim que mesmo quando a gente vai ver a ficha lá para pegar o casal, para indicar, para procurar. Eu acho que se for... vários... tirando... tem a*

questão da ordem de seguir o casal que está lá na fila, mas tem um critério subjetivo. Eu por exemplo, eu estava dizendo para a (T1): - 'Ai, (T1), não dói não, ver essa gente e saber que ele é o próximo da fila'. Entendeu? (RINDO). Então tem muitas coisas que a gente fica tentada a dar uns empurrõezinhos! São valores meus... A criança que já está institucionalizada, já foi abandonada, será que seria uma família indicada quem ganha dois salários mínimos, mora na ... (numa invasão) e não sei o quê? Pode não ser indicada!

- *Mas poderia ser até a mais indicada!*
- *Não é? É um critério a principio meu, valor meu, é uma coisa bem subjetiva.*
- *Você sabe... que agora eles estão fazendo estudos nesse sentido... Eu li alguns textos.. que passei para você. Que eles estão fazendo alguns estudos nesse sentido, de que... algum perfil de crianças que se adaptariam melhor a um perfil de renda sócio-familiar de acolhimento para adoções... bem sucedidas. E está se desmistificando essa questão... De que as adoções por pessoas de baixa renda são mais... são feitas com mais insucessos de que as outras.*
- *É eu já peguei alguns casos. Eu até te falei aquele... que a gente entrevistou junto, lembra? Eu acho que está super ótimo... Pelo menos agora no início. E é uma família de baixa renda, digamos assim.*
- *Eu observo o seguinte, que mesmo na indicação, quando se vai procurar um casal eu percebo que sempre não fica só uma pessoa... Não fica só com uma pessoa para procurar um casal. A gente quando encontra uma ficha diz: o que você acha? Consulta o técnico. Então não fica assim uma coisa tão fechada. Isso acontece conosco.*
- *Mas eu pensava que era meu...*
- *Mas não acontece só com você não, (T5). Acontece com cada um de nós. Antes eu observava mais isso. Era mais comum a gente dizer: não, esse casal não e essa coisa toda... Hoje eu percebo menos, mas isso não inviabilizava que esse casal viesse a receber... Sempre a gente entrava em contato, conversava com a técnica e essa coisa toda...*

O próprio diálogo dá uma amostra da forma como a equipe interage e busca entender o objeto de estudo. Questionamentos, dúvidas, ansiedades são expostos e os temas são refletidos e debatidos, mostrando novas visões e perspectivas de trabalho e de mundo. Percebe-se que os técnicos não são imunes aos preconceitos, mitos, anseios e receios sobre adoção. Imersos como todos os outros na sociedade, são culturalmente influenciados da mesma forma que as demais pessoas. Porém, embora reconheça-se o fato de que cada um possui uma visão própria de mundo, concebe uma determinada realidade, está inserido e construiu sua identidade em determinada classe social, reconhece-se também que a visão pessoal ainda que fundamentada em argumentos lógicos, não a faz melhor que as outras.

O diálogo ressalta também as estratégias utilizadas para dar conta desta "subjetividade", tais como: atendimento em duplas, discussão de casos com outro(s) técnico(s), busca de bibliografia. A equipe interprofissional que trabalha com adoção deve estar sempre disponível e aberta ao diálogo, discussão e supervisão. Deve estar sempre trocando idéias, atualizando-se, buscando novos autores e bibliografia, a fim de fornecer elementos e recursos ao profissional para não deixá-lo isolado. Tal isolamento pode ser precursor de cristalizações muito rápidas que levam a posturas rígidas e, certamente, incompatíveis com a função do psicólogo e assistente social neste contexto.

Um outro trecho da entrevista mostra, entretanto, que este processo de reflexão na equipe nem sempre é fácil:

- *as vezes, é difícil, a gente aceitar a forma do outro estar vendo aquela família. Porque ali tem uma família também... E ali junto comigo tem a minha também. E se a gente não se policiar, a gente entra até num conflito...*

As diferentes visões de mundo podem entrar em choque. O embate, muitas vezes, é inevitável e mostra a complexidade do objeto de estudo. Entretanto, é este mesmo embate, que possibilita uma maior riqueza no trabalho e representa uma força contrária às cristalizações decorrentes de pressupostos definitivos estabelecidos por uma unanimidade "burra", ainda que fundamentada em argumentos técnicos. O técnico alerta que é preciso "se policiar" para aceitar o ponto de vista do outro sem entrar em conflito. Contudo, o conflito é inevitável, mas a forma como se dá tal interação fará toda a diferença. É preciso ouvir e respeitar o outro a fim de que seja possível construir um saber compartilhado e não um saber que se engole sem digerir ou se veste como uma "camisa-de-força".

4.1.9. Importância da Vivência em Família dos Técnicos em sua Análise dos Casos

O grupo parece assumir uma postura ainda mais reflexiva e introspectiva, e se manifesta com menos agitação (os silêncios são mais longos e os tons de voz mais baixos) após ser lançada a terceira pergunta do grupo focal: "Qual a importância da vivência dos técnicos na família de origem e na família atual para sua análise dos casos?"

- *Eu acho que é essa questão que a T6 colocou. Quer dizer, é saber reconhecer o quê é seu naquela história e o que a família traz ...*
- *Porque o subjetivo sempre vai estar presente.*
- *É mas aí você tem que resolver em função das suas reações, dos seus padrões, com base no que você tem consciência de que você viveu... e consegue discriminar...*
- *... os vínculos estabelecidos na relação, em família, com irmão, com pai. Eu acho isso super-importante. A vivência que teve... ou que tem... com os irmãos... A sua vivência enquanto criança... até as suas experiências durante a faculdade... É super-importante! Hoje... Qual o meio em que você vive...seu círculo de amizades... E tem essa questão profissional... se você continua estudando... isso tudo é importante. Porque o estudo leva você a refletir sobre as suas relações, sobre a sua vida... Acho que tudo contribui. Mas a questão do vínculo eu acho que é super importante...*
- *... a compreensão mesmo de alguns fenômenos... De ciclos também da família... depende muito dessa compreensão que a gente tem dos nossos ciclos também. E das vivências que a gente teve. De ganhos, de perdas.*
- *Eu estou lembrando aqui, sabe o quê? Dos momentos em que a gente chora com o cliente. Sabe? As vezes... os momentos de felicidade, o momento em que a gente se sensibiliza quando ele está contando o relato. Que mexe também com a gente, né? Eu acho que isso também é importante. Pôxa, quando o casal chega para a gente, morto de feliz, porque está recebendo a sentença. Saiu a sentença do... A gente chora junto... Quando tá contando a perda, o sofrimento; a gente*

chora junto. Mesmo que não saiam as lágrimas, mas por dentro está ali, sabe? Então, quer dizer re-traz também as nossas vivências... a nossa sensibilidade... a sensibilidade ao outro.

- *Eu não sei se vocês vão conseguir entender o que eu quero passar. Mas eu acho assim: que essa questão da vivência familiar, ela pode influenciar no trabalho... com família! Positivamente ou negativamente, de acordo como eu resolvi isso... Por exemplo, se eu tive alguma relação conflituosa ou preconceituosa que eu não consegui resolver em mim, a partir da minha vivência familiar, isso pode reforçar o meu preconceito em relação ao trabalho com a família. Se for uma coisa que eu vivi, mas que foi resolvida e que eu consegui trabalhar, isso pode ajudar a eu entender melhor, a família. E saber que ela é capaz de mudar. Então eu acho que tem uma influência isso nesse subjetivo, mas que pode ser ou positivo, ou negativo. De acordo de como eu resolvi isso, na minha vivência.*
- *E a própria importância que se dá à família, eu acho. É uma experiência interessante...*

Os técnicos percebem que sua vivência em família pode influenciar na forma como eles vêem as famílias que se apresentam ao Serviço. É enfatizada a importância de discriminar e diferenciar as suas próprias vivências das vivências das famílias estudadas. Neste sentido, são fundamentais o estudo, a formação continuada e o questionamento da relação que se estabelece entre o técnico e a família adotante estudada. Contudo, são ressaltados os aspectos positivos na identificação do técnico com as famílias, que permite o fluir de uma sensibilidade empática que tanto pode auxiliar no trabalho, como permite ao técnico acreditar que apesar dos possíveis problemas e dificuldades, as famílias podem superá-los e prosseguir a partir dos vínculos estabelecidos.

O trecho seguinte também aponta para esta dimensão do reconhecimento da competência das famílias, apesar dos problemas e dificuldades, a partir da própria vivência em família:

- *Eu tenho vários problemas com a minha família e, apesar disso, é uma família... de repente é o modo de funcionar. Então, eu sei disso, por quê? Pela experiência que eu tive... Então, eu acho que é o tipo de coisa: teoricamente, você não consideraria adequada, mas se você começa a observar como são as famílias, não são todas ideais. E a gente sabe disso porque viveu isso e aí pode falar.*
- *Eu lembro assim, por exemplo, meu pai... era uma pessoa assim muito afetiva e ele acreditava muito no outro. Eu acho que eu tenho muito isso dele. Então eu vejo sempre assim: sempre a capacidade de que o outro pode fazer mudanças, que o outro tem coisas boas, então eu trago isso comigo.*

O trecho ressalta ainda que uma família não transfere aos seus membros somente "coisas ruins", além disso, o ser humano tem a capacidade de mudar a si mesmo e aos que o rodeiam, quando se encontra em um contexto seguro e favorável ao seu desenvolvimento. A própria vivência, experiência em família traz essa certeza.

4.1.10. As Mudanças Experimentadas pelo Técnico (Novas Perspectivas e Visões de Mundo) a partir do Trabalho com as Famílias Reais

- *Para mim, foi difícil lidar com a adoção por solteiros... Hoje, eu acho que é menos difícil. Mas quando eu comecei aqui, vai fazer uns 2 anos e meio... Eu tinha um certo a priori: que era mais apropriado a criança ficar numa família de pai e mãe... Hoje, isso já está bem revisto, mas provavelmente a partir da minha vivência, da minha família, uma família que tem pai e mãe. Da igreja. Eu também que estou na situação de casal. Então isso influi... Minha vivência pessoal... Não é só a questão cultural de que é mais adequado a criança ter pai e mãe. Hoje eu vejo assim. Por exemplo: tenho aquele caso... de adoção por solteiro, por homem... Que está caminhando tão bem, uma adoção tardia. É uma coisa surpreendente para mim e muito gratificante e ... acho que contribui para cair um pouco o preconceito também... de que: "Ah... o certo, o adequado, é pai e mãe e filho, é o melhor para a criança". Não necessariamente, muitas vezes, não. Vai depender da situação.*
- *A primeira coisa que pelo menos eu vi, quando eu cheguei aqui, foi relativizar o que é ser pai, o que é ser mãe e o que é ser filho. Então, realmente foi assim: a primeira coisa tem que rever tudo isso, né? Essa questão: não é por ser biológica, é a função... E também... cada vez que a pessoa chega, como é difícil de entender isso.*

O trecho indica que a partir do contato e das relações estabelecidas com as famílias que buscam a Instituição, os técnicos reformulam seus conceitos e passam a ampliar suas visões de mundo, tanto no aspecto científico quanto humano. Não se afirma a ausência de preconceitos, mas antes se busca refletir e repensar sobre os próprios conceitos diante das situações e contextos factuais que se colocam para a análise.

Ao apresentar a dificuldade da "pessoa que chega" para entender e relativizar sua visão de família e função parental, pode-se pensar ainda que um técnico menos experiente com questões relativas aos sistemas familiares, esteja mais propenso a sentir-se inseguro e preso às amarras de um pensamento científico mais linear. Entretanto, mesmo aqueles que intentam "pensar sistemicamente" podem se deixar envolver por uma perspectiva mais tradicional. Lax (1998, p. 87) alerta que "embora a terapia familiar reconheça o indivíduo em seu contexto, mais do que simplesmente como uma entidade intrapsíquica, a maior parte do pensamento atual ainda está carregado de uma perspectiva mais moderna do que pós-moderna. Esta visão moderna vê as estruturas familiares como inerentemente arranjadas conforme uma hierarquia, considera a família como existindo independentemente de um observador, vê o terapeuta em uma posição de especialista e sustenta o 'desenvolvimento familiar normativo' como a referência para o funcionamento e o crescimento familiar saudáveis". Para o autor citado, numa perspectiva pós-moderna, "a família não é mais o objeto do tratamento, vista independentemente de um observador ou como uma fonte de problemas, mas como uma entidade flexível composta de pessoas com sentidos em comum" como propõe Jorgenson (1991, citado em Lax, *Id.Ibid.*, p. 88). A compreeensão das famílias como sistemas homeostáticos cede espaço para uma perspectiva dos sistemas sociais como transformadores, e dos estados de desequilíbrio como produtivos e normais (Elkaim, 1982; Hoffman, 1981, citados por Lax, *Id.Ibid.*). As famílias são conceitualizadas como sistemas sociais compostos de sistemas geradores de sentido e organizadores de problemas (e não mais como sistemas nos quais os sintomas servem a

certas funções) nos quais os problemas existem e são mediados pela linguagem (Anderson & Goolishian, 1988, 1990; Epstein & Loos, 1989, todos citados por Lax, *Id.Ibid.*).

4.1.11. O Reconhecimento de Novas Organizações Familiares e sua Competência

O discurso dos técnicos mostra a constatação de que o conceito de família mudou. Ainda que persista uma representação social da família, enquanto aquela família tradicional de "pai, mãe e filho(s)", cada vez mais, diferentes organizações familiares ganham visibilidade e respeitabilidade social.

- *... o quê que é família hoje? No mundo hoje. O quê que é família?*
- *O conceito de família mudou.*
- *É, mudou o conceito de família hoje. Hoje não é mais aquela tradicional: pai... quer dizer, também existe ainda... mas não só assim. O que é que a gente poderia caracterizar como família hoje?*
- *Eu acho assim que a gente tem que estar sempre se atualizando, estudando e preparado para essas mudanças, principalmente, porque eu acho que está mudando muito... as relações, né? Relações entre homem e mulher, ou entre mulher-mulher, homem-homem. A gente tem que estar preparado porque daqui a pouco, enquanto técnico, talvez não a gente, mais quem vem depois... vai ter que viver com isso. Porque as famílias, as formas como as pessoas se relacionam vão ser bem diferentes da minha família, ou de quem? Daquela família bem tradicional: pai e mãe assim... casamento. E a gente vai ter que lidar.*
- *... (Breve discussão sobre diferenças regionais quanto a idade dos filhos saírem de casa suscitada a partir de um exemplo citado por uma técnica)*

Utiliza-se normalmente o termo "novas famílias" para designar as diferentes organizações familiares que, contudo, sempre existiram porém não possuíam reconhecimento social e legal. Até bem pouco tempo atrás, antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, como Barbosa (2000) aponta, em trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT, a lei discriminava os pretendentes à adoção, a partir de uma compreensão de que a família "ideal" era aquela fundada na união legal de casamento, do qual deveriam haver os filhos biológicos em primeiro plano. A adoção plena só deveria ocorrer se o casal não pudesse gerar os próprios filhos, e após ter adquirido estabilidade conjugal (5 anos de convivência) e maturidade emocional e psicológica (30 anos). A autora alerta que também a criança era discriminada pois não podia ter mais de 7 anos de idade, como se esta idade fosse limite para o estabelecimento de vínculos. Com o Estatuto, as diferentes organizações familiares passaram a ser detentoras de direitos antes não permitidos, assim, casais não casados (regime de concubinato) podem adotar em conjunto, casais separados também, desde que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e que a convivência com a criança tenha se iniciado na constância da sociedade conjugal, os cônjuges passaram a poder adotar os filhos de seus cônjuges (extensão de pátrio poder).

Na dimensão anterior, um técnico havia ressaltado sua dificuldade inicial para "aceitar adoções por solteiros". Costa (1998B) encontrou em sua revisão bibliográfica que,

na última década, houve uma redução na constituição familiar (diminuição do número de membros) e um aumento do número de famílias de um só cônjuge com filhos. Na maioria das vezes, estas famílias monoparentais são chefiadas por mulheres. Embora cerca de 80% dos candidatos inscritos para adoção no DF sejam casais, o restante da amostra é praticamente composto de mulheres.

Do ponto de vista psicossocial, o reconhecimento destas "novas" organizações familiares está intimamente relacionado ao reconhecimento da competência das famílias, ao respeito aos distintos padrões de funcionamento e organização familiares, como mostra o trecho a seguir:

- *Eu acho que nesse aspecto é que a gente deve também estar atento para respeitar a forma de estruturação da família. Então, a forma como aquela família ou aquela pessoa pretendente à adoção vai conseguir ser pai, ser mãe... os irmãos... Porque senão a gente preestabelece ainda um padrão de funcionamento: "Ah, não! Pai é aquele que dá um beijo na testa toda a noite...". E, às vezes, não é isso. Então, o contexto em que a pessoa foi criada, o contexto que ela vive, e o nosso também... A gente tem que saber fazer essa diferenciação para não achar que aquele é incompetente ou no momento não pode, mas que talvez ele tenha condições, sim. Só que ele vai reproduzir os parâmetros em que ele foi criado.*
- *De família (OUTRO TÉCNICO COMPLEMENTA)*
- *O que não quer dizer que a criança vai ficar desassistida. Daí o preconceito do técnico, as preconcepções dele a partir das experiências dele, não pode é... estar a frente na avaliação. Eu acho que a vivência você não se separa dela, porque ela que te constrói enquanto pessoa. Agora você saber realmente separar o que é seu e o que é do outro, e como você disse, até aprender com isso. Com as suas dificuldades, com as dificuldades do outro. Você se utilizar disso para promover um processo de melhora, de crescimento e não de alienação. Nesse aspecto, uma coisa que é muito importante e que eu sempre me preocupei é com o nosso papel enquanto técnico. Porque nós temos um poder, um poder de decisão. Nós sabemos que embora seja o juiz que dê, a gente sabe o peso que tem... Do parecer técnico da gente. Então, nesse caso, é muito preocupante, é uma responsabilidade terrível que a gente tem. Então você, a partir dos seus critérios, você não respeitando o outro: você julgar e impedir o outro, impedir uma criança ser colocada numa família que não se adeqüe aos seus preconceitos. Isso é uma questão que é muito preocupante e muito importante para a gente estar repensando o tempo todo.*

As falas indicam que há um reconhecimento das novas organizações familiares e de sua competência. O técnico deve estar atento a si mesmo, às suas reações e à relação que se estabelece com a família atendida, respeitando as formas diversas de funcionamento das famílias, reconhecendo que as mesmas tem a competência para se auto-regularem. Nesse sentido, o técnico deve buscar ser um facilitador para a mudança a fim auxiliar a família a romper, se necessário, com a cadeia de repetição de arranjos familiares e padrões de comunicação causadores de dificuldades e sofrimento.

O trecho mostra ainda o sofrimento do técnico (a responsabilidade "terrível" que sente com o "peso" do seu parecer) com relação a sua tarefa e ao seu parecer, que poderá

realmente trazer conseqüências para todos os envolvidos. Há uma consciência de que o técnico não se limita a descrever a realidade, pois participa dela e a constrói – visão cibernética de 2ª ordem. Sendo assim, a responsabilidade sentida é ainda maior.

– *Eu acho que é muito importante a vivência que a gente teve na família da gente. Até porque isso que constitui a gente, nosso subjetivo e tudo mais. Mas assim... é o tanto que a gente tem que estar atento. Quer dizer, não seria nem só o técnico que nos daria... não seria só formação profissional que nos daria os elementos para fazer essa análise. Mas também, a gente não pode deixar que seja só a nossa vivência familiar que comande o olhar. Então acho que é muito importante a gente estar na verdade cada vez mais revendo os nossos posicionamentos, estudando... Aliando uma coisa com a outra porque senão a gente acaba é.. privilegiando um determinado aspecto em detrimento de outros. Então eu acho que a gente não pode deixar de ver isso. Porque senão fosse, muitas vezes, a formação profissional, a vivência da gente profissional, a gente não teria revisto conceitos... e coisas que a gente trouxe da nossa família. Em contrapartida, muitas coisas que a gente vê lá na prática, do profissional, do teórico e toda aquela retórica profissional, que a gente vê que na prática e na vivência que não é por aí, não é no extremo, não no... Que a gente tem que ser flexível, que a gente tem readaptar. Então eu acho que a gente tem que estar sempre atento às duas coisas...*

A construção do saber relativo ao objeto de estudo não se baseia apenas nos aspectos vivenciais e humanos, nem somente nos aspectos técnicos, mas também numa reunião de todos esses aspectos em uma busca de reflexão e relativização constantes e em uma co-construção com as próprias famílias adotantes.

4.1.12. (O Processo de) Auto-Conhecimento a partir da Relação com o Objeto de Estudo

– *... eu acho que é uma relação de troca, porque o fato assim... de dizer: "Ah, por que a minha família foi desse jeito...", não significa que é o ideal e que eu não vou refletir. Por exemplo: "Ah...não, na minha cidade muita gente não estuda, não trabalha e fica com a mãe". Não! Porque foi assim, não tem que continuar. Eu acho que não posso também ser... como é que eu falo... tem que trocar isso, então vamos refletir... Tem que rever. Não significa porque é cultural: isso assim e assim... é o ideal! Então permaneça desse jeito! Tem eu acho, é que estar sempre refletindo. Saber se é bom mudar? Por que mudar? Para gente também não dar uma de neutro: "Ah não! Está bom para mim, então fica desse jeito e vai levando...*

A discussão de um caso levou o técnico a refletir sobre suas próprias experiências em família e determinada classe social e cultural. O técnico demonstrou e ressaltou como o caso o mobilizou e o fez refletir sobre sua própria vivência, fazendo-o pensar na possibilidade de mudar ou não seus parâmetros sobre o que antes não pensava ou pensava "ideal". Na colocação seguinte fica ainda mais evidente esta dimensão do processo de auto-

conhecimento e mudança do técnico a partir da relação com o objeto de estudo (as famílias).

- *Agora o que eu coloco... É que eu aprendi muito trabalhando com adoção. Com as famílias, como eu aprendi. Sabe? Trouxe muito conhecimento para mim. Eu entendi, passei a entender um monte de relações. (RINDO)*
- *PESQUISADORA: Você acha que fez o caminho inverso? Passou a entender mais a sua família a partir desse contato?*
- *Olha eu tinha uma certa dificuldade em lidar com criança, até com bebê. Mas no Setor de Adoção, eu aprendi a fazer mamadeira, a botar menino no colo. Até isso!*
- *Mas é uma via de mão dupla...(OUTRO TÉCNICO COMPLEMENTA)*
- *... sabe eu tinha medo de pegar naquela coisinha, tão frágil... hoje estou muito mais solta, mais livre. Sem muitos medos, sabe? Eu aprendi muito.*
- *...*
- *... aqui no seu dia-a-dia, possibilita acontecer uma série de coisas que vai possibilitar você melhorar o seu vínculo com a sua família também, né?*
- *É um trabalho terapêutico (RISOS)*

Novamente, foi feita uma colocação pela pesquisadora não prevista no roteiro da pesquisa. Como já foi mencionado anteriormente, esta liberdade para a participação do pesquisador enquanto sujeito só foi possível em função do delineamento epistemológico e metodológico da pesquisa.

As famílias têm muito a dizer, muito a ensinar para o técnico que está atento e aberto a escutá-las, e que não se sente como o dono da verdade absoluta. O contexto do serviço, a multiplicidade de tarefas exigidas, o contato com as famílias adotantes e genitoras ampliam as vivências do técnico para além da experiência profissional e produzem transformação que repercute na sua vida pessoal, conjugal e familiar. Nesta dimensão também fica evidente o entrelaçamento entre sujeito e objeto e o caráter auto-referenciável do conhecimento.

4.1.13. Senso Comum "Versus" Ponto de Vista Técnico

- *... é importante que a pessoa, se for uma pessoa para analisar os casos assim, é prática em lidar com a adoção. Porque eu vejo... as interferências que a gente tem nos nossos casos... pessoas alheias que querem interferir, que fazem suas análises e tudo. E nós enquanto a nossa prática, independente da vivência.... pela experiência... analisamos de uma forma diferente.*
- *... (Segue-se uma discussão sobre a possibilidade de uma pessoa que não teve família ou que não tem filhos para trabalhar com adoção)*
- *... eu fazia minha análise muito diferente da que eu faço hoje.*
- *... o importante é o exercício, é a prática.*
- *Quando você fala eu imagino muito mais. Por exemplo: o pessoal do... (outro local da VIJ), que sempre dá razão. Por exemplo, vê alguma coisa e diz: "Ah, mas devia ser assim mesmo. O pessoal vê no jornal. "Ah...achou (a criança), tem que ficar." Então, faz um julgamento parcial. Pô, tem que ver os dois lados.*

Faz só por um lado. E esse lado, às vezes, acho que fica só no passional, que é o problema.

– *E essa coisa a gente só aprende aqui, na experiência da adoção.*
– *É, porque é uma experiência compartilhada. É como se eu tivesse atendido o caso que eu vejo a outra pessoa relatar. Só todos que eu atendi, eram limitados também. Então, a gente acaba tendo uma construção aqui, que incorpora e que forma uma segunda vivência na verdade. Que a gente aprende...*

É muito comum, especialmente nas questões relativas à adoção, que o senso comum seja considerado preconceituoso e desinformado. Acredita-se muitas vezes, que a pessoa que acha uma criança em via pública, deve ter prioridade sobre as demais para ficar com a mesma. Recentemente, um delegado de polícia permitiu que uma agente levasse um bebê para casa ao invés de recolhê-lo ao abrigo. Ao menos, a Vara da Infância foi informada da existência da criança, que pode ter seu caso estudado como a lei determina, e a agente informada de como deveria proceder, caso desejasse adotar (inscrever-se e aguardar pela criança a ser apresentada pela VIJ). Antes de trabalhar com adoção, o técnico também poderia ter concepções embasadas neste senso comum, ou melhor denominando, conhecimento dito leigo, entretanto, na medida que adquire conhecimento científico e prático sobre o assunto, suas análises tornam-se mais abrangentes e complexas. O grupo ressalta ainda o valor do saber compartilhado que amplia a experiência e a vivência de cada um, enquanto profissional e pessoa humana.

A relação entre senso comum e ciência é amplamente explorada por Boaventura Santos. Santos (1989, p.31) aponta que na concepção de ciência tradicional, o "senso comum", o "conhecimento vulgar", a "sociologia espontânea", a "experiência imediata", tudo isto são opiniões, formas de conhecimento *falso* (grifo meu) com que é preciso romper para que se torne possível o conhecimento científico, racional e válido. Desta forma, a ciência tradicional constrói-se contra o senso comum e recusa as orientações para a vida prática que dele decorrem, dispondo para isso de três atos epistemológicos fundamentais: a ruptura, a construção e a constatação. Essenciais a qualquer prática científica, estes atos são de aplicação mais difícil nas ciências ditas sociais. Por um lado, porque as ciências sociais tem por objeto real um objeto que fala, que usa a mesma linguagem de base de que se socorre a ciência e que tem uma opinião e julga conhecer o que a ciência se propõe conhecer. Por outro lado, afirma o autor, porque o próprio cientista social sucumbe facilmente à sociologia espontânea, confundindo resultados de investigação com opiniões resultantes da sua familiaridade com o universo social, assim a ruptura epistemológica é mais vezes professada do que realizada. O paradigma modernista transforma a relação eu-tu em relação sujeito-objeto, esta última, por sua vez, feita de distanciamento e estranhamento mútuo e subordinação total do objeto (sem criatividade e sem responsabilidade) ao sujeito. Para Santos (Id. Ibid., p. 36), na atual fase da crise das ciências não se recomenda que essa epistemologia seja abandonada, pelo contrário, ela continua sendo um fator de ordem e estabilidade, um fator de tradição sem o qual não é possível pensar a próxima revolução científica. Para o autor, as aquisições dessa epistemologia representam um progresso notável no sentido da racionalização do mundo, mas têm de ser *relativizadas* no interior de uma racionalidade envolvente. É nesses termos que ele concebe o reencontro da ciência com o senso comum.

O autor também ressalta que o "senso comum" que se pretende natural, razoável, prudente é um senso que é burguês. Enquanto conceito filosófico, o "senso comum" "surge

no séc. XVIII e representa o combate ideológico da burguesia emergente contra o irracionalismo do *ancien régime"* (*Ib. Ibid,* p.36), assim a valorização filosófica do conceito esteve ligada ao projeto político de ascensão ao poder da burguesia. O autor não se surpreende que, uma vez ganho o poder, o "senso comum" tenha passado a ser desvalorizado como um conhecimento superficial e ilusório. As ciências ditas naturais tradicionalmente propõem uma ruptura total com o senso comum, porém, "as ciências sociais têm tido com ele uma relação complexa e ambígua" (*Ib. Ibid,* p.37). Nem todas as correntes das ciências sociais propõem a ruptura, enquanto outras são acusadas de não ser mais do que senso comum ainda que elaborado. Para Santos (*Ib. Ibid,* p.37), "se o senso comum é o menor denominador comum daquilo que um grupo ou povo coletivamente acredita, ele tem, por isso, uma vocação solidarista e transclassista". Desta forma, nas sociedades de classes, em geral conformadas pela ciência moderna, "tal vocação não pode deixar de assumir um viés conservador e preconceituoso, que reconcilia a consciência com a injustiça, naturaliza as desigualdades e mistifica o desejo de transformação. Porém, opô-lo, por essas razões, à ciência como que opõe as trevas à luz não faz hoje sentido por muitas razões" (*Ib. Ibid,* p.37). Em primeiro lugar o autor cita que, embora o senso comum seja entendido como o modo como os grupos ou classes subordinados vivem sua subordinação, essa vivência está longe de ser "meramente acomodatícia, contém sentidos de resistência que, dadas as condições, podem desenvolver-se e transformar-se em armas de luta" (*Ib. Ibid,* p.37). Em segundo lugar, o mesmo viés conservador de reconciliar a consciência social com o que existe, tem sido assinalado em muitas teorias científicas. Além disso sua eficácia é ainda maior, pois tais teorias são caucionadas pelo paradigma e poder institucional. Em terceiro lugar, o autor afirma que não é correto ter do senso comum (ou do que quer que seja) uma concepção fixista, e que seu caráter ilusório, superficial ou preconceituoso pode ser mais ou menos acentuado, dependendo do conjunto das relações sociais que ele procura restituir. O autor propõe que em sociedades mais democráticas, com desigualdades sociais pouco acentuadas e com um sistema educativo generalizado e orientado por uma pedagogia de emancipação e solidariedade, o senso comum "produzido" será certamente menos autoritário, desigual e ignorante. Em quarto lugar, a oposição ciência/senso comum não pode equivaler a uma oposição luz/trevas pelo simples reconhecimento de que a ciência nunca se livra totalmente dos preconceitos. Para o autor, incluem-se aí, os viéses, as pré-noções, pré-concepções, os pré-juízos, ilusões, distorções e erros. Segundo o autor, lançar todos estes fenômenos à categoria de irracionalidade e contabilizá-los como decorrentes de nossas fraquezas intelectual, individual ou coletiva mostra a forma maniqueísta em que o modelo de racionalidade (subjacente ao paradigma da ciência moderna) opera, modelo este, demasiado simplista, para ser ele próprio, "racional" (*Ib. Ibid,* p.38). Os preconceitos também devem ser questionados, em que medida eles são úteis, em que medida são a manifestação de uma racionalidade subjacente, em que medida conduzem à verdade. "Os preconceitos são constitutivos do nosso ser e da nossa historicidade e, por isso, não podem ser levianamente considerados cegos, infundados ou negativos. São eles que nos capacitam a agir e nos abrem à experiência e, por isso, a compreensão do nosso estar no mundo não pode de modo nenhum dispensá-los (Gadamer, 1965 citados por Santos, *Ib. Ibid,* p.39). Uma ilusão pode conduzir à verdade, à criatividade e à imprevisibilidade.

Por fim, Santos (*Ib. Ibid,* p.40) conclui que "caminhamos para uma nova relação entre a ciência e o senso comum, uma relação em que qualquer deles *é feito* do outro e ambos *fazem* algo de novo" (itálicos do autor). Para o autor, essa caracterização alternativa

do senso comum procura salientar sua positividade e o seu contributo possível para um projeto de emancipação cultural e social. Senso comum e ciência devem se superar a si mesmos para dar lugar a uma outra forma de conhecimento, com essa dupla transformação pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente. Essa nova configuração do saber deve ser ao mesmo tempo prática, esclarecida e sábia. Sendo sábia, deverá estar democraticamente distribuída. Na nova configuração do saber, o desenvolvimento tecnológico deve contribuir para o aprofundamento da competência cognitiva e comunicativa para se transformar num saber prático, que ajude a dar sentido e autenticidade à existência humana. A dupla ruptura epistemológica desconstrói a ciência de forma a garantir a emancipação e a criatividade da existência individual e social, valores que só a ciência pode realizar, mas que não pode realizar enquanto ciência. Para que ocorra esta desconstrução é necessário, em primeiro lugar, atenuar progressivamente o "desnivelamento dos discursos" (termo proposto por Foucault, 1971, citado por Santos, *Ib. Ibid*, p.42) produzido regularmente nas sociedades, a partir de uma proposta dialógica. Em segundo lugar, é preciso superar progressivamente a dicotomia contemplação/ação e, em terceiro lugar, é necessário encontrar um novo equilíbrio entre adaptação e criatividade.

Neste sentido, esse conhecimento leigo ou do senso comum a respeito da adoção deve dialogar com o saber científico sobre o assunto, a fim de construir um novo saber que abarque e/ou respeite toda a multiplicidade de versões e visões sobre o tema. Para isso é necessário que haja um espaço de escuta destas outras perspectivas. O contexto judiciário pode se configurar como um destes espaços de diálogo.

4.1.14. O Sujeito na Veste do Objeto ou O sujeito traveste-se de objeto ?

Proponho este nome para esta dimensão fazendo um trocadilho com a frase citada por Santos (1987) ao expor sobre a desconfortável distinção sujeito-objeto que se propaga em todas as ciências.

Desconforto foi também o sentimento exposto por parte do grupo dos técnicos com relação a última questão do grupo focal: - Se vocês e suas famílias fossem adotar, como vocês se imaginam apresentando ao Juizado? O diálogo foi várias vezes interrompido para que se refizesse a pergunta que parecia gerar confusão e dúvida, parecendo indicar uma dificuldade dos técnicos para entrar na pele no objeto de estudo. Possivelmente, a pergunta foi por demais aberta e gerou diversas interpretações, entretanto, esta diversidade proporcionou uma maior gama de dimensões a partir da análise dos diálogos suscitados tanto pela pergunta, quanto pelas respostas e dúvidas formuladas.

Para uma melhor demonstração das dimensões expostas, os diálogos serão apresentados de acordo com as sub-dimensões abaixo assinaladas:

a) Medo ou Desconfiança no Processo de Estudo Psicossocial *versus* Informação e Acompanhamento:

Os trechos seguintes pinçados de momentos distintos da entrevista parecem indicar que até mesmo os técnicos têm medo ou desconfiam do processo de estudo psicossocial, quando se imaginam como as demais famílias atendidas pela instituição buscando adoção, que chegam assustadas e sem informações básicas a respeito de todo o processo.

- *T2: Eu acho que ao menos que eu fosse uma pessoa muuuuuito bem informada de como funciona aqui, tivesse alguém trabalhando aqui, soubesse que as coisas são assim. Ao menos que fosse assim eu chegaria aqui com muito medo, principalmente, se eu já tivesse a criança. Eu teria medo de perder essa criança, de tirarem essa criança, de... É, teria muita ansiedade também. Eu acho que eu sentiria assim..*
- *T3: Hoje você acha que ainda sentiria esse medo?*
- *T2: Não, hoje não...*
- *T3: Hoje não...*
- *T7: Hoje não por quê? Se você não...? Se você não fosse técnica em adoção...?*
- *T2: Se eu não fosse técnica. Se... não tivesse as informações assim que a gente costuma passar, né? Eu acho que eu me sentiria igualzinha às pessoas que vem aqui com as crianças...*

A falta de informação a respeito do processo de estudo psicossocial (inscrição e adoção) e da adoção propriamente dita parece ser apontada como um dos fatores principais geradores de medos, angústias e ansiedades. O diálogo anterior e o seguinte apontam que o processo se tornaria menos ansiogênico, se os adotantes tivessem mais informação a respeito do assunto e de todo o processo. Desta forma, incluir na preparação para adoção um espaço para o fornecimento de informações, exposição e esclarecimento de dúvidas parece fundamental. Na VIJ-DF, a prática tem sido de oferecer aos adotantes, seja nos grupos ou nos atendimentos individuais, informações pertinentes ao processo, suas etapas, seu andamento, prazos e conclusão. Os três momentos seguintes e distintos da entrevista parecem indicar a relevância de tais afirmações:

- *Eu acho que lá em casa todo mundo já sabe o que o é o Juizado, já sabe como é que funciona, como é que tem que chegar, os passos que tem que seguir, então isso para mim já está claro e lá em casa também já está claro. Na minha família toda já está claro. Eu já trabalho dentro da área e tal...*
- *...*
- *Parece que já está desmistificado aquele medo, aquela coisa da ameaça da Justiça, do poder, do Juizado. Pelo menos para mim e para minha família já não existe mais isso. Porque a gente já sabe que chega aqui, é tranqüilo, que é isso mesmo, que tem que seguir a lei. Não teria mais esse horror...*
- *...*
- *Considerando que eu acho assim... que o grande problema hoje, um dos grandes problemas da adoção é a questão da falta de informação. Porque eu era uma leiga até chegar no Setor de Adoção. Então para mim ia ser muito tranqüilo, porque eu acho que já tenho as informações, pelo menos a maioria das informações que a população deveria saber. Eu acho que isso facilita.*

Os trechos indicam que a visão do senso comum ou "leiga" é preconceituosa e desinformada, há um preconceito ou uma mistificação com relação à Justiça e o papel do psicólogo e do assistente social neste contexto. E que, a informação tem um papel fundamental para se romper esta cadeia de medos, mitos e preconceitos. Informação esta que não é só teórica, mas também decorrente de uma vivência e de uma prática.

b) Caráter Invasivo dos Estudos Psicossociais *versus* Possibilidade de ser ajudado/orientado/acompanhado

A colocação de que*: "Ia ter que ter um técnico novo para não ter viés...(RINDO)"*, em outro momento da entrevista, parece indicar uma das possibilidades para a origem do desconforto com o estudo psicossocial nos técnicos: que este pudesse ser enviesado em função das relações estabelecidas entre o técnico (como adotante e integrante da equipe) e o(s) técnico(s) que fariam o estudo. Em virtude do poder outorgado ao técnico, este poderia ter dificuldade para ser imparcial e, até mesmo, favorecer (ou desfavorecer) este ou aquele adotante. Nesse sentido, faz-se imprescindível a consciência ética, a transparência do processo e a multiplicidade de vozes para que não ocorram desigualdades e favorecimentos.

Outras colocações se contrapõem a esta última de que o conhecimento anterior entre o técnico e a família poderia prejudicar a "objetividade" do estudo, mostrando que a própria relação poderia ser um facilitador na condução do processo, como mostra a fala seguinte:

– *Eu já tive a oportunidade de fazer dois casos de adoção de pessoas conhecidas... Eu não tive dificuldade nenhuma... inclusive uma amiga minha. Não tive dificuldade nenhuma. Eu sabia as informações que eu precisava. E eu acho que eu não teria dificuldade não... Mas com certeza eu ia estar sendo sincera, eu ia estar sendo aberta, eu ia colocar meus medos: "olha eu estou com medo, eu acho que vocês fazem isso... isso... isso... Eu ia ser bem franca, sem problema nenhum, sabem?*

A fala parece indicar que medos fazem-se presentes no processo de adoção. A "amizade" ou "conhecimento anterior" entre o técnico e o cliente (aquele que adota) poderia "enviesar" o estudo, mas também poderia minimizar os sentimentos de angústia e medo, e ser um facilitador para um pedido de ajuda ou aconselhamento, como o trecho anterior e os seguintes mostram:

– *Eu penso o seguinte... eu penso eu já fazendo a inscrição, né? E eu penso assim, eu não estou em frente ao técnico, eu estou em frente a uma amiga onde eu vou discutir com ela a minha motivação... E eu vou tentar ser o mais franca possível, colocar todos os meus medos, se for o caso conversar: como é que seria essa criança, se eu já tivesse uma criança em vista, já falar sobre essa criança. Vou até querer que ela conheça essa criança para ela também ter a opinião dela, entendeu? Certamente eu não estarei em frente a um técnico.*
– *...*
– *Eu nesta posição, eu me colocaria à disposição para que me preparassem. Porque eu também não sei se estou preparada para adotar. Eu queria ser preparada.*
– *...*
– *Eu acho que para ela (referindo-se ao técnica responsável pelo estudo) seria uma coisa nova sim. Apesar de estar aqui, eu estaria me apresentando de uma forma, sabe? Eu não estaria como técnica, mas como uma pessoa que está ali, estaria como uma mulher também, sabe?*

Enquanto cliente, outras dimensões do indivíduo poderiam ser expostas, dimensões estas que poderiam ser enfocadas no trabalho também com vistas a uma preparação, pois o fato de trabalhar com adoção e conhecer a respeito do tema não torna ninguém naturalmente habilitado para realizar uma adoção, para adotar. As colocações parecem valorizar o trabalho técnico no sentido de que embora ocorra uma maior exposição do indivíduo, ocorre também uma maior possibilidade de troca e transformação, aconselhamento, acompanhamento e apoio. Embora os técnicos enquanto clientes falem sobre "amizade", o que se pode depreender e ressaltar é que os estudos psicossociais podem ser melhores aproveitados do ponto de vista do cliente, quando há uma identificação ou uma postura empática e de aceitação por parte daqueles que detém o poder (de saber e decidir) – no caso, os técnicos que realizam o estudo. Ao perguntar a opinião da outra técnica sobre uma possível adoção, valoriza-se o saber do especialista que não dará a palavra final ou definitiva, mas auxiliará na construção de algo novo (saber compartilhado).

Para outros técnicos, o desconforto também poderia estar relacionado a uma dificuldade para sair do técnico e assumir o papel de cliente (adotante), como mostram os trechos a seguir:

- *T1: Mas eu imagino que eu me colocaria numa posição assim... é um pouco desconfortável depois, também. Porque teria horas que eu já saberia o que seria perguntado. Tipo assim, não teria paciência de ouvir alguma coisa que de repente eu acho que eu já sei. E ao mesmo tempo, eu teria que pensar como se não: eu sou uma pessoa também... quer dizer, separar o pessoal do técnico, um pouco... Acho que no primeiro momento ia ficar uma coisa misturada. (RINDO)...- Deixa eu fazer o relatório logo! (RISOS)... É uma coisa diferente de estar lá e se colocar na posição. Eu teria esse movimento. Imagino assim, fazendo esse movimento de sair da parte técnica.*
- *T2: Eu acho que seria bem difícil sair do papel. Até pela relação que a gente tem. Quer dizer, todas nós assim, por ser um grupo pequeno, a gente é muito próximo, a gente está sempre discutindo.*
- *T3: A gente se conhece muito né?*
- *T2: É, entendeu? Então, eu acho que é uma coisa assim difícil você estar ali e realmente assumir a postura de cliente só... Eu acho que...*
- *T3: Ia interferir*
- *T2: Não sei se é interferir...*
- *T4: Porque eu acho que muda um pouco... É assim... em vez de eu estar ali só, é eu estar ali acompanhada. Considerando o meu atual contexto, que seria eu e meu marido. E já seria um pouco diferente assim. Concordo com vocês, mas eu numa situação de companheira, de mãe, é diferente... Então eu iria expor isso.*

Em outro momento da entrevista, a mesma dimensão (dificuldade para entrar na papel de cliente) aparece neste diálogo entre dois técnicos:

- *T1: ... eu acho que o que me incomodaria mais assim é o fato de eu não conseguir ficar solta realmente, como cliente totalmente.*
- *T2: Pois eu gosto muito de ser cliente. Sabe, as vezes que eu me sinto cliente, eu gosto. Agora eu estou vivendo um pouco a situação... Porque o meu filho está*

passando por uma avaliação com um psicopedagogo. A gente foi na sexta à noite conversar com ela. E é claro que o ser psicólogo interfere. Mas eu me senti tão bem de estar ali, eu e (O MARIDO) conversando sobre a nossa família, fazendo o histórico todo da família. E até chegar no (FILHO) que está com dez anos...

- *T1: Mas não é uma pessoa que com quem você trabalha no diário.*
- *T2: Não! Isso aí... isso é verdade.*
- *T1: Porque minha filha também faz terapia. Eu levo numa boa. Mas assim... você fazer parte daquela equipe? Eu acho que é mais complicado. A tua realidade de trabalho é a mesma, é aquela! (ENFÁTICA)*
- *T2: É verdade... com um colega... Reformulando... eu ia tentar (ENFÁTICA) me entregar como cliente.*

O desconforto parece também estar relacionado a exposição de outras dimensões de si mesmo em um contexto de trabalho. A dicotomia entre a emoção e a razão na sociedade moderna apregoa que o local de trabalho é o reduto da razão, e a família e o lar, da emoção. Os técnicos parecem perceber o caráter invasivo do estudo psicossocial e da possível exposição ao se imaginarem como adotantes e, ao mesmo tempo, membros integrantes da equipe que realiza tais estudos.

A fala *"não teria paciência de ouvir alguma coisa... que eu já sei"* parece indicar um ponto importante, de que embora as informações sejam muito importantes (sua quantidade e diversidade), mas deve se respeitar a real necessidade daqueles que buscam o serviço, para que não se subestime (ou desqualifique) sua capacidade ou experiência anterior com o que quer que seja. O técnico deve estar atento para ouvir o cliente, a fim de fornecer as informações necessárias e não simplesmente despejar as informações sobre o assunto, sem levar em conta o ponto de partida (com relação aos temas e assuntos tratados) daquele que ele atende.

O medo e o desconforto com relação à situação proposta (imaginar-se buscando o serviço para adotar) leva os técnicos a pensarem em alternativas para se proteger e minimizar a angústia e ansiedade relativas à exposição de si mesmo e de sua família, como indica o diálogo abaixo:

- *T1: Porque é difícil a gente se expor, né? A gente... por exemplo: você vai expor seus problemas. Imagina você fazendo uma visita lá na sua casa ou questionando tipo assim é... coisas da sua relação com a sua filha, por exemplo. É diferente... (O OUTRO TÉCNICO (T3) CONCORDA E REPETE: É, é diferente). A TÉCNICA CONTINUA: E seria essa coisa mesmo que ela coloca... é... "coisas que a gente mantém na vida privada vai trazer para pública com pessoas que são amigas, mas ao mesmo tempo, não têm que estar com um olhar de amigo, vão ter que estar com um olhar técnico".*
- *T2: Bom... e outra coisa, a gente não sabe como é que isso vai ser visto também. Às vezes, a gente vê como uma coisa tranqüila, normal como todo mundo vê, né? E você já vai ver diferente.*
- *T3: Mas aí eu vou ter que acreditar que as minhas colegas são competentes para compreender isso. Que com tudo isso que a gente já falou aqui, todas as dificuldades, tudo isso pode ser mudado. Até uma ajuda de gerar mudanças em*

mim também, alguma coisa que eu não esteja ainda atenta para isso. Eu colocaria ...

- *T2 (INTERROMPE): Por isso que eu acho que seria diferente... acho que iria me surpreender um pouco.*
- *T4: Também. Agora pensando no processo de estudo, que eu não tinha pensado antes. Eu acho que eu ia achar diferente e ia ter algumas dificuldades. Primeiro: eu acho que no grupo tem algumas pessoas que eu teria muito mais facilidade. Se eu pudesse escolher eu ia querer escolher (RINDO). (OUTRO TÉCNICO CONCORDA: Sem dúvida.) T4 CONTINUA: ... com certeza com quem eu ia fazer... a questão do vínculo, de com quem eu estaria disposta. Que é uma oportunidade que a clientela não tem. Com quem eu estava disposta a me abrir e permitir que invadissem, entre aspas, minha vida.*

Nos diálogos fica evidente a percepção do caráter invasivo do estudo psicossocial. Ao mesmo tempo, é de fundamental importância para o cliente, ter sua experiência de vida, seu saber respeitados. Freidson (1972, citado por Hoffman, 1998, p. 31) afirma que o profissional deixa de ser um especialista e passa a ser um membro de uma nova classe privilegiada, disfarçado de especialista, "quando se apropria indevidamente do direito de orientar, ou mesmo coagir as decisões dos homens baseado em seus próprios valores". É na relação com o cliente e a partir do reconhecimento de sua competência que se pode avançar para uma maior compreensão do contexto em que o mesmo está inserido e na forma como os problemas podem ser enfrentados, ou melhor dizendo, co-enfrentados como mostra o trecho seguinte:

- *T1: Mas eu acho que tem o outro lado da moeda. Porque por exemplo: se eu descobrisse que eu não posso ter filho, se fosse o caso. Eu acho que eu viria a adotar, eu acho que teria um lado assim... alegre também. Porque eu acho que seria um compartilhamento também. Engraçado, seria uma situação em conjunto...*
- *T2: Porque aí você ia separar essa coisa da técnica da adoção e do desejo de querer ter um filho.*
- *T1: Pois é, porque eu pensei assim, da dificuldade da gente ter duas identidades...*
- *T2: É*
- *...*
- *T1:... Agora, se fosse o caso. Eu acho que seria uma coisa assim.. é... De me sentir à vontade assim... Porque eu acho que essa angústia talvez superaria essa coisa de técnica, não técnica, isso não importa mais se eu desejo ter filho.*
- *T3: E se, se tornasse um projeto, o desejo superaria isso.*
- *T1: Superaria, sim. Eu acho, seria uma coisa compartilhada. Seria uma troca do "que legal, não sei o quê", entende? De acolhimento mesmo. Eu penso assim, que seria uma coisa compartilhada, uma expectativa compartilhada.*
- *T1: Eu também penso dessa forma.*

Para finalizar esta dimensão, parece ficar ressaltada a dificuldade para "sair do técnico" e se imaginar enquanto cliente (adotante), ou seja, vestir a pele do sujeito. Esta dimensão pode estar relacionada à dimensão seguinte e última desta análise.

4.1.15. A Pressão Social para Adoção (para viver a situação do objeto de estudo)

Esta dimensão já havia surgido antes da colocação da quarta e última pergunta do grupo focal (Se vocês e suas famílias fossem adotar, como vocês se imaginam apresentando ao Juizado?) e ficou ainda mais ressaltada após a mesma.

- *Eu já me peguei muito aqui no Setor de Adoção pensando se eu adotaria. Uma coisa que eu nunca pensava. Não me passava na cabeça. E às vezes eu fico pensando nisso...*

A reação do grupo à colocação da técnica foi acenar afirmativamente com a cabeça, como se estivessem compreendendo e compartilhando da mesma vivência/experiência. Parece que o conhecimento mais próximo da realidade social do abandono e da adoção imprime uma marca, uma sobrecarga de responsabilidade social com relação ao tema.

Os diálogos seguintes surgiram após a formulação da quarta e última pergunta da entrevista de grupo focal e, novamente, indicam a existência de uma "pressão social" sobre os trabalhadores sociais no que diz respeito a sua atuação e discurso, que não deveria, por exemplo se limitar a atuação técnica, mas a uma vivência e experiência própria de adoção.

- *T1: E eu acho que uma coisa assim tão complicada que é... num determinado momento, eu me vi assim: lá no grupo de apoio à adoção, lá no (GRUPO DE APOIO À ADOÇÃO), e... várias pessoas conhecidas nossas ali, que estão com crianças, que estavam desejando crianças, não podiam gerar mesmo, não podiam ter o filho biológico... E eu fiquei me perguntando assim, se eu teria coragem de ter mais um filho biológico, sabe? Na posição que eu ocupo hoje, no meu envolvimento com a adoção e até com essas pessoas. Eu até cheguei a falar isso com a Fulana, sabe? Que era uma coisa que já me incomodava assim, sabe? Assim de me imaginar barriguda, né? Eu que já tenho dois, que falo tanto das adoções necessárias das crianças e não-sei-o-quê mais e eu simplesmente opto por ter mais um... biológico. Sabe? Então, são coisas que passam para a gente sim, sabe? Que você já começa a mudar posicionamentos seus. Quer dizer, eu antes nunca imaginei, apesar de ter casos de adoção na minha família, eu nunca me imaginei assim: "Ah, tudo bem se eu não casar, se eu não-sei-o-quê, de repente eu adoto uma criança..." mas nunca foi projeto meu de adotar, assim... Desde que eu estou com o (MARIDO) em casamento, a gente também nunca pensou nisso. Acabou que eu vim parando, trabalhando em adoção e isso se tornou muito presente na minha vida... depois de já ter os dois, né? (REFERINDO-SE AOS FILHOS BIOLÓGICOS)... Aí, ter tanto contato assim, falar tanto das adoções necessárias e tudo mais. E conviver com tantas pessoas que são pais adotivos de 10, de 8 e de não-sei-o-quê. (RINDO)... Eu falei: Gente, como é que eu teria coragem de repente, de assumir para essas pessoas mais uma barriga em vez de pegar uma criança que realmente está precisando*

de família. Como é que eu justificaria isso? Sabe? Começou a me incomodar... Graças a Deus, que eu não tenho projeto mais nenhum. (RINDO): Nenhum!! Porque aí minhas dúvidas se dissiparam...

– *(RISOS)*

Na busca para conscientizar os adotantes que buscam a Instituição, que eles podem ser felizes com uma criança com um perfil diferente do sonhado, "de outra cor, não tão bonita quanto desejam, ou com mais idade" (Weber & Kossobudzki, 1996), os técnicos parecem se sentir obrigados a agir mais íntima e diretamente contra o abandono e viver a adoção mais de perto. Nesse sentido, o relato parece indicar que a maternidade biológica pode ser vivida com muita ansiedade e temor, especialmente para o técnico que já tem filhos biológicos em número suficiente para a sociedade atual considerar ideal. É possível ainda, que haja uma questão de gênero, todas as técnicas são mulheres e a maternidade é algo embutido como natural ao imaginário feminino. O cuidar é algo mais valorizado e associado ao feminino. Entretanto, não há indicadores para se afirmar que técnicos do sexo masculino sentir-se-iam menos "pressionados" a agir, a adotar.

O diálogo continua:

– *T2: Eu senti isso em (ESTADO DO SUDESTE DO BRASIL), quando a gente foi no (GRUPO DE APOIO À ADOÇÃO), eu senti, o pessoal...*
– *T1: Gera um incômodo, não é?*
– *T2: Eles botam na parede: mas como? Ninguém tem filho adotivo por lá?*
– *T1: "Você não adotou ainda? Ah... mas você vai adotar. Você ainda vai adotar!" (RISOS) Igual a pessoa do rádio... que eu dei uma entrevista na (RADIO). A mulher ligou e deixou a pergunta, para eu responder, que ela queria saber: já que eu era tão envolvida com adoção, se eu já tinha adotado uma criança?... Então isso é uma coisa que é presente nas pessoas. Quer dizer, se você trabalha nisso, então você tem que abraçar a causa realmente, né?*
– *T3: Mais aí, é que está! Não é uma causa, né?*

Um terceiro técnico finaliza o diálogo apresentando um novo ponto de vista, que a adoção não deveria ser encarada como uma "causa". O trecho anterior e o seguinte mostram que é necessário diferenciar as experiências entre o desejar trabalhar com adoção e desejar vivenciar a adoção. Weber (1999B, p. 21) aponta que também era sempre questionada, ao ser entrevistada sobre o tema, se era mãe adotiva. Segundo ela, quando respondia que não, os jornalistas disfarçavam um sorrisinho de missão cumprida: os dados poderiam ser publicados pois ela não era terapeuta com intenção de se auto-promover, nem um membro corporativista da população de adotivos, envolvido emocionalmente com a questão. Assim, os dados seriam imparciais e confiáveis. Por outro lado, o "sorrisinho" não poderia indicar uma postura cética dos jornalistas com relação aos dados, do tipo: Se é tão bom assim? Por que você não adotou? Muitas vezes, o técnico parece ficar entalado com estas questões: se é tão necessário e tão bom, por que não?

– *T1: É, a sociedade civil, esses grupos quando surgem, são pessoas que realmente estão envolvidas, né? Com questões de família ou até pessoalmente também, né?*

- *T2: Mas é importante as pessoas conseguirem separar... que é uma escolha é delas. Se a escolha é delas, o outro não tem que escolher também. Até porque é prejudicial para a adoção.*
- *T3: Mas, eu fico pensando assim. Se eu tivesse um projeto de mais filhos, eu ia ter que trabalhar isso terapeuticamente, porque isso não está legal para mim.*
- *T2: Interferiu muito no seu pessoal.*
- *T3: É, eu não saberia lidar hoje com isso, entendeu?*
- *T4: Aparecer de barriga no (GRUPO DE APOIO À ADOÇÃO).*
- *(RISOS)*
- *T3: Exatamente. Eu acho que eu só teria coragem de assumir se fosse uma coisa assim do descuido. Se fosse uma gravidez inesperada, não foi plano meu. Esse projeto meu de assumir... esse é muito difícil.*
- *T5: Mas eu acho que tem o outro lado da moeda. Porque por exemplo: se eu descobrisse que eu não posso ter filho, se fosse o caso. Eu acho que eu viria a adotar...*

Os técnicos não são imunes ao imaginário social que valoriza os laços de sangue. A filiação biológica em nossa sociedade é valorizada, dá um sentido de normalidade e continuidade familiar (Schettini, 1998B). A última colocação de que se não pudesse ter filhos biológicos, adotaria, parece indicar esta dimensão.

Por outro lado, o discurso a favor de uma "cultura da adoção" também provoca conflitos. O conflito vivido pela técnica que já tinha dois filhos biológicos e se sentia "pressionada" a adotar, também parece se inscrever justamente nesta questão: se é preciso desqualificar a importância dos laços de sangue para promover a adoção, como aceitar o desejo de gerar mais filhos ao invés de adotá-los? Mais fácil, então é desistir de querer mais filhos. Contudo, isso também não seria uma violência? Uma castração? O Setor já fez três estudos técnicos de adoção que envolviam religiosos "vasectomizados" por opção (um deles sequer tinha um filho biológico), não queriam mais filhos biológicos, só adotivos. Nos três casos, a história chocou aos técnicos. Não seria esta uma versão da mesma história?

Como alerta Weber (1999B, p. 21) adoção não é uma panacéia que resolverá todos os problemas. Uma das técnicas da VIJ-DF argumenta que pode ser até prejudicial para adoção considerá-la como uma causa, um sacerdócio, uma missão. Além disso, nem todos poderão adotar, ainda que reúnam todas as qualidades, se não tiverem o desejo e a disponibilidade para isso. Muitas poderão ser as motivações para a adoção, até mesmo a de "resolver um problema social" ou "ajudar o próximo" (como já visto anteriormente, este último está entre os três motivos principais que levaram à adoção nos anos de 1998 e 1999 na VIJ-DF), contudo, parece que para ela ser bem sucedida, só existe um caminho: o do amor, o de desenvolver com a criança/adolescente uma relação afetiva que perdure e transcenda todas as outras motivações iniciais. Da mesma forma que deve haver uma disponibilidade para o exercício da parentalidade biológica, deve haver para a adotiva. Enfatizar a diferença na filiação adotiva ou negá-la são faces da mesma moeda.

4.2. Análise da Entrevista de Grupo Focal com as Famílias Adotantes

Como já foi dito anteriormente, o material obtido na entrevista de grupo focal com as famílias não foi analisado como o do grupo de técnicos, cujo material foi privilegiado. Serão mencionados a seguir alguns aspectos e dimensões que mais chamaram atenção na entrevista de grupo focal com as duas famílias adotantes, que foram melhor organizadas sobre tópicos, que serão apresentados nas páginas seguintes.

I - Como os Adotantes acham que os Técnicos devem/deveriam avaliar as Famílias Adotantes

Com relação a primeira pergunta da entrevista: "Como vocês acham que os técnicos do juizado – psicólogos, assistentes sociais - devem, deveriam avaliar as famílias adotantes?", as famílias parecem ressaltar cinco dimensões importantes que, segundo a opinião dos sujeitos, deveriam ser priorizados no estudo psicossocial:

a) Motivação dos Adotantes

A motivação dos adotantes é vista como algo importante a ser considerado pelos técnicos, contudo o diálogo das famílias parece mostrar que podem existir diferentes motivações e não necessariamente, uma é melhor do que a outra. O primeiro casal afirmou que queria um filho e demonstrava entender ser esta uma motivação "melhor", pois não vitimizava a criança adotada. O segundo casal contrapôs que outras motivações também poderiam ser adequadas como amar ou ajudar alguém, oferecer uma família a quem não tem. A esposa argumenta ainda que o desejo para ter filhos poderia não ser assim tão adequado, pois poderia ser decorrente de uma pressão social para gerar filhos e garantir a continuidade da família ("... é muito também de posição social. A família quer ser igual ao contexto").

b) Estrutura e Dinâmica Familiar

As falas indicam que a estrutura e dinâmica familiar como um todo devem ser consideradas. Os adotantes percebem que sua família de origem tem importante papel na estruturação da personalidade e na formação do novo núcleo familiar.

c) Condições Materiais e Socioeconômicas

Embora em diversas falas tenha sido ressaltada a importância de se avaliar as reais condições materiais e financeiras do(s) adotante(s) para que possam "dar condições à criança", observou-se que as famílias temem a investigação no tocante às condições materiais e socioeconômicas. As famílias parecem acreditar que a questão socioeconômica é muito importante na avaliação técnica, mas deve ter um peso secundário em comparação ao peso da dimensão seguinte, do amor e do vínculo com a criança.

d) O Amor e o Vínculo com o Adotando – Aspecto que deve ser priorizado

A dimensão do amor e do vínculo é enfatizada. Este amor por um "filho do coração" que em sua intensidade até mesmo pode surpreender, como pode ser percebido na fala de um pai adotivo.

Uma mãe adotiva aponta ainda que o amor e o vínculo que se estabelece com a criança deve ser de natureza diferente, deve ser de pai-filho, mãe-filho.

Uma das mães adotivas ressaltou que os técnicos devem procurar conhecer as famílias e ver se dentro delas há amor para dar.

As famílias demonstram temer o rompimento dos vínculos com a criança, caso a adoção não seja concretizada, e parecem acreditar que este aspecto deve ser considerado nas avaliações psicossociais, acima de outras dimensões.

e) As famílias propõem que casais sem filhos tenham prioridade sobre os outros candidatos

As famílias parecem propor que casais sem filhos deveriam ter prioridade para adoção. Inclusive, um dos entrevistados manifestou acreditar que este deveria ser um critério considerado durante os estudos psicossociais de adoção, entre duas famílias uma com filhos e outra sem, a última deveria receber a criança primeiro. As duas famílias entrevistadas não podiam gerar filhos biológicos. Ambas relataram suas experiências de sofrimento e a angústia de não ter filhos, de ser diferente do contexto numa sociedade que valoriza a continuidade familiar através dos vínculos de sangue. Por outro lado, uma das entrevistadas já havia ressaltado anteriormente que esta motivação deveria ser repensada em função de todo o aspecto negativo desta pressão social que poderia levar um casal a adotar para não ser diferente dos outros.

f) Compatibilização entre os perfis de ambos adotante(s) e criança

Uma das famílias manifestou acreditar ser fundamental que haja uma compatibilização mútua entre os perfis do(s) adotante(s) e adotando(s) e que isto poderá trazer menos dificuldades futuras. Ainda que a família não tenha feito exigências muito restritas quanto ao perfil da criança, os adotantes parecem acreditar que os técnicos procuram realizar tal avaliação e compatibilização. O discurso parece indicar que esta compatibilização pode proteger tanto a família, como o membro adotivo de ser alvo de preconceitos. Além disso, em muitos momentos, o diálogo parecia indicar que a busca de semelhanças físicas é um ponto importante na constituição ou formação do vínculo entre a família adotante e a criança, tanto do ponto de vista do par parental, como da família extensa.

Na entrevista, foram ressaltadas as semelhanças entre os adotantes e os filhos adotivos. É muito comum nos estudos psicossociais de adoção, os adotantes ressaltarem (com orgulho) a semelhança dos filhos adotivos consigo e/ou com o cônjuge e/ou com outros membros da família. Identificarem-se, verem-se um no outro parece consolidar um vínculo de parentalidade que poderia estar ameaçado de não existir em função da não ligação biológica. Por outro lado, como a literatura aponta, o laço biológico por si só não garante que o exercício da maternidade/paternidade irá ocorrer. Schettini (1998B) aponta que a semelhança aparece, também como uma aspiração tanto dos pais quanto dos filhos numa tentativa de reduzir a inexistência dos laços de sangue. A busca pela semelhança é um empreendimento mútuo de pais e filhos adotivos numa tentativa de selar, definitivamente, a ligação parental. Segundo Diniz (1991, p. 82), a excessiva preocupação com a origem biológica é um problema de adulto, que no entanto, pode repercutir sobre a criança.

Uma das falas de um pai adotivo indica, possivelmente, que as famílias confiam e acreditam no trabalho técnico que, segundo elas, deve estar atento à compatibilização dos perfis do(s) adotante(s) e do(s) adotando(s), especialmente no tocante ao aspecto físico. O trecho parece indicar ainda que talvez para algumas famílias, a questão da semelhança física seja fundamental para o exercício adequado da parentalidade e para a construção do vínculo e/ou desenvolvimento do sentimento de amor para com a criança. A fala de um pai adotivo mostra até mesmo uma cobrança neste sentido e uma ameaça velada, caso a avaliação técnica não seja bem feita, e não ocorrer uma compatibilização entre os perfis da criança e do(s) adotante(s), o problema poderá retornar para o técnico, para o Juizado – no exemplo citado, na forma de um adolescente delinqüente.

Entretanto, embora considerem importante e fundamental que haja compatibilidade entre os perfis dos adotantes e do adotando, uma das famílias adotantes aponta para uma maior possibilidade de flexibilização do perfil da criança sonhada a partir da 2ª Adoção. A dinâmica e as expectativas dos adotantes sofrem mudanças ao longo do tempo. O fato de já ter vivido na primeira adoção todas as fases de desenvolvimento de uma criança (desde os primeiros dias) levou uma das famílias adotantes a flexibilizar o perfil da criança (com relação à idade e condições de saúde) na segunda adoção. Esta tendência estava a se repetir já que a família estava iniciando uma terceira adoção (tardia).

A própria vivência da adoção e da construção do vínculo com o primeiro filho adotivo foi mencionada como um dos fatores que parece dar mais segurança aos adotantes de que será possível vincular-se novamente a um outro filho adotivo, que em uma das famílias, necessariamente, não precisará ser tão idêntico ao filho outrora idealizado e sonhado. A outra família pensava em fazer nova adoção no futuro e manifestava que se o fizesse seria com mais segurança e confiança.

II - Importância da Verdade

Na continuidade de um dos diálogos anteriores sobre a semelhança física entre adotante(s) e adotado(s), as famílias apontam para a importância da criança crescer sabendo a verdade, sabendo que foi adotada. Apesar de ressaltar a importância do tema, as falas das famílias indicam que esta não é uma tarefa fácil.

Na primeira fala, percebe-se que há um receio, um temor de que “cedo ou tarde” algum problema irá acontecer. Na adoção é preciso fazer tudo o mais “certinho” possível – “estigma do adotado e da adoção” que de algum modo sempre dá problema. O diálogo das famílias leva ainda a pensar que talvez algumas famílias adotantes revelem a verdade mais por medo de que algo saia errado, do que por acreditar ser um direito da criança - conhecer sua história de origem.

As famílias entrevistadas apontam exemplos da vida real em que pais adotivos esconderam dos filhos a verdade e isto trouxe prejuízos graves às relações familiares, à confiança entre os pais e filhos e a todos os envolvidos. Muitos fatores podem estar envolvidos na dificuldade de falar com a criança adotada sobre sua história pregressa. Embora ambas as famílias tenham contado aos filhos que estes eram adotivos, uma das falas ainda indica a existência de fantasias parentais relativas aos laços de sangue que poderiam ser mais fortes e ameaçar os pais adotivos de serem trocados pelos pais biológicos (“a gente corre o risco de eles quererem conhecer os pais biológicos”).

Schettini (1998A) aponta a dificuldade de muitos pais adotivos para resolverem este problema (de revelar à criança sobre sua origem), que vai sendo postergado indefinidamente. O autor alerta que comunicamos não somente através das palavras, mas também através da linguagem corporal e do inconsciente. Os adotivos que desconhecem sua história, em geral, têm uma dificuldade para a formação de uma auto-imagem definida - a falta de conhecimento sobre as origens dá um sentido de ser também irreal (Partridge 1991, citado por Hartman, 1994).

III - A Importância da Vivência na Família

a) Questões Relativas à Estrutura e Dinâmica familiar

As famílias acreditam que a estrutura e dinâmica familiar é levada em consideração nos estudos psicossociais, em especial, a harmonia do relacionamento conjugal. Uma das mães adotivas mencionou a importância da família de origem como uma base (mais ou menos sólida) para a formação do casal e de uma nova família, também em bases mais ou menos sólidas, respectivamente.

Uma das famílias adotantes levantou a hipótese de que a dúvida em relação à estabilidade de seu casamento e o pouco tempo de inscrição no Juizado podem ter sido fatores ou critérios considerados pelos técnicos para a demora na conclusão da primeira adoção. O diálogo parece ressaltar ainda importância deste critério (estabilidade familiar) para a proteção da criança de um segundo abandono ou de uma situação indefinida em caso de uma separação conjugal. A família não sabe se os procedimentos mudaram entre a 1ª e a 2ª adoção, mas lançam uma hipótese de que o fato de já terem adotado anteriormente e já serem conhecidos pelo Setor facilitou ou agilizou o estudo psicossocial na segunda adoção. Neste sentido, embora "angustiante", o tempo de espera na 1ª adoção foi relativizado pelos adotantes como tendo sido necessário a uma boa avaliação do caso a fim de assegurar o bem estar da criança.

b) A Aceitação da Criança na Família Adotiva

A fala de uma família aponta que a gravidez, em geral, é aceita mais naturalmente pela família, possivelmente, porque já se tem um laço de sangue com a criança e rejeitá-la seria negar o próprio sangue. Segundo Schettini (1998B) isto seria decorrente de uma aprendizagem cultural, que apregoa a "obrigatoriedade" de amar aquele ser que foi biologicamente gerado ou com quem temos laços de sangue. Por sua vez, uma adoção implica numa possibilidade maior de rejeição, já que o sentimento de amor é decorrente de uma decisão pessoal e, sendo assim, de acordo com esta "cultura de laços de sangue" não existiria uma garantia de que o mesmo pudesse ocorrer.

A aceitação da adoção pela família de origem e extensa, o apoio e aconselhamento recebidos foram considerados importantes para a família adotante. Embora não tenha ficado muito claro, o discurso parece apontar ainda que o apoio e aconselhamento dos técnicos foi considerado importante para as relações familiares dos adotantes no sentido do apoio e incentivo à adoção.

IV - A Vivência das Famílias durante o Processo de Adoção:

Com relação aos relatos dos casais adotantes das experiências vividas nos processos de adoção e estudo psicossocial, destacaram-se as seguintes dimensões:

a) Ansiedade e temor X Necessidade de Segurança

Uma das famílias teve duas experiências diferentes de adoção: na primeira, embora a entrega da criança tenha sido mais rápido do que os adotantes esperassem, o tempo de estudo e conclusão do processo foi longo (um ano). O discurso do casal levanta a hipótese de que a longa espera pela concretização do pleito (pelo registro) já estando com a criança pode ser ainda mais ansiogênica (em comparação com a espera para acolher uma criança), pois na medida que se relacionavam com a criança, cada vez mais, o vínculo se tornava forte, e o medo de um possível rompimento, maior. O relato parece indicar ainda que a demora na conclusão do feito e o estudo psicossocial exacerbaram o temor de perder a criança, com quem já estavam construindo o vínculo.

Por outro lado, poder-se-ia criticar que um prazo tão grande (de um ano) para a concretização do pleito, poderia dificultar ou, até mesmo, impedir a construção de um vínculo seguro com a criança pelo medo de perdê-la. Ou ainda, como no próprio exemplo citado pela família, o excesso de preocupação e temor chegou a dar "uma desestruturada no casal". No caso citado, a família manifestou ainda que pensavam até em fugir com a criança, caso a adoção não fosse concretizada e por algum motivo, pressentissem sinais de que a criança pudesse ser retirada. Já na segunda adoção da família citada, as falas indicam que este temor e ansiedade foram menos intensos tanto pelo fato de já terem experiência anterior de contato com o Juizado e estudo psicossocial, como pelo fato de sentirem-se mais seguros no exercício da parentalidade adotiva.

A experiência da outra família adotante foi diferente. As falas indicam que, embora também estivessem apreensivos e ansiosos com relação ao processo, especialmente, antes de buscarem à Vara da Infância e da Juventude, a vivência do estudo psicossocial em si e o bom atendimento recebido trouxe-lhes confiança, tranqüilidade e segurança. As falas indicam que estes adotantes embora também estivessem receosos e ansiosos com relação a possibilidade de retirada da criança, sentiram-se mais seguros fazendo a adoção através do Juizado. E que o temor exacerbado era infundado e decorrente de uma visão estereotipada da Justiça.

A partir do diálogo das famílias adotantes e do relato das experiências diferentes pode-se depreender que cabe aos técnicos que fazem o estudo psicossocial buscar minimizar tais sentimentos de angústia, temores e ansiedades a partir de uma atitude de apoio e solidariedade à família adotante. Além disso, como já foi dito anteriormente, a demora na conclusão do processo exacerba tais sentimentos nos adotantes.

b) Prazo para a conclusão do processo (demora)

As duas famílias adotantes queixaram-se do tempo para a conclusão de todo o processo. O processo é concluído com o registro da criança no nome dos adotantes. Naturalmente, é um momento de fundamental importância para a família que a partir daquele momento tem "certeza" que a criança é sua, "de papel passado". Assim, o prazo ou a demora na conclusão é vivida com muita ansiedade, ainda que a adoção tenha ocorrido através da Justiça e esteja com todos os critérios e parâmetros legais. Uma das famílias

generosamente apontou que talvez no caso dela este tempo (1 ano) fosse necessário em função da proteção para a criança, já que eram inscritos há pouco tempo, era sua primeira adoção e poderia haver dúvidas com relação a sua estabilidade conjugal. A outra família também apontou que no imaginário social, a demora ganha proporções ainda maiores do que na experiência vivida.

c) Vasculhamento/Exposição X Proteção para a criança

As famílias parecem viver o estudo psicossocial como um "vasculhamento" de sua vida. Entretanto, elas manifestam que percebem esse "vasculhamento" da vida do(s) adotante(s) como necessário, a fim de minimizar os riscos para todos e, em especial para a criança, de uma adoção mal-sucedida. Contudo, a fala de uma mãe adotiva parece indicar que, ainda que necessário durante o processo de estudo psicossocial, esse "vasculhamento" *expõe demais* o adotante, possivelmente, gerando ansiedade e sofrimento. Em diversos momentos da entrevista, esta dimensão do "vasculhamento" ou "super-exposição" dos adotantes foi enfatizada. As falas das famílias parecem indicar que as mesmas sentem-se analisadas *"do dedão do pé ao fio de cabelo"*. Entretanto, apesar do desconforto e incômodo, parecem acreditar e confiar no trabalho técnico.

As famílias acreditam ainda que o(s) adotante(s) podem tentar disfarçar, mascarar alguma coisa, *"passar uma cal"* e que portanto, o estudo deve ser criterioso e as visitas devem ser de surpresa. Uma das mães adotivas ponderou que a necessidade de ter um filho, às vezes, é tanta que o adotante pode não medir esforços para conseguir seu intento, mesmo que não reúna condições para isso. Ainda que haja a possibilidade de haver algo encoberto e escondido, ou ainda, mascarado/disfarçado, as famílias parecem acreditar que o técnico é capaz de perceber e agir na defesa dos interesses da criança. Nesse sentido, o caráter invasivo do estudo psicossocial parece ser relativizado como necessário e pertinente à proteção do adotando. As famílias também apontam que a própria família seria protegida quando o técnico faz uma boa avaliação e que para isso a família tem que procurar se mostrar da forma mais honesta, sincera e transparente possível.

V - O Senso Comum "Desinformado" e "Preconceituoso" *versus* Necessidade de Informação, Campanhas e Divulgação da Adoção

As famílias apontam para a importância de haver mais divulgação sobre a adoção, através de campanhas na mídia. Expressam que existem muitas famílias precisando, querendo, porém sentem-se com medo e preferem fazer a adoção de forma ilegal ou não fazer.

Segundo as famílias, existe um preconceito enorme com relação à Justiça, ao Juizado. Acreditam que muitas pessoas interessadas em adotar não buscam o serviço porque temem e querem evitar o "vasculhamento" e a "invasão" em suas vidas. Por outro lado, afirmam que há uma visão preconceituosa e exagerada desta dimensão no cotidiano e que procuram informar às pessoas sobre sua experiência positiva no tocante à adoção.

VI - O Papel do Acaso, do Imprevisto e Inesperado

Um dos pais adotivos manifestou que adoção também é uma “roleta”, uma “loteria”. Antes do que imaginavam, com pouco tempo de inscrito, o casal foi chamado para acolher uma criança. Segundo a família, a técnica que os convocou disse que “*todo mundo estava de férias e havia viajado*”, desta forma, eles pularam vários candidatos à adoção da fila e sua vez chegou antes do esperado.

VII - O Divino

Um outro pai adotivo levantou a dimensão do divino no “acerto” da criança adotada, por quem sente um amor intenso e que, inclusive, tem os “olhos” iguais ao de seu pai. O curioso é que ainda que exista uma fila e uma ordem de inscritos para adoção (e que sempre se busca respeitar), alguns técnicos manifestem incômodo para selecionar os adotantes quando surge uma criança nova para adoção, manifestando que é como “brincar de Deus”.

VIII - Confiança no Trabalho Técnico

Em resumo, as famílias parecem acreditar e confiar na competência e habilidade dos técnicos para fazer os estudos de adoção. Parecem acreditar que o trabalho se baseia em critérios técnicos e que busca preservar prioritariamente os interesses da criança. Embora acreditem nas “boas intenções” daqueles que buscam o Juizado, apontam que uma boa avaliação do caso também protege a família adotante que pode estar “cega” diante da sua necessidade de ter filhos.

5. CONCLUSÕES

A partir da análise da entrevista dos técnicos, pode-se concluir que estes, embora refutem a existência de uma família "ideal" para adoção, têm critérios para avaliação e seleção de famílias candidatas à adoção. Estes critérios parecem estar relacionados principalmente à motivação do(s) adotante(s), à dinâmica de funcionamento familiar e ao vínculo (ou à possibilidade de construção deste) com a criança. Contudo, tais critérios parecem ser questionados e relativizados para cada caso e família estudados, não apontando para um perfil definido a priori de família indicada para adoção, com características fechadas e restritas. Neste sentido, o momento vivido pela família e sua preparação para adoção configuram-se aspectos importantes na avaliação e seleção para adoção.

Os diálogos sugerem um dos aspectos importantes a serem observados nas famílias adotantes ou candidatas à adoção: a capacidade ou preparação da família para permitir a entrada de um novo membro na condição de filho. Em termos sistêmicos da terapia familiar, poder-se-ia pensar em famílias com fronteiras permeáveis (que permitem trocas), flexíveis às mudanças/transformações advindas da entrada desse novo membro no sistema e dos novos papéis e funções que deverão se desenvolver. Além disso, famílias capazes de desenvolver/exercer as funções parentais e formar vínculos seguros e estáveis com a criança.

Na adoção, os técnicos e as famílias apontam que a compatibilização entre os perfis da criança e do(s) adotante(s) têm um papel relevante e facilitador na construção do vínculo, "existe uma família certa para a criança, uma criança certa para a família". Entretanto, ainda que a compatibilização dos perfis seja um critério, este é também relativizado, pois o vínculo pode se dar, ainda que os perfis não sejam a primeira vista "compatíveis", fato que pode, inclusive, "surpreender" os próprios atores. E ainda, a partir de um trabalho de preparação, a dinâmica familiar pode ser melhor compreendida e o perfil do "filho sonhado", flexibilizado. A própria experiência e vivência da adoção, descrita por uma das famílias adotantes na entrevista de grupo focal, parece apontar neste sentido de uma maior possibilidade de flexibilização do perfil da criança sonhada a partir de uma segunda adoção.

Os técnicos reconhecem a competência das famílias e acreditam que suas capacidades e habilidades têm uma dimensão evolutiva, temporal, histórica e passível de transformação, tanto a partir da própria vivência familiar, como a partir de um trabalho de preparação no contexto judiciário. A indicação da família para adotar parece ser vista como preparação e ambas vistas como uma coisa dinâmica. Os técnicos acreditam que não existe um perfil ou modelo ideal e previamente determinado de família para adotar, com características definidas aprioristicamente, ou seja, não existem categorias fechadas *a priori* a partir das quais uma família ou criança se encaixem mutuamente para garantir o sucesso da adoção. Cada caso tem que ser analisado particularmente, individualmente, a fim de se avaliar sua adequação/indicação ou não.

Há um reconhecimento da competência das famílias e das "novas" organizações familiares no discurso técnico. Por outro lado, as famílias entrevistadas, ao propor que "casais sem filhos deveriam ter prioridade sobre os outros candidatos", parecem apontar para uma visão mais tradicional de família, tanto em termos de estrutura, como de funcionamento (dinâmica). Entretanto, ambas as famílias eram formadas por casais que não podiam gerar filhos biológicos. Certamente, se houvessem mais famílias presentes, outras

visões de mundo e de família poderiam ser retratadas, possivelmente, relativizando esta questão e apontando outras dimensões.

O processo de estudo psicossocial gera desconforto, temor e ansiedade tanto nas famílias adotantes como nos psicólogos e assistentes sociais que realizam os estudos e acompanham os casos. A responsabilidade pelo "acerto" da adoção e de ser "alguém juridicamente instituído" para fazer tais avaliações gera sofrimento. Os técnicos percebem ainda que a subjetividade no processo pode dar margens a abusos de poder. Preconceitos, valores, viéses culturais e de classe social permeiam suas análises. Contudo, não há como evitá-los e não é a suposta objetividade científica (moderna) que poderá dar maior credibilidade e confiança às análises, mas as múltiplas vozes, o "olhar do outro". Como Santos (1987) alerta: no limiar da ciência pós-moderna é preciso exercer a insegurança ao invés de sofrê-la. Já que a análise (por si só) tem um aspecto tão negativo e excludente, os técnicos parecem dispostos a oferecer ações que possam ajudar as famílias adotantes ou facilitar a adoção.

Este "outro olhar" não se limita apenas ao olhar de um outro técnico, mas também ao olhar das próprias famílias adotantes (saber compartilhado). Foi ressaltado pelos técnicos, o quanto as famílias ensinam e o quanto eles aprendem com, e na relação com as famílias que procuram a Instituição. Neste sentido, foi enfatizada a importância da realização dos grupos multifamiliares, onde as famílias aprendem (com os técnicos e com as outras famílias) e ensinam (às outras famílias e aos técnicos). Há um ano, o Setor de Adoção da VIJ-DF inclui, no processo de seleção e preparação do(s) candidato(s) à adoção, um trabalho desta natureza que tem mostrado resultados bastante positivos, embora ainda encontre dificuldades para ampliar a oferta deste tipo de trabalho para as demais famílias atendidas pelo Setor: adoções prontas ou "por fora", adoções em família, extensão de pátrio poder, adoções de adolescentes, etc.

Por sua vez, as famílias vivem a etapa do processo de estudo psicossocial como um "vasculhamento" de sua vida. Essa dimensão incômoda do "vasculhamento" e da "exposição de si mesmo" são compartilhadas pelos técnicos quando se imaginam no lugar das famílias. Parece um círculo vicioso quanto maior o medo, mais intensamente será vivida a "invasão", possivelmente, maior será a resistência à mudança, menor será a probabilidade ou disponibilidade do(s) adotantes(s) ou candidato(s) para serem ajudados e maior será a dificuldade do técnico para obter as informações que necessita para a formulação de seu parecer e/ou fornecimento de ações de apoio à família, gerando mais medo e insegurança no(s) adotante(s). Porém, como as próprias famílias alertam, um posicionamento mais claro e honesto por parte do(s) adotante(s), ainda que isso implique numa maior exposição de si mesmo e de sua família, poderá ser mais útil para todos os envolvidos.

Percebe-se que as famílias adotantes têm muito a dizer, têm muito para falar e não só para ouvir. Elas se apresentam ao serviço com medo e querem ser avaliadas em aspectos sutis, como o amor. Entretanto, o que é o amor? E como avaliar e quantificar o amor, se o vínculo afetivo, muitas vezes, ainda não é concreto? As famílias parecem querer ser iguais (comuns) e diferentes ao mesmo tempo. Querem ser avaliadas em sua condição de amar, e portanto, comuns, e serem vistas como "especiais" e "diferentes", pois não podem ter filhos biológicos. O processo por parte das famílias parece se dar na ambigüidade. Contudo, as famílias adotantes valorizam os passos do processo de estudo psicossocial e adoção, e não se mostram contra a avaliação. Antes, e ao reconhecerem sua importância, colocam-se como parceiros na avaliação.

A sensação é de que no estudos psicossociais há uma “exposição” dolorosa. Os adotantes sentem-se analisados do “fio de cabelo ao dedão do pé”, entretanto, relativizam esta invasão à sua privacidade como necessárias para a proteção da(s) criança(s) e de si mesmos. As famílias também parecem delegar “poder” aos psicólogos e assistentes sociais ao mostrar que confiam em suas análises e pareceres, apontando que o trabalho técnico é de fundamental importância para a proteção da criança e da própria família, na medida em que uma avaliação mal feita poderá trazer prejuízos a todos. Mais do que avaliação, as famílias parecem contar com o apoio e o acompanhamento dos técnicos que “aconselham”, “ajudam”, “dão segurança e confiança para continuar”.

Os técnicos e as famílias apontam para o preconceito social com relação à adoção e para a falta de informação sobre o tema na vida cotidiana. No discurso de ambos fica ressaltada a necessidade de serem realizadas ações educativas que promovam a reflexão sobre a adoção e temas pertinentes, a fim de diminuir a visão preconceituosa e estereotipada da sociedade em geral, leiga no assunto. As famílias apontam que o Governo deveria fazer campanhas na mídia para promover a adoção. Entretanto, quem melhor do que nós, profissionais da área, que atuamos neste contexto, para idealizar e promover tais ações e campanhas, em parceria com as próprias famílias adotivas, que já estão se organizando em grupos de apoio à adoção em diversas partes do país, inclusive aqui no Distrito Federal. Neste sentido, é de fundamental importância o apoio institucional para que os psicólogos e assistentes sociais possam estar também atuantes neste segmento de forma a promover a adoção legal, a fim de encontrar mais candidatos a pais e mães para crianças sem família. Isto não implica, entretanto, em esquecer que é preciso prevenir o abandono a partir de uma maior distribuição de renda, acesso à educação e à saúde para todos.

As famílias entrevistadas na pesquisa também elogiaram o trabalho realizado no contexto judiciário, apontando que o mesmo se pauta em critérios técnicos. Manifestaram que se sentiram bem tratadas, orientadas e informadas. Suas experiências reais desmistificaram sua visão anteriormente estereotipada da Justiça. Afirmam-se como multiplicadores da adoção legal ao aconselhar amigos e conhecidos interessados em adotar a procurar o Juizado e fazer tudo conforme a lei. Como se pode ver, a qualidade do atendimento prestado é fundamental para a satisfação e o retorno do cliente e para a boa propaganda do serviço. No caso do contexto judiciário, e em se tratando de um tema tão importante, o bom atendimento deve ser a pedra fundamental em que se alicerça todas as outras. O respeito, o profissionalismo, a educação, a gentileza para com as pessoas que buscam a Instituição dão o tom de qualidade aos serviços prestados. Além disso, como já havia sido ressaltado anteriormente, o contexto judiciário com sua conotação de lei e obrigatoriedade pode ser um importante catalisador para a mudança, mas também pode ser precursor de arbitrariedades, especialmente em nosso país em que a desigualdade e a falta de cidadania estão muito presentes. Neste sentido, é fundamental a mudança de paradigma, entender o contexto judiciário como um contexto de possibilidades ao invés de limites, como alerta Sudbrack (1998).

Especialmente do ponto de vista psicossocial, o contexto judiciário possibilita o acesso de famílias e indivíduos a serviços e profissionais, aos quais muitos nunca tiveram acesso. Aponte (1976, 1991, citado em Costa, 1998B) afirma que a pobreza pode ser um impedimento para as famílias procurarem ajuda para tratamento de ordem emocional, relegado a uma menor importância em virtude de demandas mais imediatas. Além disso, a psicologia clínica se construiu a partir de uma visão elitista e elitizante da sociedade, que dificulta e reprime o acesso das comunidades mais pobres à saúde mental. Neste sentido, é

de fundamental importância, “mudar a cara” ou ampliar as possibilidades de atuação da Psicologia Clínica, de forma a poder atender a demanda “psicológica” implícita em outros contextos “extra-muros” dos consultórios, entre eles o contexto judiciário.

A partir deste estudo fica evidente também a importância de uma formação continuada para os técnicos (psicólogos e assistentes sociais) que realizam os estudos de adoção. O acesso a novas bibliografias e referências, os grupos de estudo, a participação em Congressos e Seminários, programas de especialização e pós-graduação, as discussões de caso em equipe, os atendimentos em duplas promovem uma “revisão do olhar” a partir da multiplicidade de verdades (multiverso). Neste sentido, é de fundamental importância que as administrações das Varas da Infância e da Juventude estejam atentas e dispostas a propiciar condições de trabalho e de estudo, como mencionado anteriormente.

Na VIJ-DF, a administração tem se mostrado disposta a atender, na medida do possível, as demandas dos setores técnicos por meio do oferecimento de cursos, treinamentos, participação em Encontros, Congressos e Seminários. Os administradores têm se mostrado sensíveis à necessidade de realização de pesquisas na área, permitindo que este e outros estudos fossem realizados. Uma nova pesquisa de Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, encontra-se em fase inicial e tem como tema as adoções tardias. Como já foi dito anteriormente, a pesquisa científica tem a função de prevenir e alertar para situações e problemas a serem enfrentados. Especificamente, nesta pesquisa, em diversos momentos do grupo focal, ocorreram discussões e reflexões sobre outras formas de trabalho que poderiam ser adotadas.

Outros esforços, no sentido da modernização dos serviços na VIJ-DF, foram a aquisição de mais computadores, acesso à Internet e Intranet. Recentemente, foi disponibilizada uma página na Internet, informando sobre os serviços prestados pela Instituição. Com relação ao pessoal, foram realizados novos concursos, propiciando um pequeno aumento do quadro, infelizmente, ainda aquém do desejado.

Um esforço no sentido de melhorar a comunicação inter e intra-institucional, também é fundamental para um bom andamento dos trabalhos. Fóruns internos de discussão e outras ações que possam integrar as equipes são essenciais e os administradores, supervisores e chefias devem estar atentos para isso.

Enfim, o processo de adoção é permeado de subjetividade e emoções: medo, ansiedade, constrangimento, dúvidas e incertezas. Há uma consciência destas dimensões por parte de todos os envolvidos no processo. E mais, que estas dimensões superam e transcendem os aspectos legais e jurídicos. Em função desse caráter subjetivo, e a fim de não cometer arbitrariedades, devem ser tomadas medidas preventivas para buscar entender esta subjetividade, sem negá-la. Não somente os técnicos, mas também os juízes e promotores, têm que estar envolvidos neste processo de reconhecimento da subjetividade que permeia os processos de adoção.

Entretanto, como alertam os autores estudados (Morin, 1990 e Santos, 1987, 1989), o momento é de transição, ainda não existem desenhos de investigação que possam dar conta da complexidade dos fenômenos ou que correspondam inteiramente ao paradigma emergente. O cientista tem que buscar estar atento a uma visão cibernética de 2ª ordem: da mudança de perspectiva dos sistemas observados para a perspectiva dos sistemas observantes. No paradigma emergente, é preciso “re-ver” os fenômenos com “outros olhos”, que incluam a relação que se estabelece com o objeto de estudo. No caso mais específico dos estudos psicossociais de adoção é preciso que se inclua na análise e seleção das famílias, este olhar para o processo, para aquele que observa, para as relações que se

estabelecem, e para a dimensão do conhecimento compartilhado com o objeto de estudo, que também fala, pensa e sente.

6. REFERÊNCIAS

Andolfi, Maurizio. (1980). *Terapia familiar*. Lisboa: Vega.

Ariès, Philippe. (1978). *História social da criança e da família.* Rio de Janeiro: Zahar.

Badinter, Elizabeth. (1985). *O amor conquistado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Barnard, Kathrin & Erickson, Marcene. (1978). *Como educar crianças com problemas de desenvolvimento.* Porto Alegre: Globo.

Barbosa, Marilza. (2000). *Adoção e novas famílias*. Trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT, Brasília-DF.

Berthoud, Cristiana (1998). A paternidade idealizada e a paternidade possível. *Páginas Brasileiras de Adoção*. http://lexxa.com.br/PBA/index.htm

Bowlby, John. (1982). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes.

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente.* Lei 8.069 de 13.07.90.

Campos, Niva & Ghesti, Ivânia. (2000). *Reflexões sobre a adoção no DF em referência aos princípios enunciados pelo ECA*. Trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT, Brasília-DF.

Casellato, Gabriela. (1998). Motivos relacionados a luto e fracasso que levam uma casal à adoção: uma possibilidade psicoprofilática. *Páginas Brasileiras de Adoção*. http://lexxa.com.br/PBA/index.htm

CODEPLAN. (1998). *Anuário estatístico do DF*. Brasília-DF

CODEPLAN. (1999). *Anuário estatístico do DF*. Brasília-DF

Costa, Jurandir. (1979). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.

Costa, Liana. (1998A). Reuniões multifamiliares: condição de apoio, questionamento e reflexão no processo de exclusão social de membros da família. *Ser Social, 3,* 245-272.

Costa, Liana. (1998B). *Reuniões multifamiliares: uma proposta de intervenção em psicologia clínica na comunidade*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research.* London: SAGE Publications.

Diniz, João. (1991). Adoção: notas para uma visão global. Em F. Freire (org.) *Abandono e adoção: contribuições para uma cultura da adoção.* Curitiba: Terre des hommes.

Ferreira, Márcia & Carvalho, Sônia. (2000). *1º Guia oficial de adoção de crianças e adolescentes do Brasil: novos caminhos, dificuldades e possíveis soluções*. São Paulo: Winners Editorial.

Fonseca, Cláudia. (1995). *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez.

Fontana, Andrea & Frey, James. (1994) *Interviewing – The Art of Science.* Em Denzin, N. & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of qualitative research*. London: SAGE Publications.

Ghesti, Ivânia; Campos, Niva & Silveira, Mª Cecília. (2000). *Perfil da Adoção no DF*. Trabalho apresentado no I Congresso Psicossocial Jurídico do TJDFT, Brasília-DF.

Giami & D'Allones. (1984). O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes mentais pelos pais e educadores. Em Mª Inácia D'Ávila Neto (org.) *A negação da deficiência: a instituição da diversidade*. Rio de Janeiro: Achiamé.

Giberti, Eva; De Gore, Silvia & Taborda, Beatriz. (1997). *Madres Excluídas.* Buenos Aires: Kapelusz.

Gomez, Gregório; Flores, Javier & Jimenez, Eduardo (1996). *Metodologia de la investigación cualitativa*. Espanha: Aljibe.

Hartman, Ann. (1994). Segredos na Adoção. Em E. Imber-Black e cols. *Os segredos na família e na Terapia familiar.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Hoffman, Lynn. (1998). Uma postura reflexiva para a terapia de família. Em S. McNamee & K. Gergen. *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Imber-Black, Evan e cols. (1994). *Os segredos na família e na terapia familiar.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Kvale, Steinar. (1996). *Interviews: an introduction to qualitative research interviewing*. London: SAGE Publications.

Lax, William. (1998). O pensamento pós-moderno na prática clínica. Em S. McNamee & K. Gergen. *A terapia como construção social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Maldonado, Mª Tereza (1995). *Os caminhos do coração*. São Paulo: Saraiva.

Maturana, Humberto (1998). *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: UFMG.

Miermont, Jacques e cols. (1994). *Dicionário de terapias familiares: teoria e prática.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Minayo, Mª Cecília. (1998). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.* São Paulo: HUCITEC-ABRASCO.

Minuchin, Salvador. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento.* Porto Alegre: Artes Médicas.

Morin, Edgard. (1990). *Introdução ao pensamento complexo.* Lisboa: Instituto Piaget.

Nabinger, Sylvia. (2000). *As origens como herança: o contexto jurídico enquanto cenário de resgate da família de adolescentes adotivos*. Palestra proferida no IIº Encontro Científico da ACOTEF, Brasília-DF.

Pereira, Juliana & Santos, Manoel. (1998). O enfoque psicológico da adoção: revisão da literatura. Em Labate, R. C. (org.). *Caminhando para a assistência integral*. Ribeirão Preto: Scala.

Rey, Fernando G. (1997). *Epistemologia cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.

Rey, Fernando G. (1999). *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. São Paulo: EDUC.

Santos, Boaventura de S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de S. (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna* Rio de Janeiro: Graal.

Schettini, Luís F. (1998A). *Compreendendo o filho adotivo*. Recife: Bagaço.

Schettini, Luís F. (1998B). *Compreendendo os pais adotivos*. Recife: Bagaço.

Setor de Adoção da Vara da Infância e da Juventude – DF. (2000). *Pré-natal da adoção: uma proposta inovadora.* Brasília-DF: Equipe do Setor de Adoção.

Silva, Simone R. M. (1998). Rejeição/Devolução. Trabalho apresentado no III ENCONTRO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO, Florianópolis-SC, *Páginas Brasileiras de Adoção*. http://lexxa.com.br/PBA/index.htm

Siqueira, Libórni. (1998). *Adoção: doutrina e jurisprudência.* Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora.

Soar Filho, Ercy. (1998). Novos paradigmas da psicologia e das terapias psicológicas pós-modernas. *Psicologia: teoria e pesquisa.* 14 (1), 85-93.

Sudbrack, Maria Fátima. (1998). *Abordagem da Família no Contexto Judicial*, Apostila do Curso de Extensão Universitária "Abordagem Familiar no Contexto Judicial".

Vargas, Marlizete M. (1998A). *Adoção tardia: da família sonhada à família possível*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Vargas, Marlizete M. (1998B) A necessidade de preparação para adoção. *Páginas Brasileiras de Adoção*. http://lexxa.com.br/PBA/index.htm

Venâncio, Renato P. (1999). *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus.

Veyne, Paul. (1989). O Império Romano. Em Veyne, P. (org). *História da vida privada: do Império Romano ao ano mil.* (pp. 19-224). São Paulo: Companhia das Letras. Vol. 1, coleção dirigida por Philippe Ariès & Georges Duby.

Weber, Lídia N. D. & Kossobudzki, Lucia H. M. (1996). *Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção*. Curitiba: Governo do Estado do PR.

Weber, Lídia N. D. (1999A). *Aspectos psicológicos da adoção.* Curitiba: Juruá.

Weber, Lídia N. D. (1999B). *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Ed. Santa Mônica.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DA ENTREVISTA DE GRUPO FOCAL COM OS TÉCNICOS DA VIJ-DF

Apresentação:(OBS: Lida pelo pesquisador antes do início da entrevista)

Esta é uma entrevista em grupo com o objetivo de levantar dados para uma pesquisa que comporá a minha dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica na Universidade de Brasília. Esta entrevista tem como objetivo conhecer o pensamento do setor de adoção da VIJ-DF no que se refere às famílias atendidas com vistas à adoção. As identidades individuais serão preservadas.

Serão feitas algumas questões destinadas para o grupo todo, com o objetivo de estimular o diálogo entre os técnicos, que deverão conversar entre si, pensando nas suas experiências com as famílias adotantes atendidas nesta Instituição. Este diálogo será gravado e, posteriormente, transcrito.

Questões (30 minutos para cada uma):

1. Existem famílias que seriam mais indicadas para adoção?

2. Como seria a família adequada para adotar?

3. Qual a importância da vivência dos técnicos em suas famílias de origem e na família atual para sua *análise dos casos*?

4. Se vocês e suas famílias fossem adotar, como vocês se imaginam apresentando ao Juizado?

ANEXO 2

ROTEIRO DA ENTREVISTA DE GRUPO FOCAL COM AS FAMÍLIAS ADOTANTES

Apresentação:

Esta é uma entrevista em grupo com o objetivo de levantar dados para uma pesquisa que comporá a minha dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica na Universidade de Brasília. Esta entrevista tem como objetivo conhecer o pensamento de famílias adotantes que passaram pelo Setor de Adoção da VIJ-DF para realização do estudo técnico determinado pelo Juiz. As identidades individuais serão preservadas.

Serão feitas algumas questões destinadas para o grupo todo, com o objetivo de estimular o diálogo entre os todos, que deverão conversar entre si, pensando nas suas experiências com o(s) técnico(s) que realizaram o estudo psicossocial do processo de adoção. Este diálogo será gravado e, posteriormente, transcrito.

Questões (30 minutos para cada uma):

1. Como vocês acham que os técnicos do Juizado (psicólogos, assistentes sociais) devem/deveriam avaliar as famílias adotantes?

2. Pensando na experiência vivida no Juizado durante o estudo psicossocial, vocês avaliam que a vivência pessoal de vocês em suas famílias de origem e na família atual foi considerada ou interferiu no processo de adoção?

3. Vocês consideram que a forma como uma família se apresenta ao Juizado para o estudo técnico é relevante e importante no processo de adoção?

4. Se vocês pudessem realizar outra vez o processo de adoção como se apresentariam para o Juizado de novo?